



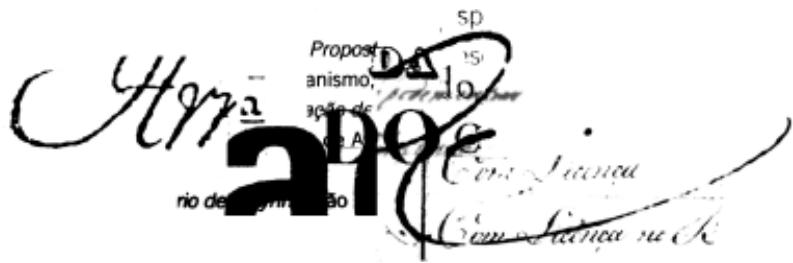
pós-

revista do programa de
pós-graduação em
arquitetura e urbanismo
da fauusp

11

junho – 2002
ISSN: 1518-9554





PÓS N. II
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

JUNHO 2002

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720

P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)– . – São Paulo:
FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.11, jun. 2002

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 11

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br

Home page: www.usp.br/fau

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 11

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

Junho 2002

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

Vice-Diretora Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Comissão de Pós-Graduação

Presidente – Profa. Dra. Ermínia Maricato

Vice-presidente – Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

Profa. Dra. Maria Angela Faggis Pereira Leite

Profa. Dra. Maria Irene Szemrechanyi

Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (Suplente)

Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro (Suplente)

Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy (Suplente)

Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino (Suplente)

Prof. Dr. Siegbert Zanettini (Suplente)

Representante Discente na CPG

Andréa de Oliveira Tourinho (titular)

Pedro Orange Lins da Fonseca (suplente)

Secretaria Acadêmica

Cristina M. Arguejo Lafasse

Comissão Editorial

Profa. Dra. Vera Pallamin – Editora-Chefe

Profa. Dra. Catharina Pinheiro

Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

Profa. Dra. Maria Irene Szemrechanyi

Profa. Dra. Rebeca Scherer

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Paulo Moretto

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (CTU – UEL)

Azael Rangel Camargo (FAU – EESC/USP)

Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)

Eduardo de Almeida (FAUUSP)

Ermínia Maricato (FAUUSP)

Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)

Luiz Carlos Soares (UFF)

Jorge Fiori (Department of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)

Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)

Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)

Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)

Marta Rossetti Batista (IEA – IEB-USP)

Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)

Paulo Mendes da Rocha (FAUUSP)

Pedro George (Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)

Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura – ESIA – México)

Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Sonia Marques Barreto (MDU – UFPE)

Wrana Panizi (UFRGS)

Yvonne Mautner (FAUUSP)

Secretaria de Redação

Izolina Rosa (MTb 16199)



SUMÁRIO

2 | DEPOIMENTOS

I APRESENTAÇÃO

OIO EM QUESTÃO:
ARTES, ARQUITETURA E HISTÓRIA
UMA CONVERSA ENTRE LEON
KOSSOVITCH E RICARDO MARQUES
DE AZEVEDO, A PARTIR DA NOÇÃO
DE RENASCIMENTO

3 | ARTIGOS

- 026 SÃO PAULO: CIDADE MUNDIAL?
EVIDÊNCIAS E RESPOSTAS DE UMA
METRÓPOLE EM TRANSFORMAÇÃO
Stamatia Koulioumba
- 046 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS
NO GRANDE ABC DE 1980 A 1999
Roberto Vital Anau
- 060 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DA CIDADE DE SÃO PAULO NA
DÉCADA DE 90: POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EXCLUSÃO E
INCLUSÃO SOCIAL
Eduardo A. C. Nobre
Valéria C. Bomfim
- 074 O SANITARISTA, A CIDADE E O
TERRITÓRIO. A TRAJETÓRIA DE
GERALDO HORÁCIO DE PAULA
SOUZA EM SÃO PAULO. 1922 – 1927
Cristina de Campos
- 090 O PROJETO COMO PRÁTICA
CRÍTICA: REPENSAR O POSSÍVEL E
O PRESENTE
Zeuler R. M. Lima
- 102 OS CUSTOS DE MANUTENÇÃO E DA
REABILITAÇÃO PREDIAL NA
HABITAÇÃO POPULAR DE
LONDRINA, PARANÁ
Paulo A. Lopes

4 | EVENTOS

- 116 DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA
EM DESIGN NA PÓS-GRADUAÇÃO
Maria Cecília Loschiavo dos
Santos
Rafael Antonio Cunha Perrone
- 124 SEMINÁRIO PROFISSIONAIS DA CIDADE
Informativo FAUUSP
- 125 CARACAS E SÃO PAULO
Maria Lucia Refinetti Martins
- 126 ESPAÇO & DEBATES 42
PERIFERIA REVISITADA

I | APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A seção de abertura da revista *PÓS*, usualmente dedicada a entrevistas e depoimentos, apresenta neste número um diálogo entre dois estudiosos das artes e da arquitetura: Leon Kossovitch e Ricardo Marques de Azevedo. Tomando como ponto de partida a noção de renascimento, tecem um percurso reflexivo adentrando vários momentos históricos, comentando autores e concepções – por vezes de modo contundente – em uma interlocução instigante e de notável encadeamento.

Em seguida, apresenta-se uma série de artigos associados a pesquisas realizadas na pós-graduação da FAUUSP, iniciando-se com *São Paulo: Cidade Mundial? Evidências e respostas de uma metrópole em transformação*. Retomando o debate teórico em torno da questão da caracterização e classificação das “cidades mundiais”, analisa-se a região metropolitana de São Paulo em sua estruturação contemporânea – à luz destas referências – apresentando-se índices de sua liderança nacional, com destaque para os termos de sua concentração espacial de capital e de atividades produtivas.

Na seqüência da análise envolvendo a região metropolitana de São Paulo, o artigo *As transformações econômicas no Grande ABC de 1980 a 1999* examina processos ligados às relações de trabalho associadas ao enxugamento de pessoal e intensificação da produtividade – aspecto em que o Grande ABC desponta como líder no contexto metropolitano – concomitante à terceirização econômica que caracterizou esta área no período em estudo.

A produção do espaço urbano da cidade de São Paulo na década de 90: Políticas públicas de exclusão e inclusão social, trata da questão do mercado imobiliário na capital em sua relação com a formação de uma nova centralidade – às margens do rio Pinheiros – e com a política habitacional de interesse social, assim como do papel dos projetos de ocupação de edifícios no centro da cidade levados a cabo por movimentos sociais organizados.

O sanitarista, a cidade e o território. A trajetória de Geraldo Horácio de Paula Souza em São Paulo, 1922-1927, o debate urbanístico sobre São Paulo desloca-se para um momento prévio ao seu período de industrialização, quando uma nova forma de trabalhar com a salubridade do ambiente urbano foi então conduzida, privilegiando-se a conscientização dos habitantes sobre questões de higiene pública.

O projeto como prática crítica: repensar o possível e o presente examina as mudanças que têm afetado a dimensão crítica do trabalho em arquitetura, cotejando-se, sob este aspecto, o modernismo e os referenciais contemporâneos. Cada vez mais submetida às pressões do mercado, a projetação é problematizada de modo a desviar-se de uma construção acrítica de objetos, enfrentando os conflitos e paradoxos das representações socioespaciais.

O artigo que fecha este número é dedicado ao tema da avaliação pós-ocupação, intitulando-se *Os custos de manutenção e de reabilitação predial na habitação popular de Londrina, Paraná*. Refere-se a uma pesquisa feita em conjuntos habitacionais edificados nos anos 70 e 80 pelo poder público, examinando detalhadamente uma série de problemas técnico-construtivos.

A Revista *PÓS*, excepcionalmente, neste número não estará apresentando todas as suas seções, devido a uma necessária adaptação de seu volume ao limite de 120 páginas, subsidiado institucionalmente. Um novo projeto gráfico está sendo realizado, a fim de compatibilizar seu conteúdo a tais requisitos, reformulando seu conjunto.

Dra. Vera Pallamin
Editora-Chefe

Agosto
realin
llasca
a depoz
amento

2 | DEPÓIMENTOS

EM QUESTÃO:
ARTES, ARQUITETURA e HISTÓRIA¹

UMA CONVERSA ENTRE
LEON KOSSOVITCH E RICARDO MARQUES DE AZEVEDO,
A PARTIR DA NOÇÃO DE RENASCIMENTO



LEON KOSSOVITCH

Engenheiro civil, bacharel, mestre e doutor em filosofia.
Professor no Departamento de Filosofia, da FFLCH-USP.
Pesquisas em filosofia, letras, artes.
Atualmente, as investigações se dirigem por dificuldades declaradas no campo da história das artes e seus discursos.
Pesquisas em parceria com colegas e artistas brasileiros, principalmente gravadores.



RICARDO MARQUES DE AZEVEDO

Arquiteto, formado pela FAUUSP em 1975.
Doutor em filosofia pela FFLCH-USP em 1993.
Professor doutor na FAUUSP, seqüência de História da Arte.
Professor titular de TFG e História da Arquitetura na FAU PUC-Campinas.
Coordenador do mestrado em urbanismo da PUC-Campinas.
Autor de diversos artigos e ensaios.

Leon Kossovitch: O renascimento surge como um conceito forte no século 19, como uma noção positiva, diferentemente do que se escreve nos séculos 14, 15 e 16 sobre as artes desse tempo. Devemos essa noção sobretudo aos trabalhos de Burckhardt e Michelet, esses grandes historiadores que construíram esta noção. Com o passar do tempo, este conceito se inflou e se tornou um mito, como escreve André Chastel: “*o mito do Renascimento*”, um grande mito, um mito moderno. Há uma passagem admirável em um livro de Elisabeth Strong – uma autora excelente dos fins do século 19 e começo do 20, estudiosa das artes na Grécia e em Roma – em que ela mostra os limites do que seria, na linguagem desses autores, a arte antiga: a falta de perspectiva, o desconhecimento da perspectiva de ponto cêntrico. Isso tornaria essa arte secundária, diminuída em relação ao renascimento, porque este, introduzindo o ponto cêntrico e dominando as proporções, seria o primeiro momento histórico nas artes em que aparece uma razão, uma razão plena. Nós graduamos, segundo essa opinião – que é ainda a de Panofsky –, nós proporcionamos, é tudo métrico, tudo se torna métrico. Podemos estabelecer a unidade de medida, que é o cânones, para tudo, para o corpo, mas também para o que se vai inventar no século 18, que é essa noção de espaço, que surge com a

geometria descritiva. Antes se entendia o espaço como um intervalo, e ele era, às vezes, sinônimo de tempo. Li um texto do século 15, de Ghiberti (com o qual estamos trabalhando), e a noção de espaço, em italiano, entra no lugar de tempo: “*spazio tempo*”. Nesse sentido, concebe-se, no começo do século 20, esse domínio total, pelas artes, das propriedades métricas, geométricas, aritméticas e montamos uma arte ligada ao espaço que é pura ficção e, historicamente, um grande erro. Disso decorre, em obras muito importantes (não só de Panofsky, mas de Francastel, esses grandes estudiosos), que, de modo muito interessante, muitos deles se situam em seu estudo do renascimento, na esteira do cubismo.

Ricardo Marques de Azevedo: Francastel inventou um renascimento, uma construção de um espaço, para depois propor a desconstrução desse espaço no cubismo. É toda uma operação, feita depois de Panofsky.

LK: O século 20 aprofunda uma noção que Panofsky falseia por falta de conhecimento de poesia e de retórica. Há um grande erro que torna Petrarca o porta-voz do positivismo. Leia em Panofsky a afirmação de que com Petrarca se vê, pela primeira vez, um intervalo, uma mediação, um corte, que é de treva entre o fim da Antiguidade clássica e o tempo dele, que é o século 14. Nesse sentido, o renascimento é a reaparição de uma luz antiga. Então, joga-se

no lixo tudo o que é essa treva. Todavia, quando se vai estudar as obras (não tenho nada contra o renascimento, muito pelo contrário, pois venho daí), vai-se descobrir que não é nada disso. Quando se lêem os autores, os historiadores do século 15, Ghiberti, por exemplo, que escreve em meados do século 15, para ele, o maior pintor italiano não é Cimabue nem Giotto – e dependendo dos autores ou é o Cimabue que começa as coisas, ou é o Giotto – para ele é um outro pintor, que é admirável, Lorenzetti, Ambrogio Lorenzetti.

RM: Que era sienense.

LK: Sim, e o Ghiberti não era.

RM: Não, era florentino.

LK: É interessante essa oscilação entre um autor e outro. Se houve um renascimento, isso se deveu exatamente àquilo que muitos autores do renascimento expungiram, a *maniera greca* moderna, afirmação que se lê em Panofsky, ou seja, toda essa arte da área de Constantinopla, à qual se dá o nome “bizantino”. Lá continuam as cenas antigas, continuam as diminuições, sobretudo nos manuscritos – que é um campo muito diversificado, muito pouco canônico. O grande historiador italiano – Longhi – chamou atenção para uma dimensão da Itália que é importante: ela é uma província bizantina. E isso é uma coisa importantíssima. Tem que se estar atento a isso, não é só Vêneto, Sicília, Puglia, Calábria...

RM: Ravenna...

LK: Ravenna no começo. Florença também, a partir dos anos 1200, quando a Toscana e a Úmbria entram diretamente em uma circulação...

RM: É interessante porque a historiografia acaba propondo Petrarca, Dante, Boccaccio como autores contrários à Idade Média, quando eles estão totalmente integrados nela. Assinala-se uma ruptura, se bem que então era interessante afirmar essa ruptura. Em Alberti, vai-se encontrar essa afirmação de uma ruptura e essa qualificação da arte anterior

como gótica, como goda, mas a operação de consubstancialidade desse renascimento como nós o entendemos, realmente é feita com Burckhardt, no século 19.

LK: O que leio nesses textos dos séculos 15 e 14, quando “*nós, modernos, vencemos os antigos*” – Alberti diz isso, e eu estou totalmente de acordo – é um *topos* retórico do cotejo das artes e está no gênero demonstrativo, no epidítico; eu elogio a pintura e encomio o pintor. Para fazer o encômio de Masaccio...

RM: Você precisa vituperar...

LK: Não necessariamente, eu elogio o antigo, não preciso vituperar o antigo, digo que o moderno supera o antigo, que já é excelente. Em que está a superioridade dos modernos? Eles não tiveram os mestres que os antigos tiveram, os grandes escultores, pintores gregos. Tiveram por mestra a natureza e é nisso que se mostram com engenho incomum. Eles aprenderam com a própria natureza, não aprenderam com as artes. É admirável esse *paragone*, porque o *paragone* do Leonardo nada mais é do que isso, é um desenvolvimento de uma tópica do gênero epidítico. Por isso, Leonardo faz cotejar a pintura-música, pintura-poesia, pintura-escultura...

RM: E faz o elogio da pintura. E ele vai direto na natureza para desenhar o turbilhão, a folha, o feto, quer dizer, procurar na natureza. Mas nisso se tem uma rejeição à tradição das artes, que vêm da corporação. Essa é uma operação do renascimento, de resgatar essas três artes – é o que o Alberti faz – do campo das artes manuais...

LK: Eu não concordo com isso. Eu achava também que era isso, que é o que se lê. Dependendo dos autores ditos medievais se terá as artes situadas em âmbito mecânico, mas não é isso. Quando se lêem os textos gregos, os textos latinos, não se tem isso, é uma operação escolástica, antes de mais nada. São os filósofos, a partir do ano 1000 – alguns

deles, pensam assim, mas outros não, outros não pensam as três artes como artes mecânicas.

RM: Não pensam?

LK: Não. Eu repassei textos e textos... Eles nem pensam essa questão da oposição do liberal ou mecânico. Eles pensam de outro modo. A pintura é uma grande arte em Plínio. Quem pratica a pintura? Os príncipes, os grandes homens...

RM: Mas a operação das universidades da Idade Média, do *trivium* e do *quadrivium* como artes liberais, reportando as demais artes para outra condição e a operação que Alberti vai fazer, ao escrever *De pictura* e *de re ædificatoria*, é a de pedir a colaboração de todas essas artes para restabelecer como liberais as artes da pintura, da arquitetura e da estátua. Nelas, há aritmética, geometria, música...

LK: Mas essa música é complicada porque essa música é a música celeste, não é a música que se toca...

RM: Sim, é a música das proporções, é o elemento matemático.

LK: É a harmonia.

RM: Há também astronomia, retórica...

LK: Também essa astronomia não é "a astronomia"...

RM: Não, é a relação das proporções.

LK: Li um texto interessante, dos séculos 12 e 13, do monge Teófilo, que é um tratado de diversas artes, da pintura, da arte do vidro e da arte do metal. É um texto escrito por um monge cultivado, que situa a arte (e isso é interessante), em uma tradição. O artífice é aquele que opera na tradição, para com suas obras glorificar a Deus. Observei isso em Suger de Saint Denis, e vai-se ler este tipo de enunciado em vários autores dos séculos 12 e 13. Em nenhum momento esse monge faz qualquer alusão a uma mecanicidade dessas artes e trata-nas, assim, altissimamente. Há um texto de outro monge, que é grego, Dionísio de Furna (ou do Monte Atos), e ele também, em

nenhum momento, diz que estamos em uma arte mecânica, quer dizer, no mundo grego não se coloca isso. São alguns textos filosóficos, teológicos...

RM: De tradição escolástica.

LK: De tradição escolástica. E não é geral. É um viés, mas não são todos os homens do tempo que pensam assim.

RM: Mas, por exemplo, Alberti se vale disso...

LK: Você acha que Alberti em algum momento disse que a pintura é uma arte mecânica? Em nenhum momento ele disse...

RM: Não, ele vai afirmar que a pintura é uma arte liberal.

LK: Lendo Plínio. E ele também leu Vitrúvio. E você conhece esse texto muito melhor do que eu.

RM: Não, pelo contrário, é uma arte erudita que o arquiteto tem que ter, conhecer vários ofícios e várias coisas... Mas penso, por exemplo, na passagem de Cennino Cennini para Alberti, do *Livro da arte* para o *Da pintura*, aí Cennino Cennini está em uma tradição medieval.

LK: Eu não diria isso... eu não sei. Estou lendo-o agora porque um colega está acabando de traduzi-lo. Os materiais estão amplamente expostos em Plínio.

RM: O Cennino?

LK: Sim. Há passagens muito eruditas, algum Horácio entremeado. Eu tinha essa sua visão também, porque o tinha lido meio por alto, e aí se sai com essa impressão. Tem-se a presença das letras, com afirmações interessantíssimas, implicando a poética, é muito bonito. Ele ensina preparar as tintas...

RM: A misturá-las, a fazer a tela...

LK: No século 16 ainda há manuscritos que tratam disso, desses que ensinam a fazer tinta, preparar a tinta, e não por isso são medievais...

RM: E isso vai até a *Encyclopédia*...

LK: Vai até a *Encyclopédia*. E a *Encyclopédia* vai elogiar isso, não vai?

RM: Vai elogiar isso. Vai mostrar como são os pincéis, como são as cores, como se estica a

tela, como se monta o quadro, tudo isso está na *Encyclopédia*.

LK: Quem está traduzindo (o texto de Cennino) é um professor que é biólogo.

RM: Está escrito em quê? É toscano?

LK: Não, patavino.

RM: É a língua original?

LK: É patavino, ou melhor, um misto de paduano e toscano. É difícil. O tradutor é um grande talento para a linguagem, porque conseguiu meter-se nisso e adequar-se belíssimamente.

RM: Quer dizer, é meio-paduano, meio-toscano?

LK: A enervação é paduana, há um léxico que é paduano. João Epifânio comprou uns dicionários do vêneto para conseguir traduzir porque não se achavam alguns termos nos dicionários italianos, isto é, toscano-romanos.

RM: Então as traduções que temos são péssimas.

LK: Esta tradução anda um pedaço maravilhoso e há uma colaboração do estudioso italiano Grassi, Luigi Grassi. Ele fez um dicionário, um léxico de arte. Podemos reler hoje, no mundo, esses textos, que eram um osso, melhor. Luís Armando Bagolin está fazendo a tradução do texto de Ghiberti. Já fez o primeiro livro e está fazendo os outros dois. Aquilo é um delírio: é um manuscrito no qual faltam pedaços, faltam frases inteiras, e depois se descobre que o grosso é um decalque dos livros de Plínio e do Vitrúvio. Então, era preciso como colar um papel de seda em restauração de livros, mostrar por trás um trecho de Vitrúvio, completar uma frase e propor: será isso? para o texto inteiro. Agora ele está na *Óptica*, e o que está descobrindo é como Ghiberti se apropria de Roger Bacon. Ele transcreve Bacon inteirinho assim... em pedaços.

RM: E você acha que Panofsky negligencia essa tradição da Antiguidade?

LK: Ele a ignora. Ele não conhece retórica e poética, para ele se trata de citação, de achar

passagens que permitam fazer iconologia. Ele não sabe o que são os gêneros e acha que um texto está sempre designando alguma coisa. Quando se está no gênero epidítico e se faz o vitupério – como você dizia – ou o louvor, não se está instruindo, a instrução é designativa. O epidítico está na conotação, diria.

RM: É uma descrição.

LK: É, uma descrição, é ecfrase; é por isso que a ecfrase é importante. Ela é uma descrição sem objeto, e fica-se a imaginar que há um objeto presente. Nela o objeto está sempre ausente, desde Luciano (é dos tempos de Luciano que vem a ecfrase), expõem-se grandes descrições...

RM: Ele não conheceu a Calúnia.

LK: Certamente não. Ele teve notícias de Apeles por alguém...

RM: Por alguém, e aí ele fez a ecfrase.

LK: E aí ele fez a ecfrase. E Alberti se apropria, torna aquilo uma história e Botticelli a pinta. O objeto está ausente. A formação de Panofsky é neokantiana, ele foi aluno de Cassirer. O idealismo dizimou a inteligência histórica.

RM: É grave isso.

LK: Isso é gravíssimo. Sendo crítico, Panofsky é acrítico no que concerne ao discurso.

RM: E de onde você acha que está vindo essa recuperação dessa tradição retórica, poética?

LK: Ela veio vindo, o grande texto você tem, eu conhecia a referência no próprio Panofsky e você o achou, é o Lee – lembra que você o achou? O Ricardo é uma pessoa assim, que vai às coisas mais admiráveis...

RM: *Ut pictura poiesis*.

LK: O Lee, que é o primeiro texto conhecido. Mas é um texto que está desajeitado, perdido. É um americano do interior, uma coisa belíssima, mas ele não consegue articular bem as noções. O artigo é da década de 40. Acho que é por aí que começa. Panofsky o cita em *Renascimento e renascimentos*, mas não sabe o que fazer com aquilo, não entra na cabeça dele. É uma limitação impeditiva que se veja outra coisa. Tem-se que trabalhar as letras e

artes, não se pode trabalhar isoladamente no estilo Francastel, estilo Panofsky, independentemente de articulação histórica. No século 19 é outra coisa, mas até o 19 não se pode fazer isso. O Ricardo trabalhou o século 18 e sabe que não se pode fazer isso. Fale um pouco sobre isso, acho que é uma questão interessante, que está no mesmo horizonte...

RM: O século 17 é essa busca de um fundamento que possa servir para a arte. Os autores procuram nos lugares mais distantes, alguns nas escrituras, alguns na natureza, mas essa natureza é um conceito incerto, e a querela dos antigos e dos modernos indica uma indecisão a respeito do valor da Antiguidade. E nessa querela, via poussinistas, há a reavaliação, ou melhor, a reafirmação da tradição retórica. O doutorado da Magnólia Costa Santos, lindíssimo, sobre Poussin, mostra como ele, Poussin, opera o tempo todo tendo como referência essa tradição e como pensa *electio, instructio, dispositio*. Ele quis ser o pintor perfeito, o que não negligenciou nada. O século 18 já é mais complicado, porque nesse século se tenta organizar todo o conhecimento, e tenta-se classificar tudo. Nessa especificação, coloca-se um pouco de lado essas tradições da retórica e da poética. Por exemplo, toda a discussão de Lessing sobre a diferença entre as artes do espaço e as artes do tempo, entre pintura e poesia, trata-se bem de um esforço de dizer: “a pintura age no espaço, a poesia atua no tempo, não são, portanto, iguais”, quando me parece que a tradição anterior não distinguiu isso, pelo contrário, todo o texto do Lee tratava de mostrar como eles queriam fazer pintura como se fazia poesia, operando ambas na chave retórica. É no século 18 que se encontra esse afastamento e procura-se discernir entre poesia e pintura; vai-se procurar a especificidade de cada uma das artes, formando-se o sistema das Belas-Artes. Mas isso é uma operação tardia em relação ao

renascimento. No século 19, a referência se dissolveu.

LK: Como é que você vê Boulleé, Ledoux, nesse horizonte prescritivo?

RM: Eles vão operar certas categorias que vêm da Antiguidade em uma chave nova. Por exemplo, Boullée, em seu texto *Arquitetura, ensaio sobre a arte*, começa por dizer que a arquitetura não tem nada a ver com a construção. A arquitetura é uma arte de imagem e para se construir é preciso conceber. E, sendo arte de imagem, não tem compromisso com que aquilo que se vá projetar seja, ou não, construtível. Mas o projeto deve explicitar o caráter específico de cada edificação. Se tomarmos a noção de caráter, remontaremos à noção de verossimilhança aristotélica. A operação de Ledoux e a de Boullée é essa. Por exemplo, qual o caráter próprio do edifício para o cenotáfio de Newton?

LK: Não tem um lado do sublime nisso?

RM: Totalmente sublime! Vai-se fazer o cenotáfio de tal forma que se vendo o edifício, mesmo que não se conheça Newton, se saberá o que Newton fez – a Lei da Gravitação Universal. Esse cenotáfio terá uma dimensão tal que será, não a representação, mas quase a materialização da própria coreografia celeste. É muito interessante a operação feita, e que me parece mal-entendida pelos modernos. Isso se encontra não só em Boullée, mas também em Milizia. Se se trata de projetar um cárcere, é importante que, olhando-se esse cárcere, já se tenha medo; que seja um lugar escuro, um lugar abissal, gigantesco, onde cada um se sinta absolutamente diminuído. Então, tudo deve transpirar medo e inquietação. Em um tribunal, por exemplo, tem-se que, ao se entrar nele, sentir-se que aquilo é uma máquina que inspira respeito, que esmaga por sua solenidade.

LK: Uma retórica.

RM: Retórica. Mas, aí, eles são vistos como arquitetos meio-loucos, revolucionários, sendo

colocados de lado. A operação seguinte ocorre com Durand: trata-se da formulação de um sistema projetivo, operativo. Primeiro traça-se o eixo maior, depois, o eixo secundário, depois o outro, e toda a seqüência de operações para qualquer projeto. Tem-se uma mudança no caráter da tipologia, porque a tipologia que vem da Antiguidade – os tipos basílica, templo períptero, arco do triunfo, etc., conformam-se à finalidade do edifício. Em Durand, tem-se os tipos quadrado, duplo quadrado, pavilhão com alas com alguma outra coisa, o que é uma tipologia morfológica. E esse quadrado, ou duplo quadrado, ou outras variações servem para qualquer finalidade do edifício. Mas essa operação ocorre no começo do século 19 e desemboca depois em todas as operações construtivas modernas.

LK: É interessante justamente esse lado da doutrina. Essas doutrinas são abrangentes, elas vão até o fim do século 18, e em arquitetura entram na Beaux-Arts do século 19 e têm uma adesividade muito grande. Não temos isso em mente quando lemos, por exemplo, esses historiadores da arquitetura, das artes, são sempre teleológicos, não conseguem desvincular, separar, parece que tudo conspira em um ponto de fechamento lá na frente, que é o moderno. É muito estranho esse pensamento. Acho que esses novos autores têm muito a ver com Francastel, são admiráveis – como Pevsner, todos nós gostávamos dele – mas massacram a diferença histórica...

RM: O Pevsner é totalmente teleológico. Ele vai mostrando como do movimento *arts and crafts* se encaminha, necessariamente, à Bauhaus. E faz uma série de operações que são muito estranhas, porque a Bauhaus, que é tida por alguns como o máximo do modernismo, na verdade, no seu início e na sua concepção, remetia à corporação de ofício...

LK: Exatamente.

RM: E ele vai recuperar: “nós, os construtores”, Gropius escreve isso: “nós, os

construtores dessa nova catedral...” etc., etc. E o que o estudante ali vai aprender? Não há história da arquitetura na Bauhaus, isso é eliminado! Ele vai aprender a operar marcenaria, vitral, tecelagem, vai começar a partir da tradição artesanal. E isso acaba se tornando uma espécie de paradigma do modernismo!

LK: Nesse sentido, quando se faz história hoje, contrariamente a essa posição, tem-se mais um olhar de um antropólogo, de um etnólogo, de um psicanalista. Considera-se a diferença. Não se está alinhavando tudo e não devemos responsabilizar o marxismo por isso, porque há grandes autores, como Blunt...

RM: Ele era até espião.

LK: Ele cuidava do acervo da rainha e era, ao mesmo tempo, um agente infiltrado. E há esse outro italiano maravilhoso, que é Bandinelli. Ele foi diretor do Instituto Gramsci, um grande marxista, e o que ele produziu sobre Roma foi uma coisa maravilhosa. Uma nova Roma surgiu da pena dele. Não se deve dizer que o marxismo é teleológico. Tem um marxismo que está por aqui, uma vulgata que conhecemos muito bem no Brasil, que é realmente uma preguiça de pensamento. Mas há um marxismo laborioso. Bandinelli fala assim: “*Em Roma é errado falar em artes populares. Em Roma se diz: o senado e o povo Romano, todo mundo é povo. Não há isso ‘o povo’, ‘as artes populares’. Tem de se dizer ‘plebe’.* As pessoas continuam sendo românticas!.” Veja um marxista escrevendo isso nos anos 60. Ele abriu grandes avenidas no estudo da arte antiga. Fez conexões importantes, relações. O problema é que o marxismo também caiu em um dogmatismo, em uma coisa primitiva, tonta, lukacsiana...

RM: Na minha tese tentava mostrar essa visão teleológica das vanguardas.

LK: Exatamente.

RM: As vanguardas se afirmam como “a” realização e a superação de todas as coisas anteriores. É uma operação ideológica que a

historiografia do moderno encampa e reitera. E torna-se doutrina: o moderno é a realização necessária e a superação de todas as etapas anteriores. No caso da história da arquitetura, há alguns livros que levam isso ao exagero. Penso, particularmente, no livro de Giedion, que foi o de cabeceira de várias gerações. Nele, procura-se associar a arquitetura moderna com a teoria da relatividade, e escolhendo exemplos anteriores, mostrando como tudo levava, necessariamente, à arquitetura moderna e que esta seria, hegelianamente, a realização de todos aqueles passos anteriores. E isso acabou se consagrando. O que me parece é que se precisa criar uma historiografia ou uma história menos simplificada, com menos heróis e menos momentos de *ruptura*. Mostrar como há uma certa tradição que vem dos gregos, e destes aos assírios, aos egípcios, etc., e que essa tradição veio se transformando e o que parece novo não é tão novo assim, mostrar também as operações de simplificação: “*o Renascimento é o momento de ruptura!*”. Uma das manias da historiografia recente é a de ruptura: “*há uma ruptura com a Idade Média*”, “*o Moderno é uma ruptura com a Academia*”, e assim por diante.

LK: Vou fazer uma pergunta para você, que é uma coisa que me afeta muito também e acho que a todos nós de algum modo: “os anos do desencanto”. Nós entramos em uma melancolia porque justamente acreditamos nesse finalismo, nessa teleologia. “Agora, com as vanguardas, tudo será realizado!”. De repente, percebeu-se que houve uma grande traição. Entrou-se em um discurso pequeno-paranóico da grande traição, dos intelectuais, etc., fora as traições efetivas, a canalha que apareceu no poder.

RM: Tem uma piadinha, que me contaram, atribuída a um crítico de arte, que dizia assim: Deus morreu, Marx acabou e eu já não estou me sentido bem... (risos). Os últimos trinta anos têm sido os desse desencanto com esses

finalismos e com essas certezas... Mas é, ao mesmo tempo, o momento em que aparece, por exemplo, essa nova história – Duby – que mostra uma história mais nuançada, mais complexa, das idéias, dos costumes...

LK: Excêntrica.

RM: ... E que é muito mais interessante! Lendo-se os livros do Duby fica-se maravilhado. Puxa, que idade média luminosa, que homens incríveis havia ali, e como isso ocorria!

LK: O Le Goff...

RM: Le Goff é lindíssimo! O modo como ele trata os intelectuais da Idade Média, as polêmicas e disputas que se travaram entre eles...

LK: Interessante isso. Penso nesse efeito residual: caiu-se em um cinismo porque aquele modelo não se cumpriu, mas aquele modelo era tonto, era muito ruim. Eu, pelo menos, fui realmente produzido nesse modelo, e eu passei mal, confesso...

RM: Todos nós. Mas, por exemplo, acho interessante nesses anos de desencanto a influência de Foucault. Em *Les Mots e les Choses*, ele diz que a história não tem um sentido. E fazendo-se cortes históricos sincrônicos não se vai encontrar uma relação causal entre, por exemplo, a *similitudo* renascentista e a *mathesis* do século 17. Uma não decorre da outra. Ele coloca de lado uma certa visão darwiniana da história que estava consolidada. E na nossa história das artes e da arquitetura muito particularmente, tem-se muito essa idéia, de que é “uma evolução”.

LK: Vocês ainda têm isso em arquitetura?

RM: Tem, tem muito.

LK: É como uma escola de samba que evolui, vamos dizer... (risos)

RM: “Os coitados dos medievais, porque não sabiam do ponto cêntrico, faziam tudo chapado”... “Aí chegaram Brunelleschi, Masaccio e inventaram o ponto cêntrico. A pintura, que era chapada, começou a ter espaço, então isso foi uma evolução”.

LK: É o Venturi isso.

RM: É! Mas eles não sabiam muito bem como operar. “Mas aí no Renascimento, com Leonardo e Michelangelo, resolvem-se todos os problemas”. Então a pintura está “resolvida” e em Rafael parece que está tudo direitinho. Mas é tudo uma história de encadeamentos. O interessante em Foucault é ele dizer que entre esse momento e esse outro não há relação causal, são estruturas diferentes. Isso produziu outra história: se são estruturas diferentes, então vamos ver realmente se esse pessoal da Idade Média era um monte de gente bronca e rude e que fazia as pinturas chapadas porque não sabia da perspectiva.

LK: Mas não é a perspectiva propriamente dita, como se diz nesses textos, que era a do ponto cêntrico. Eles tinham, evolutivamente, os arremedos, e Panofsky, de um modo muito elegante, mostra que é porque a ótica antiga era distinta da que surge modernamente em relação com a ótica artificial: *perspectiva naturalis* e *perspectiva artificialis*.

RM: Panofsky, de certa forma, faz um elogio dos antigos e diz que a perspectiva do renascimento desconsiderou o teorema oitavo da *Ótica de Euclides*.

LK: Ele faz esse elogio, que está na Elisabeth Strong – e foi a primeira vez que eu o vi – essa idéia de uma científicidade da arte. Francastel chega a ponto de dizer que muito da matemática moderna é proveniente da pintura, dos pesquisadores pictóricos, da perspectiva, da anamorfose. Que a anamorfose está na base da geometria projetiva, e assim por diante. Essas afirmações peremptórias são muito complicadas. Eu, como pintor, posso fazer uma anamorfose, e Ricardo, como geômetra, está pensando outras coisas, os implícitos dele são outros, ele não tem olhos para se identificar com o que faço. Não é porque estou fazendo, que ele, como geômetra, apropria-se do que faço como pintor. É preciso que se cruzem os implícitos, os pressupostos, que as nossas doutrinas se interceptem. É muito difícil se

interceptar ciência e arte, não é óbvio, quem disse que isso é evidente? É um racionalismo pequeno. É como aquele racionalismo que exclui o ornamento em arquitetura. Mas por que excluí-lo? Será o ornamento irracional, um deleite, uma frescura?

RM: É o que a historiografia faz quando diz que Lodoli é o pai do funcionalismo. Isso está no *Maniera-Elia*. “Função”, no século 18, nada tem a ver com a noção de funcionalismo, função é o que convém. Convém a este edifício que ele seja deste modo, pois é operado pelo decoro, conveniência, não está na chave do funcionalismo, quer o de origem biológica, quer o de origem algébrica.

LK: No decoro se pode ter um ornato entendido não só nos motivos, mas compositivamente. A própria composição é ornada. E o funcionalismo, esse da forma, no Nervi, é ornadíssimo enquanto composição. Está aqui o Artigas, ele é ornado no despojamento, nas proporções, etc. É um ornato compositivo, diria, para ficar no campo das doutrinas de artes, não no do discurso contemporâneo nosso das artes. Em um Boullée, a esfera é ornadíssima...

RM: É ornadíssima, e não tem mais nada, é só a esfera. É preciso marcar essa diferenciação entre ornato e ornamento, entre decoro e decoração, que, na origem, não tem nada a ver uma com a outra, e que de certa forma são opostas. Decoração, como aquilo que se vai acrescentar, não tem nada a ver com o decoro, que é adequação, conveniência, *concinnitas*. E, quando o Lodoli fala em função, está dizendo isso, é o uso, fim, ofício, decoro. O século 18 inteiro afirma isso.

LK: Os homens dos séculos 19 e 20 não souberam ler estes textos. Nós nos habilitamos a essa leitura, de repente... Isso era invisível. Você que traz estes textos da arquitetura, eles são aparentados aos textos da pintura, ou da poesia. Era um ponto cego, hoje já não é mais.

RM: Todos os textos que encontrei acerca dessa frase do Abade Lodoli fazem referência a

que nada deva estar na representação que também não esteja na função. Agora, quando se vai para o texto original, não se escreve *funzione*, e sim *uffizio*.

LK: *Uffizio* não é função. Alberti fala em *uffizio*.

RM: Lodoli diz que nada há na representação que não seja do seu “ofício”, é outro mundo. Mas aí, com essa tradução equivocada de *uffizio* para função é que se firma essa afirmação de que o funcionalismo veio do século 18. Não veio!

LK: É o Benevolo, Argan...

RM: Há vários que vão seguir isso. É essa visão teleológica, que faz esse tipo de leitura. Até pessoas notáveis e respeitáveis como Tafuri ficam procurando vanguardas no século 18. Para mim isso é uma coisa muito estranha. Para eles, Piranesi é vanguarda. Todavia, Piranesi opera o tempo todo na chave do sublime, na chave do retórico, na chave do decoro.

LK: Quando ele faz as vistas de Roma, todos dizem “ele não é grande”. Não, não é isso, ele está fazendo um *delectare*, ele está gravando uma paisagem. Então ele não está realmente nos *Cárceres*. E, ao mesmo tempo, aquilo que vem de Roma e da Grécia instrui e deleita. Estou vendo nas ruínas, localizo tudo, é uma topografia, como se dizia na época. Mas é um deleite também. Então acham que este artista das paisagens é inferior ao dos *Cárceres*. É inacreditável. Eu não consigo entender essas lógicas disjuntivas. Porque justamente falta a doutrina... *Uffizio* é um conceito básico em Alberti, e nos outros autores todos, porque está na doutrina e, como em retórica, são as partes, todas elas que se enlaçam. Este conceito diz respeito ao artífice. Isto está em Vitrúvio. E de repente se cai no funcionalismo. É muito interessante como uma apropriação, mas é uma incapacidade também de se ler um texto historicamente, para se afirmar que Piranesi foi um vanguardista em pleno século 18.

RM: Quando se considera os *Cárceres* e faz-se uma análise perspectiva, vê-se que esta realmente não funciona. E isso é uma operação retórica, é para não funcionar! Aí se olha para Piranesi e se diz “ele é um cubista”. Começa-se a entrever na operação de ruptura com a perspectiva uma atitude cubista. Há um anacronismo surpreendente. A historiografia está cheia de anacronismos.

LK: Eu li, uma vez, sobre a *Ilíada*, em uma descrição do escudo de Aquiles: “a ecfrase de Homero”. Não é possível isto sendo dito por um estudioso! É um absurdo, porque a ecfrase só surge no século 1º d.C.

RM: A iconologia em Panofsky e outros iconólogos – nem todos – perde esta dimensão histórica ao ficar observando o quadro, tentando encontrar qual símbolo atribuir a este adorno ou a outra coisa; porque a cidade está à direita e não à esquerda. O próprio texto de Panofsky, quando ele distingue iconografia e iconologia, diz que o que faz é iconologia, que não está discutindo a qualidade do quadro, seus méritos artísticos. Analisa apenas os elementos simbólicos. E isso me parece perfeitamente válido e muito interessante, mas que não dá conta.

LK: É anacrônica. Porque iconologia é título de um livro...

RM: Cesare Ripa.

LK: Cesare Ripa, na passagem do século 16 para o século 17, situa-se no âmbito das letras, dos emblemas. Então se começa a produzir uma série de desenhos, em geral medíocres como desenhos, que não têm nada de pictóricos. É o campo da visualização dos textos. Nossa colega das letras, João Adolfo Hansen, trabalha direto com isso, nos séculos 16 e 17.

RM: E que seria uma espécie de contrafação figurativa dos *topoi* da retórica.

LK: Exatamente, e são uma figuração, às vezes, de máximas. Há um texto, muito importante que a Edusp publicou, de Robert Klein, que, embora sendo anacrônico, é um texto

excelente, *A forma e o inteligível*. Foi o primeiro texto a enfrentar isso com garbo.

RM: A introdução é sua.

LK: O posfácio. O prefácio de Chastel é uma apresentação bonita. Eles foram amigos e fizeram um trabalho muito aberto. Devemos a eles, por exemplo, a sobreposição dos discursos. Por exemplo, quando se define o engenho, o que há nele de médico, astrológico, temperamental. Esses conhecimentos envolvem uma erudição na qual Klein está presente. Ele justamente tem esse artigo fundamental. Então, “iconologia” é errado porque o que se pinta é a história. Não existe “mitologia”, não existiu a chave “mitologia”. O que o pintor faz? Ele pinta a história. E não só Alberti diz isso, todos dizem “pinta-se história”, ou então se pinta outra coisa, peixes...

RM: Mas aí precisa se criar o sistema em que se pintem outras coisas.

LK: Plínio é enumerativo. Os gêneros em Plínio proliferam. São centenas: este pintava barcos; aquele, homens; aquele outro pintava homens melhor do que barcos. Essa é a enumeração, a que chamamos temática, mas o termo “tema” não é bom. É um pintar enquanto inventar alguma coisa, *res*, pintar coisa. Em *res*, a mais elevada é a história, academicamente.

RM: O sistema do Beaux-Arts, no século 17, estabelece uma hierarquia.

LK: No século 18, isso se cristaliza. A paisagem surge no 17, a natureza morta surge no 17.

RM: Mas isso nos flamengos é associado à criação de um mercado de arte, de compradores que querem ter cenas de interior, cenas de natureza morta, paisagem, etc., e o pintor se especializando nesses gêneros. Um mercado que está se consolidando e que compra vários gêneros. Já não é mais o pintor que pinta por encomenda, mas pinta para um *merchant* que revende. É quando o gênero retrato chega ao seu desdobramento máximo: tanto solitário quanto em

grupo, o qual era colocado na sala da corporação.

LK: Os holandeses nem chamam a isso natureza morta, chamam-lhe “vida quieta”, como também fazem os alemães. Os franceses produziram *nature morte* e nós herdamos o lado francês.

RM: O Poussin vai tratar o gênero paisagem...

LK: Ele vai andar bem nele. Na hierarquia, pegando-se a pintura de história, depois a de gênero, é tudo uma leitura de textos antigos. Ninguém cria a pintura. Lê-se, assim, “os holandeses fazem a pintura do interior burguês”, o que é ingênuo. Realmente, eles fazem isso, mas está em Plínio, pintava as pessoas dentro de casa, etc., coisas assim.

RM: Isso não se sabia ao certo, mas quando se começou a tirar as camadas de Pompéia, encontrou-se tudo lá. Em Pompéia há cenas de interior, de natureza morta, de paisagem...

LK: Só que não é designado assim ou classificado assim. Não se tem isso. Tem-se dois conceitos que permitem pensar uma natureza morta: *xenia* – o que se pinta no quarto em que se recebem hóspedes, um pote com água, uns pêssegos, ou então a pintura *vil*, *riparografia*. Esta é uma outra tradução possível, como está em Plínio. *Xenia* está nos autores de ecrases, os filóstratos.

RM: Essa pintura ficava no quarto de hóspedes?

LK: É. Prescreve-se isso, está previsto. Evidente que se colocava em outros cômodos também. Mas nos textos estava previsto ali. Os autores gregos são incisivos nisso. Essa pintura de interiores já está toda lá, codificada, como você disse.

RM: Tudo isso estava lá. Mas ninguém foi olhar! Quando se tiraram as cinzas de Pompéia: “puxa! Mas era assim!”. Então se descobre uma Antiguidade que não estava nos livros. É por volta de 1750 que começam a circular as estampas de viajantes. É estranho que no tratado de Palladio a coluna da ordem dórica estivesse sem base, porque se achava

que toda coluna tinha que ter três partes: base, fuste e capitel. Quando se foi a Paestum e depois à Península Grega, encontrou-se a coluna de ordem dórica grega sem base...

LK: Na Sicília também...

RM: Na Sicília, Agrigento, e aí ficaram totalmente perdidos.

LK: Logo ali, debaixo do nariz.

RM: Ali! Mais próximo ainda. Não havia então essa curiosidade de se ir e ver como eram as coisas. Porque se achava que os livros eram suficientes. Todos os tratados de arquitetura, até então, exceto o de Palladio, apresentam a coluna de ordem dórica com base. Entretanto, o dórico grego não tem base.

LK: É uma coisa muito divertida também pensar-se nessa relação que se funda a arqueologia nesses anos. Diz-se: *Mantegna escavava*. A arqueologia é com Pompéia mesmo, como Ricardo está dizendo. Ali se dá a fundação de uma disciplina, de um campo de conhecimento.

RM: De estabelecer-se transições, influências, periodizações. Isso não existia. A Antiguidade para muitos era uma coisa homogênea.

LK: Não se distinguia claramente entre o grego e o romano. Mas Winckelmann, Mengs, Canova tropeçavam, eles tomavam o grego pelo romano, o romano pelo grego – eles ainda não sabiam discernir uma coisa de outra. E são autores dos tempos da redescoberta de Pompéia.

RM: Outra das surpresas é que Winckelmann associa a estatuária grega à perfeição porque no mármore branco se encontra o contorno, e o contorno é a linha, e a linha é a inteligência, e a inteligência é o que define. Então, os gregos depuraram a natureza e chegaram à linha exata. Ainda em fins dos séculos 18 e 19 descobre-se que na Antiguidade tudo era pintado! E que a estátua ficou branca porque a pintura se desgastou e desapareceu.

LK: Parece que alguma ficava sem pintura.

RM: A deusa Atena no Parthenon era dourada, vermelha, azul. O Parthenon era colorido.

LK: Em Plínio, em todos os autores, tem-se uma estátua criselefantina, feita de marfim (presa) e ouro. Essa é que é a grande estátua. Há não só a cor, mas também o brilho, a luz, o material como luz. É também uma reflexão sobre a luz, que está presente na criselefantina. Quando se consideram essas doutrinas de arte nota-se que em meados do século 16 começam a aparecer conceitos que emergem como poderosos. Em Vasari, por exemplo, o conceito de desenho é um conceito que faz todas as artes confraternizarem. Pintura é pintura, que difere da arquitetura, que difere da gravura, e vai por aí afora. Cada arte é uma arte. Ghiberti escreve sobre a escultura em umas páginas e sobre pintura em outras páginas. Um anônimo, da coleção Antonio Billi, também separa. Vasari mantém separado, mas ele diz que há um princípio fundante que é o desenho, ao qual Ricardo se referiu, como os poussinistas, os que reivindicam o antigo. O interessante é que na segunda metade do século 16 começa a entrar no discurso a filosofia. O das artes deixa de ser um discurso dominante retórico-poético. E aí se vai dar nos modernos, do 17. Por exemplo, em Zuccari, começa uma articulação metafísica. Blunt, já em 40, articula-o no livro *Teorias da arte na Itália, 1450-1600*, que é um texto admirável. Os textos vão se integrando. Vai-se ter uma impregnação, por exemplo, com Locke, das sensações. Essa filosofia das sensações começa a embeber o discurso das artes. Kant vai escrever sobre o belo e o sublime, que será uma coisa menor em relação ao texto de Pseudo-Longino. Mas o que faz a diferença é que ele fala das sensações, dos sentimentos, etc. Isso marca uma modernidade que está na doutrina, mas lhe muda muito o peso da doutrina. Tudo bem que se alegue que no fim do século 15 e no começo do 16 há um certo platonismo, com Marsilio Ficino e Pico della Mirandola. Mas a filosofia está entrando por aí. Os modernos vão tomar, no fim do 17, na França, uma posição que defende as

sensores, a cor contra o desenho, o sensível contra o inteligível. Os poussinistas quando não atacam Rubens, é Ticiano que visam, pois o fazem alegorizar a cor, como dominante. Quando se entra em Lessing, como você falava, isso já está consolidado. E a estética surge disso. É filosófica, nesse sentido, a partir do momento em que o discurso filosófico prevalece sobre o discurso de doutrina. Poder-se-á jogar com o tempo, com o espaço, com o espírito – Hegel, etc.

RM: Já é o esvaziamento das preceptivas.

LK: É esse campo novo da estética que surge, eu diria, como morte da poética. Isso é básico, porque é uma coisa a ser pesquisada. É um ponto nevrálgico, quando se lêem os textos, é flagrante. A estética de Baumgarten pressupõe os ingleses, via Locke, via Newton, o que se lê em Diderot.

RM: Quando isso se torna uma disciplina filosófica, a teoria da sensibilidade, a teoria das belas-artes, essa tradição retórica, a montagem do discurso é suprimida.

LK: Já acabou! Aí se vai fazer a teleologia.

RM: Porque, embora no século 18 ninguém negligencie a sensação, a operação retórica é ainda uma operação determinante.

LK: É lógico, Cícero não vai distinguir, Aristóteles não vai, Quintiliano, Horácio, ninguém fica lá discutindo o que é da razão e o que é da sensação. Não é isso que interessa. É como se prescreve, como se deve fazer, como o orador deve falar. Qual a faculdade mais importante? A memória.

RM: E a memória e a imaginação estão juntas.

LK: Fantasia, como os gregos diziam.

RM: Outra coisa que tento mostrar é que embora o século 18 seja tido como racionalista, fala da emoção o tempo todo.

LK: Qual racionalismo? Se é um racionalismo, é bonito, aberto, cheio.

RM: Racionalista é o século 17 e não o século 18. O século 17 é o século dos sistemas, etc.

LK: Posso dizer algo contra o Foucault: o modelo dele, quando pensa a época clássica,

é Descartes. Mas quando se estuda Espinoza e Leibniz, é a negação total do negócio do Foucault. Porque em Espinoza e Leibniz continua-se o trabalho da *similitude*, das analogias, são operações fundamentais e não secundárias, não estão atrás da ordem e da medida, *mathesis*, como ele afirma. É que ele privilegia Descartes para a época clássica.

RM: Descartes e Port-Royal.

LK: Sim, mas Port-Royal é uma doutrina. Descartes tem que ser lido como um retórico, nesse sentido. Aquele modelo do Foucault está furado. Não estou me opondo ao que você disse, mas ele não funciona como campo de captura dos discursos do 17. Ele funcionaria, e você mesmo o desmente, quando diz que o século 17 não tem nada a ver com o 18. Para ele, a representação é o 17, é o 18, até finitude, até Kant, que para ele é o signo de viragem epistêmica...

RM: Ele fala em um “Quadro geral” do século 18.

LK: O século 18 é uma grande razão.

RM: É uma razão que olha para a emoção com todo o interesse, e vice-versa.

LK: Sim, o que se tem na retórica: o instruir, o deleitar e o mover. É o mover, ele está presente, ele está articulado, ele não está em contradição com nada.

RM: Não há nenhum autor do século 18 que coloque a emoção de lado. E a arte é esse campo próprio da emoção. Ali ela é a primeira.

LK: Você está pensando isso contra o racionalismo da arquitetura?

RM: Contra essa visão racionalista que se atribui ao século 18: “os iluministas eram racionalistas”. Para os enciclopedistas a razão responde no tribunal da razão. Tudo bem. A razão responde no tribunal da razão, mas a emoção não responde no tribunal da razão. Ela tem o tribunal dela, e vive muito bem no tribunal dela. Diderot, enciclopedista, fala: “poetas, sede obscuros”. Não é da natureza da poesia ser clara. A poesia sugere, ela tem que ter essa margem de imprecisão, pois de outro

modo não seria poesia. Isso é dito por quem está fazendo a *Encyclopédia* com D'Alembert. Entretanto, essa imagem de racionalismo exacerbado é a que se consolidou sobre o século 18. E depois, mesmo gente muito boa disse que o romantismo, que afirmava a precedência da emoção, teria sido uma reação ao iluminismo. No entanto, o romantismo está todo na ilustração.

LK: Nas artes, pergunto, é possível pensar-se um Delacroix sem se referenciar a um Ingres ou a um David? Não.

RM: Não, absolutamente. O próprio Delacroix diz ter a maior admiração por Ingres, por David, mas diz que faz algo diferente. Agora, em Géricault há uma operação retórica completa. Os corpos na Balsa de Medusa, os corpos mortos, os agonizantes, os vivos, o mar, tudo está prescrito. E aí se diz que com Géricault se tem a ruptura com a tradição... Não é!

(1) Diálogo realizado a pedido da editora-chefe da *Revista Pós*, e conduzido no prédio da FAUUSP.

cripción daja.

o. S. João em ~~o~~ fundindo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bô S. J. 58 braus e Mea de despalmo por braça. Tem essa
muy ponzoñosa. Di

~~M V X I D R V C~~

~~ia Montanha, E a~~

~~canalivs denubratis~~

~~at a ponto N. 2.~~

~~istória, sua pôrte.~~

~~Finas libras e meia a~~

~~o final de rocha viva.~~

~~For apraya.~~

3 | ARTIGOS

Stamatia Koulioumba

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

S

ÃO PAULO: CIDADE
MUNDIAL?
EVIDÊNCIAS e RESPOSTAS
De UMA METRÓPOLE EM
TRANSFORMAÇÃO

RESUMO

A região metropolitana de São Paulo tem sido objeto de inúmeras pesquisas urbanas voltadas para o entendimento das relações socioeconômicas dos diferentes agentes envolvidos. No início do século 21 têm sido reduzidas, contudo, as abordagens que enfatizam a inserção de São Paulo no novo contexto econômico mundial. Mais do que enfatizar o caráter excluente e os enormes contrastes preexistentes nas cidades semiperiféricas do sistema capitalista mundial, pretendemos tão-somente apontar algumas evidências de que o processo de globalização vem tomando corpo sobre o território por meio das atividades terciárias e quaternárias (*serviços produtivos avançados*) aí exercidas. O presente ensaio objetiva discursar, portanto, sobre os distintos papéis contemporâneos desempenhados por esta metrópole que a colocam no cenário internacional integrando-a, assim, em um seletivo universo de *cidades mundiais* ou *globais*.

ABSTRACT

Several researches have focused on the metropolitan region of São Paulo as its central topic, trying to understand, basically, some of its social and economical aspects. In the wake of the 21th century, however, there are few of them that emphasize the importance of São Paulo in the new world economy. Although there are enormous contrasts between Developed and Developing countries, we aim at showing here, some clear evidences that the process of globalization is getting shape particularly through the tertiary and quaternary activities (*Advanced producer services*). The present essay will point, therefore, some of the new roles played by this metropolis that contributes to its insertion in a selected universe of *world or global cities*.

“As cidades grandes têm fascinado os cientistas sociais ao longo do último século e isso pode ser comprovado através da imensa gama de termos utilizados para descrevê-las: cidades imperiais, cidades primárias, grandes cidades industriais, cidades milionárias, cidades mundiais, cidades capitalistas globais, centros financeiros internacionais, megacidades e cidades globais são denominações bastante conhecidas.” (Beaverstock et al, 1999: 445) Embora as **megacidades** tenham se tornado um fenômeno global e tenham adquirido uma importância, tanto nacional quanto internacionalmente, existe uma outra classe de cidades que tem sido considerada primordial para a nova ordem econômica internacional. “Estas são as chamadas **cidades mundiais** ou **globais**, pois desempenham certas funções que as diferenciam das demais e, que contribuem para o desenvolvimento da economia global, como um todo.” (Lo e Yeung, 1998: 9)

Apesar de apresentarem características de primazia¹ e serem importantes sedes do poder político, as *cidades mundiais* vão além disso (Jones, 1990: 13-4). Elas ultrapassam, pois, a rede nacional urbana, tornando-se parte de um sistema internacional. Estas cidades têm surgido a fim de possibilitar um domínio da rede metropolitana do planeta (Graham e Marvin, 1996: 139). A mais potente desta nova geografia da centralidade conecta os principais centros financeiros e de negócios do mundo desenvolvido: Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney, Hong Kong. Mas inclui, ainda, outras cidades do mundo em desenvolvimento, tais como: São Paulo e Cidade do México (Sassen, 1994: 4-5). Deste modo, uma *nova hierarquia urbana de cidades* tem colaborado para o estabelecimento de diferenciados mecanismos de gerenciamento e controle da produção e das finanças internacionais mundialmente.

Diversos autores têm se voltado, assim, para o entendimento da formação deste *sistema hierárquico de cidades interconectadas* (Smith e Timberlake, 1995a, 1995b; Feagin e Smith, 1987; Friedmann e Wolff, 1982; Friedmann, 1986; Chase-Dunn, 1985). Baseados nos estudos de Immanuel Wallerstein², estes teóricos desenvolveram uma *concepção estrutural do sistema global*. Algumas das características por eles realçadas seriam, portanto, a existência de um *centro, semiperiferia e periferia*, a presença de vários mecanismos de trocas desiguais, a possibilidade de mobilidade de determinados países ao longo de um período histórico e o despontamento ou declínio de certas forças hegemônicas (Smith e Timberlake, 1995a: 88).

A literatura internacional destaca o pioneiro estudo *World cities*, de Peter Hall (1966), inspirado na obra de Patrick Geddes³ (1994), como um dos principais trabalhos a realizar interessante análise sobre Londres, Paris, Randstad, Reno-Ruhr, Moscou, Nova York e Tóquio, classificando-as em *cidades mundiais* por apresentarem determinadas características comuns, dentre as quais: principais centros de poder político; sedes das corporações transnacionais; sedes das organizações trabalhistas e profissionais; importantes centros de atividade industrial; confluências das principais ferrovias, rodovias, portos e aeroportos

(1) Este termo se refere ao domínio em todas as esferas de uma cidade sobre as demais. Ver CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Trad. Baskin, C. W. New Jersey, USA: Englewood Cliffs, 1966.

(2) Ver WALLERSTEIN, I. *The modern world-system*, vol. III, Nova York: Academic Press, 1989; *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

(3) O original da obra de Geddes data de 1915.

internacionais; sedes dos principais bancos e empresas seguradoras; concentração das instituições de pesquisa mundial; sedes de empresas disseminadoras de informação; concentração de grandes populações e de mão-de-obra internacional; crescente aumento de empregados nos serviços em contraposição aos empregados na indústria; centros especializados na prestação de serviços e no fornecimento de bens de consumo; significativos mercados internacionais.

Infelizmente a análise de Hall (1966; 1998) é bastante restrita. Apesar de seu trabalho introduzir o conceito de “*cidades mundiais*” na pauta dos estudos urbanos contemporâneos, ele o realiza a partir da ótica do **cosmopolitанизmo**, em vez de conceituar o desenvolvimento das cidades mundiais como produto da concentração do capital em geografias desiguais no sistema mundial (Beaverstock, 1999). Ou seja, sua abordagem se resume em classificar as cidades em função de determinadas características particulares. O fenômeno da **metropolização** não abrange, portanto, somente as cidades do mundo ocidental avançado. Para Jones (1990) a metropolização é um fenômeno vasto presente, também, em muitas cidades dos países em desenvolvimento. Assim sendo, os exemplos de cidades mundiais, propostos por Hall (1966), são *muito limitados* para cobrir esta questão (Jones, 1990: 125).

Uma segunda aproximação corresponde à releitura dos trabalhos anteriores, buscando situar as *cidades mundiais* em relação a uma *nova divisão internacional do trabalho* (Cohen, 1981; Friedmann e Wolff, 1982; Glickman, 1987; Feagin e Smith, 1987; Godfrey e Zhou, 1999; Knox, 1995; Thrift, 1989). Uma das principais hipóteses é aquela apresentada por Friedmann e Wolff (1982). Seu principal argumento concentra-se no papel-chave desempenhado pelas *empresas transnacionais*. Segundo esses autores, a economia mundial estaria sendo organizada e controlada a partir destas e de suas respectivas localizações em áreas urbanas estratégicas. O estudo posterior desenvolvido por Friedmann (1986), versando sobre a **hipótese da cidade mundial**, dá continuidade ao primeiro, pois avança na conceituação das cidades mundiais, inter-relacionando-as em um espectro macroeconômico mais amplo. Nele o autor constata a existência de uma gama de países centrais e semiperiféricos, organizados em torno de uma **hierarquia mundial de cidades**. Os critérios adotados por Friedmann (1986), neste caso, assemelham-se, contudo, a vários pontos descritos anteriormente por Hall (1966). (Ver Tabela 1)

Dessa forma, embora o trabalho de Friedmann (1986) seja um excelente ponto de partida sobre a formação de uma *hierarquia de cidades*, tem-se verificado inúmeras críticas acerca desta abordagem *heurística*. A teoria proposta por Friedmann e Wolff (1982) tem sido considerada *funcionalista*, como discorrem Allen e Hamnett (1995), uma vez que se limita exclusivamente à questão das transnacionais. Tanto esta última quanto a teoria da *hipótese da cidade mundial* (Friedmann, 1986) são questionáveis, na medida em que muitas

TABELA 1:
Hierarquia das Cidades Mundiais, segundo J. Friedmann, 1986

Fonte: Friedmann. The world city hypothesis. *Development and change*, n. 17 (1): 72, 1986

PRINCIPAIS PAÍSES DESENVOLVIDOS		PAÍSES SEMIPERIFÉRICOS	
PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS	PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS
Londres	Bruxelas		
Paris	Milão		
Roterdã	Viena		
Frankfurt	Madri		
Zurique			
Nova York	Toronto	São Paulo	Joannesburgo
Chicago	Miami		Buenos Aires
Los Angeles	Houston		Rio de Janeiro
	São Francisco		Caracas
Tóquio	Sydney	Cingapura	Cidade do México
			Hong Kong
			Taipei
			Manila
			Bangcoc
			Seul

das cidades listadas acima não possuem verdadeira função de coordenação do sistema econômico global (Allen e Hamnett, 1995).

Além disso, muitos autores têm argumentado contrariamente ao *empirismo casual* (Taylor, 1997), e o próprio Friedmann (1995) tem reconhecido prontamente que a construção de uma hierarquia urbana global estável é algo bastante difícil (Beaverstock, 1999). Neste estudo, Friedmann (1995) identifica as transformações que vêm acontecendo nas principais cidades mundiais, efetuando interessante revisão conceitual da **hipótese da cidade mundial**. O autor conclui que não existem critérios precisos que validem o *status* de mundial para nenhuma das cidades envolvidas. Para ele, as mudanças vêm ocorrendo continuamente, sendo muito provável que, em 30 anos, o mapa das cidades mundiais corresponda a algo completamente diferente daquele esboçado em meados dos anos 80 (Friedmann, 1995: 40).

Knox (1995) considera, igualmente, a necessidade de se revisar tal hipótese, levando-se em consideração a natureza contemporânea do sistema mundial. Para ele, a classificação das cidades mundiais, segundo uma hierarquia, é cada vez menos satisfatória⁴. Isto ocorre porque a posição das cidades mundiais secundárias, tanto do centro quanto da semiperiferia do sistema capitalista mundial tem sido freqüentemente revertida, de acordo com as respectivas novas funções desempenhadas (p. 9). King (1990) também é pouco favorável ao raciocínio de Friedmann (1986) em conectar os processos de urbanização às forças econômicas globais. Ele diz que “(...) a hipótese de Friedmann (1986) não relaciona os processos de urbanização, em geral, às forças econômicas, mas somente àqueles aspectos ligados as cidades mundiais: nada é dito com relação as outras partes dos sistemas urbanos nacionais com os quais as cidades mundiais se conectam e que, estão igualmente sujeitas às forças econômicas globais (...)” (p. 53).

(4) Isto ocorre devido à flexibilidade das corporações no sistema mundial e à revisão constante dos meios de comunicação, no tocante às cidades mundiais, situadas na base inferior da hierarquia urbana. Com isso, os autores sugerem a possível mobilidade de cidades posicionadas inferiormente na hierarquia mundial, proposta inicialmente por Friedmann (1986).

É inegável, contudo, a importância dos estudos de Friedmann e Wolf (1982) e Friedmann (1986) na construção de um embasamento teórico sobre as *cidades mundiais*. Trata-se de um paradigma que sintetiza as diversas pesquisas eqüidistantes (mercado de trabalho, tecnologia da informação, migração internacional, estudos culturais, localização industrial, formação de classes sociais, políticas urbanas, etc.) em uma única metanarrativa atuando, também, como base para uma perspectiva mais crítica (Friedmann, 1995: 43).

O trabalho desenvolvido por Feagin e Smith (1987) é, por outro lado, o que mais se deteve concretamente no fornecimento de subsídios teóricos para a compreensão de uma *nova divisão internacional do trabalho*, bem como de sua consequente repercussão sobre o território. Tem-se notado, nas últimas décadas, uma impressionante concentração do capital em torno de 500 a 1.000 corporações multinacionais. Tais organizações vêm criando uma rede integrada de produção, comercialização, finanças e serviços corporativos, dispostos em torno de um sistema hierárquico de cidades (Feagin e Smith, 1987: 6). A maioria das empresas se encontra concentrada nas principais cidades do centro da economia capitalista mundial. Já as atividades produtivas industriais se têm dispersado, sobretudo, para os países de Terceiro Mundo (Feagin e Smith, 1987: 10).

Segundo esses autores, as empresas multinacionais criam uma economia transnacional, em cuja intersecção se encontram as cidades mundiais. *“Mas nem todas as cidades se situam num nível de comando. Na realidade, diferentes cidades ocupam uma variedade de nichos na economia capitalista mundial.”* (Feagin e Smith, 1987: 3). Deste modo, Glickman (1987), cujo parecer é bastante próximo de Feagin e Smith (1987), afirma que *“(...) algumas cidades mundiais, em particular, têm emergido como locais de organização e administração de corporações multinacionais. Cidades, tais como, Nova Iorque, Tóquio, Londres e Paris, abrigam concentrações de sedes corporativas, serviços avançados, sedes bancárias, centros de pesquisa e entidades governamentais. (...) Quanto mais elevada a posição de uma cidade na hierarquia urbana, maior será o controle sobre o seu destino econômico”* (p. 70). Portanto, a *difusão da atividade econômica* tem colaborado para a acentuação da *hierarquização territorial*.

Uma terceira perspectiva foca as *cidades mundiais* como local adequado para a internacionalização e a *concentração dos serviços produtivos na economia mundial* (Beaverstock, 1999). Os trabalhos realizados por Sassen (1991; 1994) emergem como principal exemplo da questão. Para Sassen (1994), *“(...) as cidades globais são os locais-chave, onde se situam os serviços avançados e as telecomunicações, necessários à implementação e ao gerenciamento das atividades econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as sedes de firmas, sobretudo, aquelas que operam em mais de um continente”* (p. 19). Assim, *“(...) Sassen favorece um paradigma que enfatiza a produção das finanças e dos serviços avançados, não apenas enquanto categoria residual da produção industrial, mas particularmente como uma atividade em si própria. (...) Sassen*

caracteriza, consequentemente, as cidades globais como locais de produção de serviços avançados e mercados financeiros para a compra e venda de ações" (Friedmann, 1995: 29).

Embora os trabalhos de Sassen (1991; 1994) sejam ricos no fornecimento de dados comparativos sobre as importantes cidades globais da *tríade* Londres, Nova York e Tóquio, as principais críticas apontam para a inexistência de evidências diretas das possíveis relações entre as três e destas com as demais cidades mundiais. Beaverstock et al (2000) colocam, por exemplo, que a abordagem adotada por Sassen é essencialmente atributiva e, ademais, limitada em seu escopo quanto às relações intercidades. A própria Sassen (2001) tem-se voltado, recentemente, para uma análise mais detalhada dos possíveis circuitos de cidades globais. Apesar das limitações, seus trabalhos são considerados marcos na literatura referente às cidades globais por incorporarem, principalmente, satisfatórias compilações de dados urbanos regionais.

Podemos falar, ainda, de algumas outras aproximações cujo impacto tem sido mais regional do que internacional. Dentre eles, ressaltam-se as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Los Angeles, ou Escola Californiana, como é mundialmente conhecida, de onde despontam autores, tais como: Soja (1989; 1996); Davis (1990); Scott (1988); Jameson (1992); Scott e Soja (1986) e Storper (1997). Embora se concentrem, exclusivamente, no estudo de caso de Los Angeles, enquanto arquétipo de cidade mundial, estes procuram esmiuçar as diversas transformações, ali ocorridas, com bastante distinção. Desta maneira, eles revelam o surgimento de novas geografias urbanas, principalmente em regiões outrora pouco estudadas.

A grande maioria dos estudos enfatiza, no entanto, a análise das cidades mundiais por si só, dando um enfoque reduzido quanto às relações existentes entre elas (Beaverstock et al, 2000). "(...) As relações diretas entre cidades são extremamente fundamentais. As cidades estão em contato direto e freqüente umas com as outras, através dos diversos fluxos entre si. Contudo, as conexões entre cidades tem sido subestimadas ou até mesmo pouco examinadas" (Smith e Timberlake, 1995b: 290). Neste sentido, pesquisas contemporâneas têm procurado exemplificar como se dão as principais conexões entre as *cidades mundiais* e suas respectivas intensidades. Outros estudos buscam identificar a importância de algumas cidades, as quais têm sido poucas vezes mencionadas nas abordagens mais convencionais (Smith e Timberlake, 1995b; Beaverstock et al, 2000).

Beaverstock et al (1999) realizaram interessante trabalho no qual questionam a hierarquização preexistente de *cidades mundiais* ou *globais*. Baseados nos principais argumentos de Sassen (1994) sobre as cidades globais enquanto pólos de concentração dos serviços produtivos avançados⁵, estes autores levantam a capacidade global das diversas cidades, com ênfase particular na localização de empresas de serviços avançados. Para isso, foram selecionados quatro tipos de serviços produtivos avançados: *contabilidade, publicidade e*

(5) Para Saskia Sassen (1994), as cidades mundiais constituem o *locus* da produção pós-industrial e são os sítios onde se localizam, por conseguinte, os principais centros de serviços produtivos avançados.

(6) O termo em inglês para as firmas analisadas é *corporate service firms*.

propaganda, sistema bancário/financeiro e direito internacional. Estes itens foram analisados separadamente, de acordo com a incidência maior ou menor dessas empresas⁶, para cada uma das cidades listadas, sendo posteriormente classificados em três níveis: **cidades primárias**, **cidades relevantes** e **cidades secundárias**.

Cento e vinte e duas cidades foram analisadas no total. Somente dez cidades obtiveram a classificação primária, dez cidades a classificação relevante e 35 cidades secundárias. Das cidades denominadas **primárias**, ou cidades *tipo Alpha*, quatro se situam na Europa Ocidental, três nos Estados Unidos, e três na Ásia. A incidência de cidades do *tipo Beta*, ou cidades **relevantes**, ocorre nas mesmas regiões mencionadas no caso anterior, porém com a inclusão de algumas mais, tais como: Sydney (Austrália), Toronto (Canadá), Cidade do México (México) e Moscou (Rússia). Além destas, uma região em desenvolvimento desponta, com o exemplo de São Paulo, na América do Sul. Finalmente, revelaram-se apenas 35 cidades do *tipo Gama*, ou cidades **secundárias**, dentre as quais Johannesburgo, na África do Sul, destaca-se como única representante do continente africano. As demais 68 cidades apresentam algumas evidências de configuração mundial, sendo, porém, precipitado denominá-las como tal. A Tabela 2, selecionada adiante, relata as principais cidades definidas como **mundiais**, em um *ranking* que oscila de 1 a 12.

TABELA 2:
Relação das principais cidades mundiais,
segundo Beaverstock et al (1999)

Fonte: Beaverstock et al, 1999

CIDADES MUNDIAIS TIPO ALPHA (PRIMÁRIAS)	
12	Londres, Paris, Nova York, Tóquio
10	Chicago, Frankfurt, Hong Kong, Los Angeles, Milão, Cingapura
CIDADES MUNDIAIS TIPO BETA (RELEVANTES)	
09	São Francisco, Sydney, Toronto, Zurique
08	Bruxelas, Madri, Cidade do México, São Paulo
07	Moscou, Seul
CIDADES MUNDIAIS TIPO GAMA (SECUNDÁRIAS)	
06	Amsterdã, Boston, Caracas, Dallas, Dusseldorf, Genebra, Houston, Jakarta, Johannesburgo, Melbourne, Osaka, Praga, Santiago, Taipei, Washington
05	Bangcoc, Pequim, Montreal, Roma, Estocolmo, Varsóvia
04	Atlanta, Barcelona, Berlim, Buenos Aires, Budapeste, Copenhague, Hamburgo, Istambul, Kuala Lumpur, Manila, Miami, Minneapolis, Munique, Xangai

O estudo de Beaverstock et al (1999) busca elucidar, então, algumas das classificações mais tradicionais sobre **cidades mundiais**. Sua importância reside no fato de traçar uma reflexão consistente acerca das cidades situadas nos pontos intermediários e inferiores da *hierarquia mundial de cidades*, mostrando a inserção de algumas, outrora excluídas das classificações mais convencionais. Porém, como colocam os próprios autores, uma hierarquização a partir da análise exclusiva dos serviços produtivos avançados é bastante reducionista, bem como

arriscada. É necessário que se complementem tais estudos a partir da interconectividade entre as sugeridas cidades mundiais, por meio dos transportes e das telecomunicações.

Neste sentido, com base nos dados das conexões aéreas e destinos principais, Keeling (1995) estudou a expressiva primazia de Nova York, Londres e Tóquio, enquanto conurbações globais de transportes aéreos. Diz o autor: “(...) juntas, essas três cidades recebem 36,5 por cento do total global de vôos non-stop das 20 principais cidades dominantes do transporte aéreo” (Keeling, 1995: 121). Cingapura e Hong Kong são, por sua vez, os centros mais importantes em termos de tráfego regional da Ásia, mas Tóquio é a principal metrópole da região. Em um segundo nível, encontram-se as cidades de: Paris, Frankfurt, Amsterdã e Zurique, na Europa; Miami e Los Angeles, nos Estados Unidos; Cingapura, na Ásia; e Cairo, na África. Elas agem como importantes conexões na economia global, mas são responsáveis por zonas específicas (Keeling, 1995: 123). Finalmente, existem as cidades com atuação *regional*: Moscou, Hong Kong, São Paulo e Sydney. Embora estas cidades concentrem inúmeros bancos e sedes de importantes multinacionais, suas influências são primordialmente de natureza regional e doméstica (Keeling, 1995: 125).

Rimmer (1998), em trabalho semelhante, porém mais abrangente do que o de Kelling (1995) avalia, além dos dados de transporte aéreo de passageiros, outras modalidades de transporte (como, por exemplo, *transporte marítimo e aéreo de cargas*) e de telecomunicações, no favorecimento da composição de um quadro significativo de *cidades mundiais*. As conclusões obtidas são próximas às de Keeling (1995), na medida em que se sugere uma elevada concentração do transporte aéreo de passageiros em torno de certas cidades. O mesmo se processa para as telecomunicações. A concentração dos transportes aéreos, em determinadas conurbações ou *cidades mundiais* refletem, por conseguinte, a predominância das mesmas em relação às demais inferiormente posicionadas na hierarquia global.

Não existe, portanto, a nosso ver, uma maneira definitiva e única de se abordar a questão das cidades mundiais. A literatura internacional propõe, porém, alguns conceitos capazes de esclarecer as possíveis evidências da transformação de uma cidade em mundial. Dentre eles listamos: amplo setor terciário e quaternário (incluindo finanças, setor bancário, publicidade e propaganda, direito internacional, sedes institucionais e governamentais, unidades de ensino, lazer e entretenimento, turismo e instituições culturais); eficientes sistemas de transportes e telecomunicações; novas organizações físico-sociais sobre o território; e outros mais. Analisaremos, a seguir, a inserção de São Paulo no quadro das chamadas *cidades globais* ou *mundiais*, a partir de tais critérios.

A importância da **região metropolitana de São Paulo**, como pólo centralizador nacional e *cidade mundial* ou *global* na semiperiferia do capitalismo mundial, tem sido largamente abordada, tanto pela literatura nacional quanto pela

internacional. Como coloca Schiffer (1999), o processo de unificação do mercado nacional, concluído no início dos anos 70, significou em níveis macroeconômico e do espaço econômico nacional, uma concentração espacial de atividades produtivas e de capital no estado de São Paulo e na região metropolitana de São Paulo. Estas transformações reforçaram, por sua vez, o caráter de *centro nacional* da metrópole paulista: *locus* da maior concentração de população e empregos nos setores secundário e terciário, epicentro das ligações rodoviárias, aéreas, telecomunicacionais, da demanda energética, da tecnologia de ponta, da difusão de padrões de consumo (p. 76).

A contribuição da **indústria paulista** para a produção nacional é indiscutível. Apesar da descentralização das plantas industriais, ocorridas mormente no final da década de 80 e ao longo dos anos 90, a participação atual do estado de São Paulo é ainda bastante representativa. Em 1996, este concentrava cerca de 50% da produção industrial do país, quase o dobro da produção conjunta de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que respondiam isoladamente por um total individual de mais ou menos 9% (Araújo, 1999: 40). A aglomeração da atividade industrial se faz, porém, de forma mais acentuada em torno da região metropolitana de São Paulo e respectivos arredores, compreendendo um raio de aproximadamente 150 km a partir do centro da mesma. Cerca de 60% do valor adicionado da produção industrial do estado localizava-se na região metropolitana de São Paulo, sendo um restante de 30% distribuído nas regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, como nos coloca Matteo e Tapia (2000), baseados em dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep, de 1996 (Tabela 3). Este fato

TABELA 3:
Distribuição do número de unidades, pessoal ocupado e valor adicionado, segundo região administrativa (%)

Fonte: Fundação Seade, 1996. *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep*

Estado de São Paulo (1996)

Região Administrativa	Número de Unidades	Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
Região Metropolitana de São Paulo	56,9	56,8	60,4
Município de São Paulo	40,3	33,0	33,1
Municípios do ABC	6,6	11,3	13,8
Demais municípios da RMSP	9,9	12,5	13,5
Campinas	14,8	16,9	16,1
São José dos Campos	3,2	4,4	6,5
Sorocaba	5,8	6,0	5,2
Ribeirão Preto	2,1	2,3	2,2
Santos	1,3	1,1	2,1
Central	2,4	2,4	1,9
Bauru	2,1	2,6	1,4
São José do Rio Preto	3,2	2,0	1,0
Barretos	0,6	0,5	0,8
Franca	2,1	1,5	0,6
Araçatuba	1,6	1,4	0,6
Marília	2,0	1,2	0,6
Presidente Prudente	1,4	0,8	0,4
Registro	0,4	0,2	0,2

gera o chamado fenômeno da *desconcentração concentrada*, assim intitulado a fim de descrever o processo no qual parcela da indústria se desloca para fora dos grandes centros urbanos, mas mantém vínculos estreitos com os mesmos (Lencioni, 1994; Matteo e Tapia, 2000).

Assim sendo, conforme diz Lencioni (1994), “(...) a reestruturação urbano-industrial da metrópole de São Paulo, produto dos processos de concentração e centralização do capital, se traduz num fenômeno socioespacial novo, criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada, em que a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de algumas ou exacerbado de outras, (...) não significam processos autônomos de metropolização. Ao contrário, são manifestações constitutivas da expansão do espaço metropolitano paulista, que se configura numa ‘macro-metrópole’ que é reforçada e não negada pela dispersão industrial”. A estrutura industrial do conjunto de regiões que forma o entorno da região metropolitana de São Paulo apresenta, consequentemente, um elevado grau de complementariedade e de integração funcional com esta (Matteo e Tapia, 2000).

TABELA 4:
Atividade econômica
industrial no estado,
segundo região
administrativa

Fonte: Fundação Seade.
*Pesquisa da Atividade
Econômica Paulista –
Paep, 1996*

Região Administrativa	Total de Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Receita Líquida (R\$ milhões)	Valor Adicionado (R\$ milhões)
Total	49.017	2.188.358	160.915	74.165
Região Metropolitana de São Paulo	27.868	1.243.880	91.635	44.794
Registro	(a) ⁷ 180	(a) 3.619	(a) 237	185
Santos	(a) 636	24.393	3.444	1.566
São José dos Campos	1.592	95.380	13.321	4.810
Sorocaba	2.864	130.911	7.787	3.849
Campinas	7.276	369.631	26.966	11.938
Ribeirão Preto	1.046	50.130	3.436	1.606
Bauru	1.016	57.442	2.825	1.043
São José do Rio Preto	1.576	42.761	1.902	749
Araçatuba	785	30.227	992	478
Presidente Prudente	674	17.728	926	288
Marília	987	27.053	1.352	409
Central	1.190	51.662	3.330	1.398
Barretos	(a) 316	11.723	1.477	572
Franca	1.011	31.819	1.286	479

(7) a. Erro amostral
relativo com nível de
confiança de 90% (CVx
1,64) entre 30% e 60%.

O incremento dos serviços tem resultado, porém, em afirmações muitas vezes equivocadas de que a região metropolitana vem se desindustrializando, cedendo lugar exclusivamente ao setor terciário. A participação de pessoas ocupadas no setor de serviços, por exemplo, ilustra o fato (de 50,8%, em 1996, para 54,8%, em 1999). Inversamente, a porcentagem da população empregada na indústria vem diminuindo ao longo dos últimos anos (Tabela 5). Muitas têm sido as justificativas para o crescimento do terciário em São Paulo, dentre elas se sugerem: o aumento do setor informal, a desindustrialização (e/ou desconcentração concentrada) e o novo paradigma técnico-científico.

TABELA 5:
Participação das pessoas
ocupadas segundo o
setor de atividade
econômica (%)

Fonte: Sempla, 2001
(baseado em Pesquisa de
Emprego e Desemprego –
PED)

Município de São Paulo (1996/1999)

Setor de Atividade	1996	1997	1998	1999
Município de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	20,8	18,9	17,8	18,0
Metal-Mecânica	7,5	6,8	6,3	6,1
Química e Borracha	2,0	2,0	2,0	1,9
Vestuário e Têxtil	4,5	3,7	3,3	3,5
Alimentação	1,4	1,3	1,4	1,2
Gráfica e Papel	2,2	1,9	1,8	2,1
Outras	3,3	3,2	3,0	3,1
Construção Civil	2,7	2,6	2,4	2,2
Comércio	17,4	17,2	17,0	15,8
Serviços	50,8	52,6	54,1	54,8
Reformas	2,0	2,6	2,6	2,6
Oficina Mecânica	1,8	1,9	1,8	1,8
Limp. e Outras Oficinas	4,4	4,1	4,5	4,3
Transportes	4,3	4,5	4,4	4,6
Especializados	6,2	6,6	6,8	7,1
Admin. e Util. Pública	4,5	4,7	4,9	5,0
Creditícios	3,3	3,3	3,3	3,2
Alimentação	5,2	5,5	5,6	5,4
Educação	3,7	3,7	3,7	3,7
Saúde	4,3	4,1	4,5	4,4
Auxiliares	2,8	3,0	3,2	3,4
Outros	8,3	8,7	8,8	9,1
Serviços Domésticos	7,8	8,3	8,3	8,8
Outros	0,5	0,5	0,4	0,4

A atividade terciária tem contribuído, também, para a modernização econômica pela introdução de novas tecnologias e mão-de-obra altamente qualificada. A Emplasa (2000) considera ainda o setor de serviços “(...) como a mais importante atividade econômica do Município, responsável por cerca de 45% dos estabelecimentos e 37% dos empregos” (Emplasa, 2000). Segundo tal fonte, tais porcentuais permanecerão elevados, considerando a importância da região metropolitana de São Paulo dentro do contexto econômico da América Latina e o seu respectivo desempenho enquanto *cidade mundial* ou *global*. Esses índices demonstram, então, o potencial da capital enquanto *campo aglomerativo*, exercendo sua liderança com base em novos padrões de competitividade por meio de “(...) recursos humanos altamente qualificados, novas formas de cooperação produtiva e empresarial, pequenas e médias indústrias limpas (de alta tecnologia e não poluentes), serviços industriais especializados e serviços financeiros e gerenciais integrados” (Rolnik et al, 1990).

Dessa forma, os serviços e algumas atividades industriais passam a dominar o conjunto das atividades econômicas produtivas altamente especializadas e concentradas em áreas restritas do território paulistano. Não se trata, portanto, de duas esferas econômicas distintas (aumento da participação dos serviços e desindustrialização), mas de movimentos que se auto-reforçam por meio da chamada *sístole e diástole*, esboçada por Santos e Silveira (2001), na qual de um



FOTO 1:
Avenida Paulista: principal centro de
atividades terciárias de São Paulo nos
anos 70 e início dos 80

Fonte: Banco de Dados da autora

(8) Leia-se da dispersão de algumas atividades industriais e de serviços.

(9) Leia-se atividades terciárias do subsetor produtivo.

(10) 42,9% dos turistas que visitam São Paulo o fazem com a finalidade de negócios, e outros 8,2% para congressos, segundo dados da Embratur, 1998. O restante visita a capital por lazer (turismo).

(11) Segundo o São Paulo Convention Bureau, em recente pesquisa, são gastos anualmente por turistas que visitam São Paulo cerca de 2,6 bilhões de reais. Ver SÃO PAULO CONVENTION BUREAU.

Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2001. O número de visitantes a turismo tem crescido também nos últimos anos (cerca de 53% em 1999, de acordo com dados da Embratur).

lado surge uma tendência à dissolução da metrópole⁸ e, de outro lado, evidencia-se sua capacidade de comando, sobretudo quanto à informação e ao sistema bancário⁹ (p. 141). A análise fragmentada da distribuição dos diversos subsetores de atividades dos **setores terciário e quaternário (pessoal, distributivo, produtivo e social)** sobre o espaço urbano da região metropolitana de São Paulo permite-nos avaliar, desta forma, as dinâmicas contemporâneas de estruturação de São Paulo como *cidade mundial ou global*.

Embora os **serviços pessoais** não respondam diretamente como um dos principais responsáveis pelas mudanças estruturais do novo paradigma econômico mundial, acreditamos ser de suma importância sua avaliação, graças à introdução de hábitos internacionais de consumo gerados a partir da globalização. Dentre eles, destacamos: o turismo, a hotelaria, a cultura e lazer, e os serviços pessoais do tipo franquia. A integração mundial, devido ao advento das telecomunicações e transportes, tem condicionado o crescente fluxo mundial de turistas. Seus reflexos no país são similares aos de outros, onde se nota um incremento de cerca de quatro milhões entre os anos de 1990 e 1999. São Paulo, diferentemente das demais regiões do país, assimila, em primeiro lugar, de acordo com as estatísticas recentes, um grande contingente de turistas com a finalidade de negócios¹⁰. Nos últimos anos, no entanto, este número tem-se voltado também para o lazer e o entretenimento, em função das opções culturais e de compras unicamente aqui oferecidas¹¹.

Isso tem possibilitado o rápido desenvolvimento do setor hoteleiro da capital. Há uma proliferação de hotéis administrados por cadeias internacionais, cuja atuação marcante introduziu, entre 1998 e 2001, algo em torno de 4.000 novos quartos. Curiosamente a distribuição físico-espacial dos hotéis tem revelado interessantes alterações na paisagem urbana. Outrora concentrados nos arredores da centralidade paulista, muitos deles têm sido construídos junto às margens do rio Pinheiros (vetor sudoeste), nas cercanias do novo centro administrativo e econômico da metrópole. Importantes hotéis de luxo, tais como: Marriot, Hilton, Hyatt, e outros, compõem exemplos de “5” estrelas com previsão de finalização próxima. Por outro lado, observa-se o deslocamento de redes hoteleiras e *flats* para outras regiões menos privilegiadas. Exemplos incluem os hotéis Meliá Comfort e Blue Tree Towers, ambos na zona leste da capital, sugerindo a dispersão do setor para outras localidades.

O espalhamento de algumas atividades de caráter internacionalizante não é, entretanto, um produto exclusivo do ramo do turismo e da hotelaria. Muitos cinemas pertencentes as três principais redes internacionais (UCI, Cinemark e Hoyts) situam-se em áreas periféricas e, nos shopping centers, de uma maneira geral. Das 197 salas de cinema, existentes em 2000, 145 estavam localizadas nos shoppings. A acentuada concentração destes nos vetores sul, oeste e sudoeste da capital revelam, contudo, uma tendência excluente desta e de outras modalidades de cultura e lazer. Museus, teatros e casas de espetáculos são as principais mostras do aumento da elitização, uma vez que se localizam predominantemente em áreas de melhor infra-estrutura urbana. O mesmo tem ocorrido em relação aos serviços pessoais do tipo franquia. Destas, as mais sofisticadas seguem padrões de proximidade com as centralidades de primeira grandeza. Já no caso dos serviços pessoais, mais voltados ao consumo direto, constata-se uma difusão ao longo do território. Escolas de inglês, videolocadoras, lojas de alimentação e outros se deslocam gradualmente para as demais regiões da metrópole. Padrões de consumo internacional tendem, pois, a universalizar-se sobre o território, mesmo de forma distinta.

Os **serviços distributivos** (*transportes, telecomunicações e comércio*) respondem, por sua vez, enquanto agentes facilitadores do processo de internacionalização da economia mundial. Apesar de terem apresentado um maior crescimento em termos nacionais entre os anos 40 e 90, a análise recente deste subsetor colabora incomensuravelmente por revelar a maneira como vem se processando a assimilação de novas tecnologias informacionais. Em um paralelo para a questão do transporte aéreo internacional de passageiros, averigua-se a elevação no número de pouso e decolagens entre 1990 e 2000, passando de aproximadamente 13.500 para 33.500 em cada um dos respectivos casos. Os embarques e desembarques sofrem também incremento para o mesmo período (de 850.000 em média para 3 milhões)¹². A vinculação do Aeroporto Internacional de São Paulo aos demais aeroportos mundiais se processa, fundamentalmente,

(12) Dados referentes ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Cumbica.

por várias companhias aéreas atuantes¹³. Embora os indicadores sejam evidentes em termos quantitativos, em termos qualitativos deixam a desejar, pois as vinculações ao mercado internacional são reduzidas quando comparadas aos diferentes pares de fluxos aéreos entre cidades¹⁴.

As telecomunicações respondem melhor, portanto, às transformações técnico-científicas. Embora o Brasil se encontre em defasagem em relação a alguns países em desenvolvimento, percebe-se que o estado de São Paulo e o seu município se diferenciam do restante do país. Dos 4.857.631 acessos telefônicos fixos do estado, 3.442.737 se localizavam na capital. Em 1996, do total de 47.449.983 ligações completadas no tronco internacional, 15.019.673 pertenciam exclusivamente ao município de São Paulo, revelando, assim, uma forte ligação desta com o exterior. As novas tecnologias de telefonia têm crescido igualmente. Mais ou menos metade dos 4.719.100 acessos de telefonia móvel, em 1999, situavam-se na grande metrópole, sendo parcela substancial desta centrada no município. Demais tecnologias têm se apresentado de forma mais concentrada na capital paulista. Das 316 localidades servidas pelo sistema de televisão por assinatura do tipo cabo ou MMDS, 82 se concentravam na cidade. São Paulo lidera esta modalidade com a maioria dos assinantes do país¹⁵. Boa parte das empresas, dentre elas a Net, Sky Television, DirectTV, etc., e têm suas sedes na nova centralidade Faria Lima-Berrini e Verbo Divino. O adensamento dos provedores de internet acontece, também, nas proximidades da Vila Olímpia (vetor sudoeste).

O comércio, por último, embora se caracterize como modalidade mais tradicional do subsistema de distribuição, tem sofrido modificações ao longo dos anos 80 e 90 com a proliferação do varejo e a concentração de diversas especializações atacadistas. A região metropolitana de São Paulo detém, assim, 40,5% das unidades comerciais totais do estado que correspondiam a 51,6% do valor adicionado, em 1996. A construção recente de muitos shopping centers em vetores menos privilegiados tem contribuído para a criação de centralidades localizadas em periferias mais distantes (exemplos incluem os shopping centers Aricanduva, Penha e Tatuapé, na zona leste)¹⁶. Além disso, os processos internacionalizantes têm inserido São Paulo em uma das seletas localidades, nas quais têm se instalado as principais grifes renomadas.

Do ponto de vista dos **serviços produtivos**, que incluem: o setor bancário e financeiro; a publicidade e propaganda; consultoria e assessoria; advocacia; e vários outros, temos a elevada participação do município e, em particular, de algumas parcelas de seu território. A inserção da Bolsa de Valores de São Paulo no contexto internacional, embora com participação anual total inferior a de muitos outros mercados financeiros exemplifica, de um lado, a crescente participação da metrópole paulistana no investimento de capitais estrangeiros. Uma série de bancos estrangeiros têm atuado ainda na capital, adquirindo força maior a partir da reestruturação do setor (fusões e aquisições). Assim, algumas

(13) Aproximadamente 33 empresas aéreas internacionais atuavam em São Paulo, em 1999. Estas estatísticas têm oscilado nos últimos anos devido à recente crise da economia mundial, que exigiu o fechamento de inúmeras rotas aéreas.

(14) Alguns levantamentos mostram que o Aeroporto Internacional de São Paulo não figura entre os 50 maiores do mundo. Sua participação é, no entanto, maior em âmbito regional devido à sua presença marcante no Mercosul.

(15) Ver pesquisa realizada pela Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) Dados do Mercado. In: <http://www.abta.com.br/tvporassinatura/dadosdomercado.htm>.

(16) Sobre o desenvolvimento dos shopping centers em São Paulo, ver PINTAUDI, S. M. e FRUGOLI JR, H. (Eds.). *Shopping centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

(17) De acordo com a pesquisa PAEP, de 1996, a indústria gráfica ocupava a quarta posição em relação às demais no ranking de classificação geral.

(18) Sobre a consolidação do setor publicitário em São Paulo, consultar ANTONGIOVANNI, L. Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. In: Santos, M., Silveira, M. L. S. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

(19) Em termos literários, muitos autores consideram o setor de informática enquanto pertencente ao setor quaternário. Para efeitos deste trabalho, consideraremos este serviço como parte dos serviços produtivos avançados.

(20) Ver Revista *Exame*. Melhores e maiores 2001, São Paulo: Editora Abril, jul. 2001.

sedes de bancos internacionais têm se deslocado da região da Paulista para o vetor sudoeste (eixo Faria Lima-Berrini). Tem ocorrido o espraiamento de agências bancárias de propriedade internacional para regiões menos privilegiadas da capital (zonas sul e leste).

São Paulo é, ainda, a 11^a cidade no mundo que mais movimenta verbas em termos de publicidade. A existência de uma forte indústria gráfica¹⁷ na capital funciona enquanto um dos fatores responsáveis pelo destaque da metrópole paulistana neste setor. Além disso, o mercado consumidor e a mão-de-obra especializada atuam como importantes elementos na consolidação de São Paulo no cenário internacional. As principais agências de publicidade mundiais se situam em áreas proeminentes, sobretudo nas regiões sul e sudoeste¹⁸. A exigência de novas formas de gerenciamento e controle tem propiciado igualmente o desenvolvimento acelerado do setor de consultoria e assessoria. Importantes empresas internacionais, tais como: Andersen Consulting, KPMG, Ernst & Young, Pricewaterhouse Coopers, Accenture, BDO International vêm exercendo seu domínio na capital. Também aqui se encontram as mais renomadas firmas de direito internacional.

Se considerarmos a informática¹⁹, como uma fatia dos serviços produtivos, é possível afirmar que São Paulo se encontra na ponta da revolução tecnológica do país. Cerca de 60% das empresas de informática, por exemplo, têm as suas sedes no município. Ou seja, 32 das 50 maiores empresas no ramo de informática estão aí localizadas²⁰. Isso se dá em decorrência da ampla estrutura física e tecnológica existente. Boa parte das empresas internacionais de softwares e demais equipamentos de informática se apresenta altamente concentrada no vetor sudoeste, estando especialmente contidas no interior de uma série de edifícios inteligentes às margens do rio Pinheiros.



FOTO 2:
Vista da marginal do Rio Pinheiros com o novo Centro Corporativo de São Paulo

Fonte: Banco de Dados da autora

(21) Podemos incluir nessa listagem a Universidade de São Paulo e os seus departamentos de pesquisa, a Universidade de Campinas, órgãos governamentais de ensino e pesquisa, dentre outros.

Quanto aos **serviços sociais**, que abrangem a *educação* e a *saúde*, é inegável a existência maciça de centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento na região metropolitana e seu entorno imediato²¹. Do total de universitários matriculados no país, aproximadamente 31% estavam na capital paulista, graças ao número expressivo de faculdades e universidades. A localização privilegiada em termos espaciais do acesso ao ensino vem sendo gradativamente desmistificada, porém, com o surgimento do ensino superior particular nas periferias mais distantes. Este fato não diminui, todavia, a exclusão social e o acesso ao ensino pela maior parte da população residente. O mesmo acontece em relação à saúde, em que os principais hospitais e centros médicos estão aglomerados em uma pequena parcela territorial.

Dessa forma, podemos concluir que a existência dos subsetores do terciário, *produtivo* e *distributivo*, bastante consolidados, colaboram por responder à hipótese que São Paulo estaria se transformando em uma *cidade mundial* ou *global*, justamente porque vem incorporando gradativamente os principais elementos que caracterizam o processo de globalização, ou seja, os avançados mecanismos tecnológicos e o acentuado fluxo de capitais internacionais. Paralelo a esse fato, tem-se notado, igualmente, a configuração de certas polaridades presentes em outras metrópoles mundiais, como, por exemplo, o crescimento da exclusão social, a guetização, a informalidade e a violência urbanas, de um lado, e, de outro lado, a formação de tecnopólos, centros avançados de pesquisa, de áreas propícias ao entretenimento e à cultura, zonas residenciais exclusivas, etc.

São Paulo passa a integrar, então, um agrupamento de *cidades mundiais* ou *globais* por apresentar características necessárias ao funcionamento do sistema capitalista mundial. Muitos autores destacam, no entanto, que esta metrópole, embora global, não faz parte de seu principal sistema de comando. Existem, assim, inúmeros problemas e contrastes socioeconômicos que impedem sua plena atuação. Apesar disso, é possível argumentar que a última década tem propiciado o surgimento, por nós denominadas, *de ilhas de excelência*, onde acontece uma forte concentração e sobreposição das atividades terciárias produtivas avançadas sobre o território metropolitano da capital. Surgem, então, *processos simultâneos* e não *dicotômicos*, nos quais é observada a pulverização de determinadas atividades terciárias de caráter pessoal, distributivo e, às vezes, produtivo, formando as chamadas *periferias globalizantes*. Resta-nos perguntar somente se a **São Paulo cidade global** é um produto da centralização regional e/ou resultado de processos econômicos mundiais em transformação. Questão esta de difícil resposta, uma vez que São Paulo encerra em si própria as contradições de um período acelerado de internacionalização em curso.

BIBLIOGRAFIA

- ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura). Dados do Mercado. In: <http://www.abta.com.br/tvporassinatura/dadosdomercado.htm>.
- ALLEN, T., HAMNETT, C. *A shrinking world: Global unevenness and inequality*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1995.
- ANTONGIOVANNI, L. Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. In: SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. S. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ARAÚJO, M. de F. I. Mapa da estrutura industrial e comercial do estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, vol. 13, n. 1-2, jan./jun. 1999.
- BEAVERSTOCK, J. V. et al. A Roster of World Cities, *Cities*. v. 16, n. 6, p. 445-458, 1999.
- . World city network: A new metageography? *Annals of the Association of American Geographers*, v. 90, n. 1, p. 123-134, 2000.
- CHASE-DUNN, C. K. The system of world cities, ad 800-1975, In: TIMBERLAKE, M. *Urbanization in the world-economy*. Londres, UK: Academic Press Inc., 1985.
- CHRISTALLER, W. *Central places in southern germany*. Trans. C. W., Baskin, New Jersey, USA: Englewood Cliffs, 1966.
- EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo). CD-ROM: *Por dentro do município de São Paulo*. São Paulo: Emplasa, 2000.
- FEAGIN, J. R., SMITH, M. P. (Eds.). *The capitalist city: Global restructuring and community politics*. Oxford, UK: Blackwell, 1987.
- FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. *Development and change*, v. 1, n. 17, p. 69-83, 1986.
- . Where we stand: A decade of world city research. In KNOX, P.L.: TAYLOR, J. (Eds.) *World cities in a world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FRIEDMANN, J., WOLFF, G. World City Formation: An Agenda for Research and Action. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 6, p. 309-44, 1982.
- FRUGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora Cortez/Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep*. São Paulo: Seade, 1996.
- GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Tradução Maria José Ferreira de Castilho. Campinas, Brasil: Papirus, 1994.
- GLICKMAN, N. F. Cities and the International Division of Labor. In: FEAGIN, J. R., SMITH, M. P. (Eds.). *The capitalist city: Global restructuring and community politics*. Oxford, UK: Blackwell, 1987.
- GODFREY, B. J., ZHOU, Y. Ranking Cities: Multinational Corporations and the Global Urban Hierarchy. *Urban Geography*, n. 20, p. 268-281, 1999.
- GRAHAM, S., MARVIN, S. *Telecommunications and the city*. Londres, UK: Routledge, 1996.
- HALL, P. Globalization and the world cities. In: LO, F., YEUNG, Y. (Eds.) *Globalization and the world of large cities*. Nova York, USA: United Nations University Press, 1998.
- . *The world cities*. Londres, UK: Weindenfeld and Nicolson, 1966.
- HYMER, S. The Multinational Corporation and the Law of Uneven Development. In: BHAGWATI, J. (Ed.) *Economics and world order from the 1970s to the 1990s*. Londres: Colier-MacMillan, 1972.
- JAMESON, F. *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*. Londres, UK: Verso, 1992.
- JONES, E. *Metropolis*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1990.

- KEELING, D. J. Transport and the World City Paradigm. In: KNOX, P. L., TAYLOR, J. (Eds.) *World cities in a world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KING, A. *Global cities: Post-imperialism and the internationalization of London*. Londres, UK: Routledge, 1990.
- KNOX, P. L. World Cities in a World-System. In: KNOX, P. L., TAYLOR, J. (Eds.) *World cities in a world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KNOX, P. L., TAYLOR, J. (Eds.) *World cities in a world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LENCONI, S. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada. *Espaço e Debates*, Ano XIV, n. 38, 1994.
- LO, F., YEUNG, Y. (Eds.) *Globalization and the world of large cities*. Nova York, USA: United Nations University Press, 1998.
- MATTEO, M., TAPIA, J. *As características setoriais e distribuição espacial da indústria paulista na década de noventa: Desconcentração, desindustrialização ou concentração?*, Campinas, 2000, mimeo.
- PINTAUDI, S. M., FRUGOLI Jr, H. (Eds.). *Shopping centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- REVISTA EXAME. *Melhores e maiores 2001*. São Paulo: Editora Abril, jul. 2001.
- RIMMER, P. J. Transport and Telecommunications among World Cities. In: LO, F., YEUNG, Y. (Eds.) *Globalization and the world of large cities*. Nova York, USA: United Nations University Press, 1998.
- ROLNIK, R. et al. *São Paulo: Crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. S. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SÃO PAULO CONVENTION BUREAU. *Pesquisa e Diagnóstico Econômico do Turismo de Eventos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2001. (Internet)
- SASSEN, S. Locating Cities on Global Circuits. In: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb46.html>, *Research Bulletin*, n. 46, 2001.
- _____. *Cities in a world economy*. Londres, UK: Pine Forge Press, 1994.
- _____. *The global city: New York, London and Tokyo*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1991.
- SCHIFFER, S. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, C., SCHIFFER, S. (Eds.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SCOTT, A. J. *Metropolis: From the division of labor to the urban form*. USA: University of California Press, 1988.
- SCOTT, A. J., SOJA, E. Los Angeles: The Capital of the Twentieth Century. *Environment and Planning D: Society and Space*, n. 4, p. 201-216, 1986.
- SEMPRA (Secretaria Municipal do Planejamento). *São Paulo em números*. São Paulo: Sempla, 2000.
- SMITH, D. A., TIMBERLAKE, M. Cities in global matrices: Toward mapping the world-system's city system. In: KNOX, P. L., TAYLOR, J. (Eds.) *World cities in a world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a.
- _____. Conceptualising and Mapping the Structure of the World Systems City System. *Urban Studies*, n. 32, p. 287-302, 1995b.
- SOJA, E. *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*. Londres, UK: Verso, 1989.

- SOJA, E. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real and imagined spaces*. Oxford, UK: Blackwell, 1996.
- STORPER, M. *The regional world: Territorial development in a global economy*. Nova York, USA: Guilford Press, 1997.
- TAYLOR, P. J. Hierarchical Tendencies amongst World Cities: A Global Research Proposal. *Cities*, n. 14, p. 323-332, 1997.
- THRIFT, N. The Geography of International Economic Disorder. In: JOHNSTON, R., TAYLOR, P. J. (Eds.) *A world in crisis? Geographical perspectives*. Oxford, UK: Blackwell, 1989.
- WALLERSTEIN, I. *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. *The modern world-system*. Nova York: Academic Press, v. III, 1989.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidades mundiais ou globais, São Paulo, globalização, metrópoles, atividades Terciárias e quaternárias, Serviços produtivos avançados.

Stamatia Koulioumba

Mestre em planejamento urbano para países em desenvolvimento pela University College London (Londres, Inglaterra). Doutoranda em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP, com orientação da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio.

scrip^o das

o. S. Joao em 1580 fundindo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de báu 5.58 brauas e Meia de despalmo por braça. Tem sua
mui poca parte. Di

~~IV~~ ~~V~~ ~~X~~ ~~D~~ ~~N~~ ~~V~~ ~~C~~

~~1580~~
1580 de 1580 se en
na Montanha, São

canalino de nubre
at. aeroporto N. 2.

1580 de 1580
1580 de 1580

1580 de 1580

1580 de 1580

1580 de 1580

1580 de 1580

1580 de 1580

Roberto Vital Anau

Orientadora:
Profa. Dra. Sueli T. R. Schiffer

a

S TRANSFORMAÇÕES
ECONÔMICAS NO GRANDE ABC
DE 1980 A 1999

RESUMO

Este artigo sintetiza minha dissertação, baseada em pesquisa de dados referentes ao Valor Adicionado, em nível de emprego, admissões e desligamentos de pessoal, nas décadas de 80 e 90, a qual indica uma forte liderança territorial do Grande ABC em processos de intensificação da produtividade do trabalho, com grande enxugamento de recursos humanos e incremento da geração de Valor Adicionado por empregado. A indústria de material de transporte e os segmentos a ela ligados protagonizaram esse processo. Concomitantemente, ocorre intensa terceirização do território econômico do ABC.

Os critérios de empregabilidade se tornaram fortemente restritivos no Grande ABC, descartando trabalhadores de ocupações industriais tornadas obsoletas, de faixas etárias mais avançadas, baixa escolaridade e do sexo masculino.

Conseqüentemente, houve uma precarização das condições de vida de setores populacionais mais frágeis diante desse novo padrão empregatício, refletindo-se na queda dos indicadores sociais dessa sub-região da metrópole paulista. Este segundo processo também ocorre sob liderança territorial do ABC nos contextos metropolitano e estadual.

Simultaneamente, os poderes públicos e agentes sociais se engajaram em uma progressiva e eficiente articulação regional, culminando com a criação da Câmara Regional do ABC em 1997, cujo mérito e limitações intrínsecas e extrínsecas são abordadas sinteticamente, nas considerações finais.

ABSTRACT

The present article is a synthesis of our research, based on the evolution of the value added and employment rate by economic sectors, concerning the formal labor market during the decades of 1980 and 1990, reveals the leadership of the Great ABC region on the process of intensification of productivity based on an increase of the value added per employee associate to a decrease of the total number of jobs. The automotive industry and its related industries were in the forefront of this process, which coexisted with an increasing predominance of the tertiary sector over the manufacturing sector.

More selective hiring criteria were introduced in the Great ABC manufacturers, with a sharp cut of the occupations associate to traditional middle level jobs and unskilled workers, affecting mainly males. As a result, has been increasing the precariousness of the quality of life of the local lower income population, which is expressed by the worsening of the social and economic indicators of this particular region of the São Paulo metropolitan area.

At the same time, the engagement of both, municipality managers and social agents, in a progressive and efficient regional alliance, allowed the creation of the ABC Regional Chamber in 1997, aiming at promoting the regional economic development. Albeit not discussing the worth of this specific institutional agreement, the article – as the research in which it is based – points out the economic sectors that could enhance social and economically the region, although emphasizing the constraints of this growth due to the present stage of the international accumulation process.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo sintetiza os resultados e as conclusões extraídas da pesquisa que nucleou minha dissertação de mestrado, apresentada em junho/2001 e aprovada com recomendação para publicação. A região-foco do estudo é o ABC paulista, constituído pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Símbolo da industrialização brasileira dos anos 50 a 70, a região já se industrializara na primeira metade do século 20. Os impactos sociais e políticos do padrão de acumulação que ela representou e de sua crise tiveram amplitude nacional. A pesquisa abrangeu os aspectos econômicos da crise ocorrida nas décadas de 80 e 90 e suas prováveis implicações sociais.

A pesquisa propriamente dita foi antecedida de um capítulo histórico, no qual a conformação do ABC, enquanto subespaço metropolitano com perfil de industrialização intensiva, é remetido às origens da ocupação territorial da região e às transformações havidas em sua base produtiva, associadas aos estágios atravessados pela economia da capital paulista e da área circundante. O traço característico da sub-região do ABC tem sido, ao menos desde o início do século 20, o pioneirismo no tocante aos processos econômicos que marcaram a capital e seu entorno metropolitano. Assim sucedeu com a fase inicial da industrialização, marcada pela substituição de importações de bens não-duráveis. O mesmo voltou a ocorrer com a passagem à fase de substituição de importações de bens duráveis, cujo símbolo maior foi a indústria automobilística sediada no ABC¹.

O estudo se baseou em indicadores de Valor Adicionado e emprego por setor (comércio, indústria e serviços) e gênero de atividade (subsetores), nas décadas de 80 e 90². Outro módulo da pesquisa buscou qualificar as movimentações de pessoal, discriminando as admissões e demissões do período por atributos dos trabalhadores envolvidos (ocupação, escolaridade, idade e gênero).

Notas

(1) A base territorial da primeira fase citada foram os atuais municípios de Santo André e São Caetano do Sul, enquanto a segunda se centrou em São Bernardo do Campo e Diadema.

(2) As fontes são a Secretaria da Fazenda e o Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente. Os cadastros utilizados sofrem restrições amplamente discutidas na dissertação.

II. PRINCIPAIS RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA PESQUISA

II.1. Tendências gerais da economia regional do ABC

Uma primeira resultante das informações apresentadas é a observação de, no período 1980/98, que o ABC não sofreu propriamente uma desindustrialização à Detroit, como algumas avaliações repetiram ao longo da década estudada. A base industrial efetivamente se retraiu, processo que chegou a ser dramático em alguns segmentos. O complexo automotivo se ressentiu muito da perda de empregos, arrastando consigo outros setores. Não obstante, o que se verificou foi,

ao lado desse estreitamento do mercado de trabalho, uma requalificação das empresas remanescentes na maioria dos setores analisados, cuja geração de riqueza por empregado acabou sendo maior que as da metrópole e do estado.

II.2. Principais resultados setoriais

Na indústria química observou-se um processo contraditório. De um lado, diversas empresas produtoras de tintas para construção civil na região, em virtude do baixo valor agregado de seus produtos, sofreram forte impacto dos custos de transporte na composição do preço final dos mesmos, reduzindo a lucratividade dessa linha de produção. De outro lado, as empresas produtoras de tintas para pintura e repintura automotiva estão cada vez mais atualizadas tecnologicamente para cumprir seu papel junto ao complexo automotivo. Dessa forma, essa linha de produtos e a respectiva pesquisa tecnológica, de desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos e produtos, tendem a permanecer na região. Assim, se a indústria química fosse subsegmentada, é bastante provável que se encontrassem indicadores de Valor Adicionado por empregado superiores no ABC, em relação às regiões abrangentes observadas, ao menos no segmento produtor de tintas para pintura e repintura automotiva. Há, pois, razões para cogitar a possibilidade de que, após um processo de deslocamento das linhas de produção não-condizentes com a vocação econômica da região do ABC, essa indústria volte a apresentar indicadores locais favoráveis.

Na indústria mecânica, a vantagem relativa do ABC não está configurada. A vocação da sub-região para este gênero de atividade é questionável. Empresas que no passado marcaram a paisagem e a cultura industrial local, como as Indústrias Villares, retiraram-se para outros locais. A grande crise enfrentada pela indústria brasileira de bens de capital, desde o Plano Collor, reforçada pela forte apreciação cambial do início do Plano Real, teve um impacto muito forte no ABC e na região metropolitana. É muito improvável que, na eventualidade de uma retomada dessa indústria, venham a ocorrer novas implantações no ABC.

A indústria de material elétrico e de comunicação é a única em que ficou caracterizada a efetiva perda de vantagem competitiva do ABC em relação à região metropolitana e ao estado, medida pelo Valor Adicionado por empregado.

No tocante às indústrias químicas, de plásticos e de borracha, seu futuro é indissociável daquele do complexo automotivo.

Neste último, por sua vez, reside o centro da problemática econômica do ABC. Estarão, as empresas locais, produtoras de veículos, obsoletas? Em 1997, reportagem especializada indicava ser este um problema grave para a planta local da Volkswagen, a qual, após a instalação de sua congênere em Rezende (RJ), estaria sucateada, segundo os indicadores de desempenho industrial vigentes na atualidade (*Gazeta Mercantil*, 18/12/1997, p. C-1). Dois anos após, a empresa decidiu pela total reconstrução de sua planta no ABC, símbolo maior da industrialização ocorrida desde os anos 50 na região. Essa decisão contradiz a

versão insistente sobre a inevitabilidade da desindustrialização do ABC. O mesmo ocorreu com outra decisão aparentemente paradoxal, ocorrida em 1998: a instalação, pela BMW, da fábrica brasileira de utilitários da marca britânica Land-Rover (adquirida pela multinacional alemã) em São Bernardo do Campo.

II.3. Observações gerais sobre os resultados da primeira pesquisa (Valor Adicionado e emprego)

De maneira geral, os dados revelam uma vantagem comparativa substancial do ABC nas indústrias de material de transporte e metalúrgica. Evidentemente, isso está fortemente relacionado à retração muito significativa do número de empregados em ambas, bastante conhecidas da opinião pública. O fato é que, embora à custa de demissões volumosas com sérias consequências sociais e até ambientais em escala regional, tais indústrias desenvolveram uma capacidade de geração de riqueza com menor número de empregados, que as torna bastante competitivas *vis-à-vis* a metrópole e o estado. Sem dúvida, é necessário estender o horizonte de análise em âmbito nacional para poder extrair conclusões mais definitivas de um processo dinâmico por sua própria natureza. Mas ao menos no período observado, a vantagem relativa do ABC se manteve.

Por sua vez, os serviços, onde o ABC apresentou, no período enfocado, menor vitalidade que as regiões abrangentes, em termos de Valor Adicionado, são inquestionavelmente um escoadouro da oferta de mão-de-obra local. Um alvo do trabalho foi a comparação absoluta do número de empregos na indústria e nos serviços. Os resultados ilustram os desafios enfrentados pelas regiões atingidas pela terceirização, de que no caso do ABC é emblemático. A perda líquida de empregos na região foi devastadora, mesmo considerando a absorção de novos contingentes de força de trabalho pelo setor terciário tomado em conjunto. Verifica-se que, no período 1986/98, a indústria extinguiu mais de 179 mil postos de trabalho, enquanto os serviços criaram cerca de 67 mil; o comércio, aproximadamente 14 mil; e a administração pública, pouco mais de 5 mil. Restou, assim, um saldo de quase 100 mil empregos perdidos, se compararmos a indústria apenas com o comércio e os serviços, ou 93 mil, se incluirmos a administração pública no levantamento.

A comparação com a região metropolitana e o estado de São Paulo mostra uma inequívoca desvantagem do ABC no processo de terceirização dos empregos. Do total de empregos industriais perdidos no período observado, desconsiderando o setor público, 55,0% ficaram sem reposição pelo terciário no ABC, contra 44,6% na metrópole e apenas 23,3% no estado. A inclusão da administração pública no terciário reduz essa perda líquida para 52,0% no ABC, 28,6% na RMSP e 9,9% no estado.

A mesma confrontação evidencia o peso territorialmente diferenciado da indústria, não obstante se trate de três regiões altamente industrializadas. Já no início do período, o terciário – somando-se o comércio e os serviços – absorvia um

contingente de empregados 42,9% maior que a indústria no estado; 45,9% maior na metrópole; e de apenas 46,9% desse contingente no ABC (isto é, 53,1% menor). Por sua vez, o incremento do terciário nos 12 anos considerados foi de 24,4% no estado, 23,6% na RMSP e 49,5% no ABC, enquanto as perdas da indústria no mesmo intervalo de tempo foram de 38,7% no estado e 48,3%, tanto na região metropolitana como no ABC.

Conclui-se que a presença de um terciário mais forte nos territórios abrangentes funcionou como um colchão amortecedor do impacto do desemprego provocado pela indústria, processo de que o ABC não pôde se beneficiar, devido à desproporção pró-indústria de sua estrutura econômica.

Os segmentos de material de transporte, metalurgia e mecânica responderam por praticamente 2/3 da eliminação de empregos do total da indústria na sub-região. Acresentando-se as indústrias de borracha e química, atinge-se 80,0% de todas as demissões ocorridas na indústria local entre 1986 e 1998. Constata-se o quanto o setor secundário é mais concentrado no ABC em relação ao seu entorno: nas outras duas áreas, a participação acumulada dos três maiores segmentos não atinge metade dos empregos industriais perdidos. Além disso, tanto na metrópole como no estado a indústria têxtil predomina nas demissões, diferentemente do ABC.

Conclui-se que o setor metal-mecânico, polarizado pela produção automotiva, determina a dinâmica do mercado de trabalho da sub-região, tendo retraído agudamente o nível de emprego local; e que o terciário criou postos de trabalho em proporção equivalente a 48,0% daqueles destruídos pela indústria.

A forte dependência da sub-região de um segmento industrial marcado pela chamada reestruturação produtiva é um “calcanhar-de-aquiles” que requer medidas estimuladoras de uma diversificação da economia do ABC. Por sua vez, mesmo desconsiderando os aspectos qualitativos não-abordados neste trabalho, no plano meramente quantitativo o terciário não foi capaz de compensar o estrago social realizado pela indústria, se não em parte. Isso indica a necessidade de, simultaneamente, reforçar a terceirização em curso, diversificar as atividades industriais e ampliar o leque de atividades econômicas na sub-região, para enfrentar o enorme desafio do desemprego estrutural.

II.4. Principais resultados da pesquisa sobre movimentação de pessoal

Na observação das admissões e desligamentos de pessoal por ocupação, constata-se forte perda nas categorias ocupacionais mais ligadas aos processos industriais estritos, especialmente aqueles tornados obsoletos pelas transformações tecnológicas e organizacionais da indústria, destacando-se os trabalhadores na usinagem de metais; ajustadores mecânicos; técnicos e desenhistas técnicos; agentes de mestria; encanadores, soldadores, chapeadores e caldeireiros; e operadores de máquinas fixas e de equipamentos. Essas categorias,

predominantes nas demissões líquidas no ABC, também tiveram destaque nos saldos negativos das regiões abrangentes, embora em posições distintas e acompanhadas de outras menos relevantes no ABC – especialmente os gerentes, chefes administrativos e trabalhadores em contabilidade. Em compensação, categorias mais ligadas aos serviços e ao comércio, em geral de tipo mais tradicional, estiveram no topo da lista dos mais admitidos nas três regiões estudadas. Todavia, contrariando o que talvez fosse esperado em uma abordagem focada excessivamente nas novas tecnologias e processos produtivos, não foram as ocupações mais sofisticadas e inovadoras (por exemplo, ligadas à informática e telemática), mas as de cunho mais tradicional, as que mais contribuíram para a absorção de novos contingentes de trabalhadores.

A mesma observação, voltada ao atributo escolaridade, comparando-se o estado, a região metropolitana e o ABC, revela algumas tendências estruturais do mercado de trabalho. A principalidade do grupo com primeiro grau completo na ampliação do nível de emprego é comum às três áreas territoriais enfocadas, ficando o segundo posto com o grupo com segundo grau completo. Por sua vez, o grupo dos analfabetos absolutos e funcionais e o da quarta até a oitava série incompleta apresentam resultados fortemente negativos no ABC, parcialmente negativos (mas contrabalançados pelos demais) na região metropolitana e negativo apenas para o primeiro deles no estado. Nas três regiões, esse processo discriminatório está focado na indústria, sendo o terciário um contrapeso de intensidade variável, mas sempre simetricamente oposto à indústria.

Observa-se, assim, uma espécie de progressão territorial de um processo de exclusão socialmente perverso, atingindo os trabalhadores de mais baixa escolaridade de forma mais intensa no ABC, intermediária na metrópole e inferior no estado. Essa graduação se verifica nos dois grupos de escolaridade inferior. No ABC, ambos forçaram a ocorrência de um saldo total negativo; na metrópole, foram contrabalançados pelos demais grupos e no estado, seu peso negativo teve pouca influência no saldo total positivo³.

Se esses dados indicam algo, é a irradiação de uma tendência de rejeição dos trabalhadores menos escolarizados pelas indústrias de maior sofisticação tecnológica, a partir dos espaços territoriais onde essas indústrias são mais concentradas, para aqueles em que as mesmas são mais difusas.

No tocante à idade, os resultados da movimentação de pessoal nas três regiões em exame mostram uma tendência inequívoca à substituição de empregados maduros por outros mais jovens. Tipicamente, esse processo de troca envolveu a faixa dos 18 aos 24 anos, mais demandada pelas empresas, e a dos 30 aos 39 anos, mais descartada. O processo teve características muito semelhantes entre as três regiões enfocadas, percebendo-se que o ABC simplesmente acompanhou a trajetória mais geral da economia. A indústria liderou o processo, seguida de perto pelo comércio, enquanto os serviços possibilitaram alguma manutenção dos empregos para pessoas até 39 anos. A

(3) Cumpre salientar que as incongruências dos dados coletados são exaustivamente discutidas na dissertação. O resultado desses dados é mais ameno que o da maioria dos levantamentos parciais existentes e da própria observação imediata. As motivações dessas discrepâncias são aventadas e um alerta é feito, no sentido de se tomar as informações como indicativos de tendências e de proporções intersetoriais e inter-regionais, mais do que como números absolutos.

administração pública se mostrou menos discriminatória em relação a trabalhadores com idade até 50 anos.

Na distribuição dos movimentos de pessoal por gênero nas três regiões em estudo, verifica-se a configuração de uma tendência semelhante à assinalada no tocante aos níveis de escolaridade. Os dados mostram a irradiação de um processo de substituição de trabalhadores do sexo masculino por outros do sexo feminino, tanto maior quanto mais concentrada é a indústria nos territórios em questão. Do conjunto do estado para o ABC tomado singularmente, o predomínio das mulheres vai se tornando incontrastável nas novas vagas criadas: vantagem de 32,0% no primeiro, de 200,0% na metrópole e mais que simetricamente oposto no ABC (demissões masculinas líquidas em volume equivalente a 2,23 vezes as admissões femininas líquidas). O foco desse processo é, como sempre, a indústria de transformação, na qual a perda masculina é de oito vezes a sofrida pelas mulheres no ABC, mantendo-se entre três e quatro vezes na metrópole e no estado.

Embora parte dessa tendência esteja radicada na entrada das mulheres no mercado de trabalho – fato em si mesmo positivo – é bastante provável que essa acentuação extrema do processo, nas áreas mais industrializadas e submetidas com maior intensidade às consequências da globalização, esteja ligada à busca por todos os meios de redução do custo da mão-de-obra, em um país em que os salários são sabidamente desiguais entre os dois gêneros.

Desta forma, os resultados da segunda pesquisa, sobre a movimentação de pessoal por atributos, evidenciaram algumas macrotendências, em geral confirmado o que genericamente veio se afirmando como senso comum acerca das novas características da empregabilidade. Resumidamente, a reestruturação industrial em curso desde meados dos anos 80 levou, em primeiro lugar, à extinção de vagas tipicamente industriais. Em compensação, categorias mais ligadas aos serviços e ao comércio, em geral de tipo mais tradicional, estiveram no topo da lista dos mais admitidos nas três regiões estudadas. Em segundo lugar, no tocante à escolaridade, o cerne das mudanças ocorridas foi a substituição de trabalhadores com até o primeiro grau incompleto por aqueles que completaram este nível ou o segundo grau. Em relação às faixas etárias, observa-se tipicamente a troca de empregados entre 30 e 39 anos por outros entre 18 e 24 anos. Finalmente, o processo de mudança estrutural do mercado de trabalho foi marcado pela troca de homens por mulheres nos novos empregos. A indústria responde pelo impulso maior desses processos e o ABC esteve, em todos os casos, exceto no aspecto etário, na dianteira dessas tendências em relação à metrópole e ao estado.

Verifica-se, assim, um processo socialmente perverso em curso, cujas linhas de força apontam para a extinção de postos de trabalho na indústria, apenas parcialmente compensados por outros nos serviços; pela troca de trabalhadores menos escolarizados por outros com maior escolaridade; de empregados situados

na maturidade por jovens; de homens por mulheres. Alguns desses traços poderiam, em si mesmos, ser considerados positivos, como a abertura do mercado de trabalho para os jovens e as mulheres; no entanto, o custo social do processo, marcado pela perda de empregos por homens, em idade madura – provavelmente chefes de família – com baixa escolaridade (ou seja, com grandes probabilidades de precarização definitiva de sua situação socioprofissional), tem sido enorme. O impacto social dessa reestruturação econômica é mais nítido no ABC, visto que, como notado acima, trata-se de tendências que se irradiam das regiões de maior concentração industrial para as de industrialização mais difusa. A extensão das ocupações precárias na região de proteção dos mananciais, os altos índices de criminalidade da região – com municípios que já atingiram posições de destaque no ranking dos mais assolados por esse mal social – a devastação ambiental e as habitações de risco, mesmo fora da área de proteção dos mananciais, são evidências do processo mencionado.

O mais grave nesse contexto é o fato de o ABC manter, em grande parte, seu caráter de região altamente industrializada. Se é verdade que municípios como São Caetano do Sul e, especialmente, Santo André, atravessam processos de intensa terceirização, com a substituição crescente da indústria pelo comércio e serviços em sua base econômica⁴, por outro lado, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá preservam seu caráter de cidades baseadas essencialmente na indústria. A reconstrução da Volkswagen em São Bernardo, indústria que de certa forma simbolizou o complexo automotivo na região, é um forte indicador dessa preservação, com alto grau de modernização. Isso significa que a reestruturação industrial em curso produz consequências socialmente indesejáveis e que desafiam a sociedade a encontrar respostas capazes de gerar renda, emprego e oportunidades de vida digna aos cidadãos excluídos do mercado de trabalho.

Concomitantemente, a graduação acima assinalada nos processos de exclusão dos menos aptos a manter-se no “novo” mercado de trabalho, que se irradia dos centros mais para os menos industrializados, aponta para o agravamento das condições sociais nas regiões de industrialização mais difusa, ainda não atingidas plenamente pelas novas tendências no plano laboral. Nesse sentido, o ABC indica um futuro intranqüilizador para a sociedade paulista e brasileira. Felizmente, a própria região se articula em organismos de interação entre os poderes públicos e a sociedade civil, para fazer frente às consequências danosas das transformações em curso, apontando, por essa via, perspectivas promissoras para as demais regiões do estado e do país.

(4) Com o importante adendo que a permanência da General Motors, em São Caetano, e da Rhodia e da Petroquímica União, em Santo André, impedem que se fale desses municípios como cidades ex-industriais.

III. CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação combinada das estatísticas de Valor Adicionado, nível de emprego, contratações e demissões de pessoal no Grande ABC, validou as hipóteses cuja avaliação era o propósito da dissertação. Em primeiro lugar, o Grande ABC liderou processos de ampliação do Valor Adicionado e de enxugamento da força de trabalho no mercado formal, nos contextos metropolitano e estadual. Esses processos foram mais evidentes nos anos 90. A indústria de material de transporte exerceu forte influência emuladora sobre os segmentos dela tributários, no sentido de aperfeiçoarem seus métodos de gestão, seja nas áreas de compras de insumos e vendas ao mercado final – isto é, nas políticas “externas” das empresas, essenciais para aumentar a diferença bruta entre faturamento e gastos com insumos – seja no *front* interno, com aumento generalizado da produtividade do trabalho à custa do nível de emprego. As novas tecnologias, baseadas na informática e na robótica, e os novos padrões de organização industrial, como a produção celular e outros, permitiram a essas indústrias extrair o máximo de produção de um corpo cada vez menor de empregados.

O que se observa é a permanência de uma indústria competitiva, centrada na produção de veículos automotores e na dos insumos, componentes e acessórios para essa linha de produção. A competitividade foi assegurada pela combinação entre aumento do Valor Adicionado e redução drástica de empregos, processos nos quais – ressalta-se – o ABC exerceu liderança territorial sobre as áreas abrangentes. A concentração sub-regional chegou a aumentar no segmento automotivo, *vis-à-vis* as duas regiões de comparação.

A permanência industrial supracitada é cada vez mais restrita em termos de oferta de empregos. Também se restringe em termos espaciais, na própria sub-região. Os dois municípios pioneiros da industrialização local – Santo André e São Caetano – passam por intensa terceirização de suas respectivas economias. O peso relativo da indústria tende a cair e sua presença absoluta, a estagnar ou mesmo se retrair. São Bernardo, Diadema e Mauá (esta última, basicamente devido à Refinaria de Capuava e segmentos dela derivados) mantêm forte presença industrial, sujeita aos processos descritos acima, embora também tenham vivenciado processos de evasão de indústrias – alguns deles, dramáticos.

Por sua vez, o setor terciário se expande no ABC desde o final dos anos 80 e intensifica essa expansão na última década do século 20. A instalação, pela rede varejista norte-americana Wall-Mart, de sua primeira loja brasileira em Santo André, é reveladora do potencial de consumo da sub-região como um todo. Ao lado do comércio, os serviços crescem e diversificam-se, absorvendo importante contingente de empregados locais. No entanto, esse processo está muito longe de contrabalançar o estreitamento do mercado de trabalho

industrial. Além disso, a transferência para o terciário tem sido acompanhada por perdas de renda e de padrões de vida e consumo pelos trabalhadores transferidos.

Convém ressaltar que as observações acima foram bastante coerentes com os dados já publicados da Pesquisa de Atividade Econômica do ABC (PAE-ABC), parte da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista realizada pela Fundação Seade sobre o ano-base de 1996, com expansão do espectro amostral para o ABC. As informações sobre concentração empresarial em termos de Valor Adicionado e empregos, sobre o peso das grandes empresas na economia local e sobre o predomínio setorial são, essencialmente, as mesmas, ainda que a PAE-ABC se refira a uma base temporal pontual (o ano de 1996). Além disso, os segmentos mais inovadores da indústria local são, grosso modo, os mesmos que apresentaram indicadores favoráveis de competitividade neste trabalho.

Por outro lado, houve uma dramática alteração nos critérios de movimentação de pessoal das empresas sediadas na região. Observou-se uma intensa troca de posições, entre ocupações tipicamente industriais por outras tradicionais no terciário, de analfabetos absolutos e funcionais por pessoas com primeiro e segundo graus completos, de empregados maduros por jovens e de homens por mulheres. O efeito social destas mudanças pode resumir-se na precarização definitiva de amplo contingente de homens maduros com baixa ou nenhuma escolaridade.

Deve-se notar que a terceirização não é totalmente auto-sustentável na sub-região, como se poderia crer. O nível de renda mais elevado em relação ao entorno e o próprio desequilíbrio da estrutura econômica local, com carência de atividades comerciais e de serviços em escala suficiente para atender à população local, são fatores de duração limitada. A indústria é a fonte dos rendimentos elevados – sempre tendo como referência os territórios abrangentes – da maior parte dos chefes de família do ABC. O estreitamento do mercado de trabalho industrial tende a minar o terreno que favoreceu, da origem até os nossos dias, a ampliação do setor terciário local. Mais ainda, a enorme seletividade do mercado de trabalho atua no sentido de piorar as condições de vida e dos padrões de consumo de parcelas expressivas da população local, limitando as possibilidades de expansão da economia sub-regional.

O pioneirismo do ABC nos processos de modernização industrial associado à globalização e à reestruturação produtiva consubstancia-se na liderança territorial da sub-região em face da metrópole e do estado. Essa liderança não possui qualquer mérito social intrínseco, mas constitui a razão de ser da continuidade do setor industrial do ABC, ainda que substancialmente alterado em termos setoriais, de empresas e de composição capital-trabalho no interior das mesmas. A terceirização de atividades industriais faz parte desse processo. A seu lado, avança a terceirização do território econômico do Grande ABC, processo iniciado no final dos anos 80 e intensificado na década de 90, cujo potencial, como já dito,

poderá enfrentar limites em futuro próximo, decorrentes do estreitamento do mercado de trabalho industrial.

O caráter regressivo das transformações sofridas pela economia sub-regional foi outra hipótese confirmada pelos levantamentos realizados. Houve uma perda imensa de empregos industriais não-compensados pelo terciário e tem ocorrido um crescente descarte pelo mercado de trabalho local de trabalhadores subalfabetizados, maduros e do sexo masculino. Além disso, os empregos terciários que mais cresceram em lugar das ocupações industriais perdidas são do tipo tradicional (nas áreas administrativa e burocrática, sem vínculo estrito com as novas tecnologias), não ensejando a possibilidade de remuneração e benefícios semelhantes aos da indústria.

Evidentemente, há ganhadores nesses processos. Os trabalhadores industriais remanescentes, embora sempre sobressaltados ante o risco de novos deslocamentos industriais – vide a recente luta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pela permanência da atual planta da Ford em São Bernardo do Campo – tiveram acrescentadas novas habilidades profissionais e conhecimentos técnicos. As camadas gerenciais e administrativas, bastante reduzidas no período examinado, representam inquestionavelmente um acervo de recursos humanos qualificados nessas funções, as quais, até por serem hoje mais rarefeitas, exigem muito mais de seus titulares. E, evidentemente, os executivos, os empresários locais e os segmentos socioprofissionais mais ligados a eles se situam em posição socioeconômica favorecida.

O panorama local é marcado pelo contraste entre, de um lado, ocupações de grande amplitude na área de proteção aos mananciais – muitas delas, já consolidadas em termos urbanos e até de infra-estrutura – e outras em áreas de risco, assim como por indicadores sociais preocupantes, com avanço da favelização e da criminalidade – ou seja, um quadro de precarização da qualidade de vida de expressivos contingentes populacionais; e, de outro lado, a ascensão socioeconômica dos segmentos favorecidos pelos processos em curso na sub-região. A polarização social se acentua e já se refletiu, em anos recentes, pela emergência de movimentos juvenis de cunho racista e de intolerância com migrantes.

Simultaneamente, os poderes públicos locais vêm, desde o final dos anos 80, estreitando suas inter-relações e a própria sociedade civil tem se mobilizado para fazer frente aos desafios indicados. Surgiram, assim, ao longo do tempo, o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, o Fórum da Cidadania do Grande ABC e o Subcomitê Billings/Tamanduateí, este último no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Este processo culminou com a criação, em 1997, da Câmara Regional do Grande ABC e, a partir desta, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Trata-se de iniciativas dos agentes políticos, sociais e econômicos locais que decidiram não assistir passivamente às transformações assinaladas e organizar-se para enfrentá-las conjuntamente.

Essa última observação suscita um comentário acerca de um tema abordado na dissertação como ressalva política geral. Trata-se da possibilidade de uma região como o ABC, dispor de ampla gama de instituições voltadas à articulação regional, enfrentar positivamente os desafios postos pela nova ordem mundial – a globalização capitalista e sua denominada reestruturação produtiva – e sua forma específica de reprodução no Brasil. Será possível encontrar alternativas de desenvolvimento regional capazes de confrontar as tendências à regressão social impostas pelo capitalismo globalizado?

Minha opinião é que não se deve alimentar expectativas irrealistas a esse respeito. O atual padrão de acumulação capitalista, em nível internacional, implica necessariamente na exclusão de setores sociais, países e regiões em escala crescente, em relação às possibilidades de uma vida com um mínimo de aceitabilidade, nos parâmetros da civilização contemporânea. A extrema mobilidade dos capitais, as regras cada vez mais supranacionais de regulação da atividade econômica, a limitação cada vez maior da esfera pública em relação à privada, retiram cada vez mais das comunidades locais a aptidão para autodeterminar sua trajetória e seus padrões de desenvolvimento.

Nessas condições, não há como atribuir grande autonomia aos poderes públicos e aos agentes sociais de uma determinada região, diante de capitais dotados de extrema mobilidade e diretrizes de regulação que transcendem as fronteiras nacionais. Quando, ademais, a região integra um território nacional submetido a políticas macroeconômicas de corte neoliberal, comprometidas com a integração subordinada ao capitalismo globalizado e com a redução do poder público às dimensões do Estado mínimo, descartando o papel indutor e fomentador do desenvolvimento antes atribuído ao Estado e tratando antes o cidadão como consumidor de serviços privados em lugar de públicos – situação em que o determinante do consumo é a renda do indivíduo demandante – a restrição acima se torna aguda.

Essas considerações não pretendem argumentar a favor da passividade em face dos movimentos autônomos do capital. Trata-se de ponderar os limites de uma articulação regional como a existente, em um contexto como o do Brasil da atualidade. O ABC vem ocupando papel de vanguarda nesse processo de regionalização e seguramente a experiência concreta dos órgãos regionais lá constituídos servirá de parâmetro para outras iniciativas do gênero em outras regiões.

A implementação de políticas estimuladoras de um desenvolvimento regional com algum conteúdo endógeno é, certamente, possível. Para além do efeito local imediato, seu papel também é o de resgatar a noção do poder público como indutor e promotor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais e regionais, além de um contrapeso aos movimentos autônomos do capital, muitas vezes danosos a segmentos sociais mais desprotegidos e a regiões inteiras, mesmo entre as mais pujantes. Neste sentido,

as experiências em curso no ABC podem ser um estimulador de iniciativas que se contraponham à tendência predominante e avancem no sentido de criar alternativas de desenvolvimento regional e nacional.

BIBLIOGRAFIA⁵

(5) A bibliografia completa se encontra na dissertação constante do acervo da Biblioteca da FAUUSP e IMES (São Caetano do Sul).

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisas*, n. 1, Santo André, out. 1999.
- _____. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 2, Santo André, fev. 2000.
- ANAU, Roberto V. *Tendências econômicas do município de São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, 1992. Estudo apresentado como subsídio à elaboração do Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- AZZONI, Carlos Roberto. *Reversão da polarização no Brasil? O novo endereço da indústria em São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, mimeo., s/d.
- CÂMARA REGIONAL DO ABC. *A região encontra soluções. Planejamento regional estratégico – Documento*. Santo André: Câmara Regional do ABC, 2000.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DO ALTO TIETÊ E DO TAMANDUATEÍ. *Fórum ABC Ano 2000*, Santo André, 2000.
- DEÁK, Csaba. O mercado e o estado na organização espacial da produção capitalista, *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 28, 1989.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. Da terceirização aos “consórcios modulares” e “condomínios industriais”. *Boletim da Dieese*. São Paulo, abr. 1997.
- FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *PED: Pesquisa Emprego Desemprego*. São Paulo: SEADE, 1999.
- GUNN, Philip O. M. *Indústria automobilística nos anos recentes: As inflexibilidades da “globalização”*. São Bernardo do Campo, mar. 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- _____. *A indústria automobilística no Brasil: A estagnação e a recessão nos anos recentes*. São Bernardo do Campo, abr. 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- _____. *Uma nova geografia industrial emergente: Um prognóstico da economia urbana em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, maio 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR – IMES. *Pesquisa socioeconômica do ABC*. São Caetano do Sul: IMES.
- KLINK, Jeroen. *O novo regionalismo: O caso do ABC paulista*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- LANGENBUCH, J. R. *Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- LIPIETZ, Alain. O local e o global: Personalidade regional ou inter-regionalidade? *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 38, 1994.
- LIPIETZ, A., LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 25, 1988.

- MATTEO, Miguel. *As características da indústria do estado de São Paulo nos anos noventa – Texto sobre as informações obtidas pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP)*. São Paulo: Fundação Seade, s/d, mimeo.
- MATOS, Odilon N. de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo. Estudos de Geografia urbana. V. II*. São Paulo: Brasiliiana, 1958.
- PETRONI, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo, Estudos de Geografia Urbana. V. II*. São Paulo: Brasiliiana, 1958.
- RAINNIE, Al. The reorganization of large firm subcontracting: Myth and reality. *Capital and Class*, n. 49, 1993.
- SCHIFFER, Sueli T. R. (Coord.). *Região Metropolitana de São Paulo. Globalização da economia e impactos urbanos*. São Paulo: INFURB, 1999.
- _____. São Paulo: The Challenge of Globalization in an Exclusionary Urban Structure. In: SASSEN, Saskia. *Global cities. The impact of transnationalism and telematics*. Tóquio: United Nations University/Institute of Advanced Studies. Blackwell, 2000. (Forthcoming)
- SCOTT, Allen, STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: Uma crítica e reconstrução teórica. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 25, 1988.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC E DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Rumos do ABC. A economia do Grande ABC na visão dos metalúrgicos*. São Bernardo do Campo: DIEESE, 1995.
- SOUZA, M. C. A. F. (Coord.). *Diagnóstico social-econômico, tendências e potencialidades dos municípios e região do Grande ABC*. São Paulo: Sebrae – PRODER, 1998. Mimeo.

PALAVRAS-CHAVE:

Economia regional, reestruturação produtiva, sub-região metropolitana, região do ABC, terciarização, indústria.

Roberto Vital Anau

Economista pela FEA-USP, mestre pela FAUUSP, professor de economia na Universidade Anhembi-Morumbi.

Eduardo A. C. Nobre
Valéria C. Bomfim



PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
DA CIDADE DE SÃO PAULO NA
DÉCADA DE 90:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL¹

RESUMO

Em grande parte da década de 90 a cidade assistiu a uma série de intervenções da iniciativa privada e do poder público no sentido de ajustá-la ao ideário urbano neoliberal, procurando reforçar o seu papel de cidade globalizada, principal centro de negócios da América do Sul. Grandes investimentos privados foram feitos na ampliação da oferta de escritórios de primeira linha, criando uma centralidade urbana na região da marginal do rio Pinheiros. O poder público se associou à iniciativa privada pelo dispositivo legal das operações urbanas, fazendo grandes intervenções viárias, incluindo a remoção de favelas nessa região, valorizando, assim, os empreendimentos privados e causando a expulsão das populações de menor renda, agravando o problema da segregação socioespacial. Concomitantemente, a reação dos movimentos populares de luta por moradia promoveu a ocupação de diversos edifícios vazios localizados na área central, buscando ressaltar os problemas relativos à segregação, à falta de políticas públicas sociais e da própria vacância imobiliária. Como consequência, algumas iniciativas vêm sendo colocadas em prática, ainda como projetos pontuais, porém com a possibilidade de ampliação desses projetos, estendendo-se para toda a área central. O objetivo deste trabalho é discutir os projetos e a produção do espaço urbano na cidade de São Paulo na última década, a atuação dos diversos agentes nesse processo, suas consequências sociais e formas de atuação futura que busquem uma maior inclusão social. Dessa forma, o trabalho conclui que é necessário haver um aprofundamento na discussão em torno da função social da propriedade e da implantação de novos projetos urbanísticos e de políticas públicas que busquem a inclusão social, considerando a promoção da habitação social como uma das estratégias de recuperação da área central da cidade.

ABSTRACT

For most of the 1990s the city of São Paulo has witnessed a series of interventions of both private enterprise and municipal authorities in order to adjust it to the neoliberal urban ideal, trying to strengthen its role as a global city, main business center of South America. Private investments have been made to increase the offer of prime office buildings, creating a new urban centrality in the margins of Pinheiros river. The city government has associated with private enterprise through the legal device of *operações urbanas* (urban operations), doing major public works to improve the road system, removing *favelas* (slum quarters), helping to increase the return of private investments, causing the expulsion of low-income population, thus aggravating the problem of the socio-spatial segregation.

At the same time, the reaction of social housing movements have promoted the invasion of several unoccupied buildings in the city center, searching to stress the problems of segregation, the lack of a social housing policy and the central area real estate vacancy. Some actions have been made, still as local projects, but with the possibility of extending for the whole center.

The aim of this paper is to assess the production of the urban space in the city of São Paulo in the last decade, the role played by social agents in this process, its social consequences and forms for future action that searches a bigger social inclusion. The paper concludes that it is necessary to deepen the discussion about the property social function and the enforcement of a new urban policy that searches social inclusion, considering the promotion of social housing as a strategy to regenerate the city center.

I. A HEGEMONIA DO MERCADO IMOBILIÁRIO TERCIÁRIO NA DÉCADA DE 90: A PARCERIA EXCLUDENTE DA INICIATIVA PRIVADA COM O PODER PÚBLICO NA CRIAÇÃO DE UMA CENTRALIDADE METROPOLITANA

A partir da década de 70, o mercado imobiliário de edifícios de escritórios ganhou grande impulso na cidade de São Paulo em função da valorização do setor terciário avançado que vinha ocorrendo em sua base econômica (Nobre, 2000). Esse fator ocasionou a entrada no mercado de grandes empresas de consultoria imobiliária internacionais² que viriam a ter grande influência em seu processo de crescimento.

A ação dessas empresas buscou consolidar esse ramo específico do mercado imobiliário comercial, atuando principalmente na criação de um estoque de edifícios de escritórios de melhor qualidade e tecnologicamente mais modernos, criando a demanda de propriedade para os investidores, individuais ou corporativos (De Magalhães, 1999; Nobre, op. cit.).

No período de instabilidade financeira nacional entre 1984 e 1994, o mercado imobiliário comercial se consolidou como estratégia “sólida” de investimentos, pois mecanismos de indexação de aluguéis mantiveram a rentabilidade no setor, apesar da inflação. Nesse aspecto, as taxas de retorno dos edifícios de escritório não chegavam a concorrer com outras aplicações financeiras, ou com o mercado de ações e *commodities*, porém representavam uma aplicação sólida, com “liquidez”, em um mercado volátil, hiperinflacionado e sujeito às alterações das políticas econômicas (ABRAPP, 1995: 93).

A instabilidade financeira e a recessão contribuíram para o desenvolvimento do mercado por meio da mudança de enfoque das grandes corporações em relação à propriedade dos edifícios. Nessa época, elas começaram a desmobilizar seu patrimônio, vendendo os prédios-sede que ocupavam, para investir o dinheiro em aplicações financeiras, deixando de ser proprietárias para se tornarem locatárias.

O Plano Real trouxe novo impulso ao mercado imobiliário de edifícios de escritório de primeira linha, pois a estabilidade econômica do período e a confiança internacional no governo eleito ocasionaram o seu aquecimento, pois o mercado previa um crescimento pela demanda de escritórios de alto padrão em função da provável “*entrada de um maior número de empresas internacionais no país*” (Nobre, 2000: 300).

Por outro lado, as altas taxas de juros utilizadas como controle à inflação tornavam cada vez mais lucrativo para as corporações proprietárias venderem seu patrimônio e aplicar esse valor no mercado financeiro e com os juros pagar o aluguel dos novos edifícios.

A produção média anual de área útil de escritórios cresceu em 20%, subindo de 114.275 metros quadrados entre 1980 e 1990 para 135.947 entre

(1) Esse trabalho foi baseado em texto apresentado no II Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida: O desafio para as cidades no século XXI. Belém: Prefeitura Municipal, 2001.

(2) Um exemplo é a firma de consultoria imobiliária internacional Richard Ellis, que foi fundada na Inglaterra, em 1773, e estabeleceu-se no Brasil, em 1979, como Richard Ellis Consultoria Internacional de Imóveis Comerciais “motivada pelo surgimento de um mercado imobiliário promissor” (apud. Nobre, 2000: 175).

Figura 1:
Megaempreendimentos na
marginal do rio Pinheiros

Crédito: Nobre, 2000



(3) Até a década de 70 as margens do rio Pinheiros ainda se encontravam pouco urbanizadas, com grande presença de terrenos vagos e alagadiços, remanescentes de suas várzeas. As áreas ocupadas eram constituídas de bolsões industriais e de loteamentos para a classe média-baixa com pequenos sobrados, muitas vezes geminados. A cidade apresentava uma estrutura urbana polarizada com a grande concentração de equipamentos de comércio e de serviços de cunho metropolitano nas regiões do centro e da avenida Paulista. Nessa época, o preço dos terrenos na região da avenida Paulista, que alcançavam valores elevados, e a ausência de terrenos vagos no centro indicavam o esgotamento do processo imobiliário nessas regiões. A abertura da avenida Brigadeiro Faria Lima e a construção do Shopping Center Iguatemi, na virada da década de 60, apontaram para a expansão desses empreendimentos em direção à zona sudoeste da cidade, nas proximidades do rio (Nobre, op. cit.).

1990 e 1998. Nesses 18 anos, o estoque total passou de 4,1 e 6,3 milhões de metros quadrados úteis, representando um aumento de 54% (ibid.).

Essa expansão só foi possível graças à articulação do capital imobiliário com o capital financeiro, coordenada pelas empresas de consultoria imobiliária, que pelas estratégias de marketing conseguiram cooptar os investidores. Os fundos de pensão foram o público-alvo preferido, tornando-se os principais proprietários desses grandes complexos imobiliários em todo o país. Em apenas oito anos, entre 1990 e 1998, o total dos investimentos deles no mercado imobiliário quadruplicou, passando de 2 para 8 bilhões de dólares (ABRAPP, 1992; 1999).

Vale a pena ressaltar que essa expansão foi muito bem articulada por essas empresas, pois se caracterizavam como investimento de baixíssimo risco (Nobre, op. cit.). Por meio de uma campanha acirrada de marketing junto às futuras locatárias, elas conseguiam que estas assinassem contratos de pré-locação. Com os contratos na mão, conseguiam convencer facilmente os fundos de pensão a investir, viabilizando, assim, o empreendimento.

No caso de São Paulo, esses grandes investimentos na ampliação da oferta de escritórios de primeira linha concentraram-se na região da marginal do rio Pinheiros, criando ali uma centralidade metropolitana. A área começou a desenvolver-se como novo pólo terciário a partir da década de 70, pela ação de uma pequena empresa de arquitetos empreendedores³.

A presença de bairros de população de alta renda nas proximidades e a existência de vários projetos de ampliação do sistema viário reforçavam sua tendência de desenvolvimento. Contudo, o grande desenvolvimento da região começa a ocorrer no final da década de 80, consolidando-se na década de 90, pela ação das consultoras imobiliárias.

Esses fatores corroboram a tese de Villaça (1998) sobre a estrutura intra-urbana das metrópoles brasileiras. Segundo ele, a segregação socioespacial existente nas cidades brasileiras faz com que existam dois centros: o centro das camadas populares e o centro das elites. Essa expansão do centro em direção à marginal seria resultado da ação das camadas de mais alta renda para trazer a elas “os equipamentos de controle da sociedade, seus empregos e seus serviços e ao mesmo tempo produzir centros mais adaptados a seu meio predominante de locomoção: o automóvel” (ibid., p. 329).

Entre 1985 e 1999 foram construídos na região mais de um milhão de metros quadrados de área comercial, financiados por inúmeros fundos de pensão entre os maiores do país, tais como Funcf, Previ, Petros e Sistel, sendo que destes, 635 mil foram resultado de apenas cinco megaempreendimentos na avenida das Nações Unidas, no trecho próximo à avenida Água Espraiada (ibid.). A construção desses projetos conferiu à marginal feições do novo centro de negócios da cidade, chegando até a aparecer em cartões postais (figura 1).

Inovações tecnológicas e alterações no programa arquitetônico, tais como: piso elevado para passagem de cablagem, aumento no número de vagas de estacionamento, sistemas de gerenciamento automático de energia, iluminação, climatização e segurança, incorporação de galerias comerciais, shopping centers, hotéis, centro de convenções, restaurantes e serviços de apoio foram feitas no intuito de tornar os edifícios mais atraentes para as grandes corporações industriais e financeiras.

Contudo, a viabilização desses empreendimentos não ficou só a cargo da iniciativa privada, mas contou com a colaboração fundamental da Prefeitura do Município de São Paulo, que principalmente pelo instrumento urbanístico da operação urbana estabeleceu a “parceria da exclusão” (Fix, 2001). Esse instrumento, previsto na Lei Orgânica do Município, estabelecia intervenções desenvolvidas em conjunto pelo poder público e a iniciativa privada, objetivando a implantação de projetos urbanísticos e viários pela venda onerosa do potencial construtivo.

A Operação Urbana Faria Lima já tinha sido prevista no plano diretor da gestão Erundina (1989-1992), mas foi somente na gestão Maluf (1993-1996) que ela assumiu o caráter de obra prioritária (ibid.). Neste aspecto, é notório os investimentos dessa gestão em projetos viários na região da marginal do rio Pinheiros, área de grande dinamismo imobiliário e de concentração de camadas de alta renda, em detrimento de outras zonas menos privilegiadas da cidade e, principalmente, em detrimento da área social.

Maricato (2000) estima que foram gastos US\$ 7 bilhões em obras viárias no período, sendo a grande maioria delas executada nessa região da cidade (sete das 11 obras do período). Enquanto a prefeitura construía a extensão da avenida Faria Lima, sua ligação à avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, o complexo viário Ayrton Senna e a avenida Água Espraiada, as obras de fechamento do anel

viário metropolitano nos bairros pobres da zona leste apresentavam atraso em seu cronograma.

Concomitantemente, os recursos da prefeitura destinados à área social minguavam. De acordo com dados da prefeitura do município, a Secretaria de Vias Públicas recebeu no primeiro quadrimestre de 1995 quase a metade do orçamento municipal (46%), enquanto as áreas da habitação, da educação, da saúde e do bem-estar social juntas receberam a irrisória cifra de 21% (*Jornal da Tarde*, 1995).

Fix (op. cit.) chama a atenção para o fato de o instrumento da Operação Urbana Faria Lima ter sido utilizado para valorizar e viabilizar os grandes empreendimentos imobiliários do setor terciário na região. Tanto que o projeto de autoria do arquiteto Julio Neves, amigo de infância de Maluf, não considerava aspectos técnicos da engenharia de tráfego, mas delimitava o traçado viário que mais se adequava ao interesse do mercado imobiliário, valendo-lhe a alcunha de “Avenida-Imobiliária” (ibid.: 79).

As obras de extensão da avenida Faria Lima começaram antes mesmo da aprovação da operação urbana na Câmara e ocasionaram uma forte reação de grupos de moradores de classe média organizados em associações de bairro e liderados por arquitetos, advogados e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Esta manobra garantiu apenas o pagamento de desapropriações mais próximo ao valor de mercado, o que ocasionou a diminuição do número de imóveis a serem demolidos, mas não conseguiu evitar a construção da avenida.

Pior sorte tiveram os moradores da favela localizada no córrego da Água Espraiada, que não possuíam o mesmo nível de organização e a mesma atenção da mídia que os moradores de Pinheiros e da Vila Olímpia.

Um projeto da Dersa, do final da década de 60, previa ali a construção de um anel viário. Interessada em valorizar os grandes empreendimentos que ali ocorriam, a prefeitura recorreu à aprovação de uma Lei de Melhoramento Viário, pois não queria gerar concorrência com a Operação Urbana Faria Lima, já estabelecida. Aos moradores das favelas foram dadas três opções: comprar uma moradia financiada pelo município, receber uma verba em dinheiro, ou ganhar uma passagem de volta à terra natal.

A construção da avenida Água Espraiada e a canalização do córrego de mesmo nome foram feitas em ritmo acelerado entre outubro de 1995 e março de 1996. Os empresários da região doaram à prefeitura R\$ 8 milhões para que as favelas fossem removidas, sendo que a indenização média paga por morador foi de R\$ 1.500.

Em 1996, a maioria das favelas da região já haviam sido removidas, perfazendo uma população de mais 50 mil pessoas expulsas, muitas das quais moradores do local há mais de 20 anos. Apenas 5% conseguiram casas da prefeitura. A grande maioria foi morar em outras favelas, em bairros mais

distantes, tais como Jardim Ângela, Jardim São Luís, Cocaia e Grajaú, ocupando áreas na região de proteção a mananciais, agravando o problema de segregação socioespacial-ambiental da cidade (ibid.).

Por outro lado, a criação da avenida e a remoção da população indesejada valorizaram os megaempreendimentos que estavam ocorrendo no período. Reportagens da época estimaram a valorização da região em 30%, com a possibilidade de vir a tornar-se a área comercial mais cara da cidade (Amaral, 1995). As obras foram a contento dos empreendedores locais, como se pode ver nas palavras de Giberto Bomeny, o empresário do edifício WTC – World Trade Center (Nobre, 2000: 189):

“Toda a cidade será beneficiada com isso, em especial os usuários do WTC e dos novos empreendimentos que irão se desenvolver à nossa volta.” (grifo dos autores)

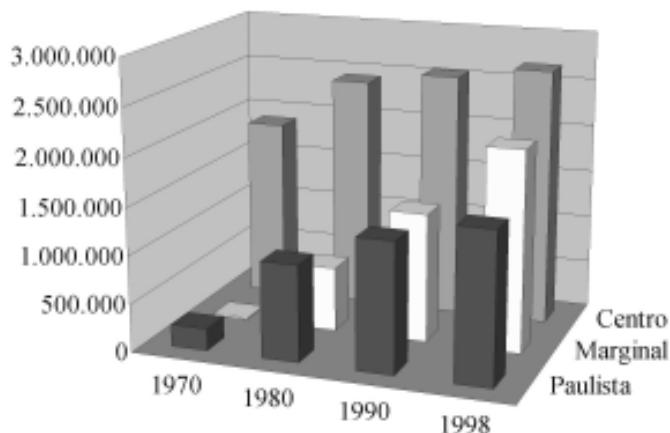
2. A DECADÊNCIA DO ESTOQUE CONSTRUÍDO DO CENTRO DA CIDADE E A QUESTÃO HABITACIONAL

Conforme visto na seção anterior, a ação dos empreendedores transformaram a região da marginal de um subúrbio industrial e de classe média-baixa no mais novo centro de negócios da cidade, suplantando em área a região da Paulista, até então o segundo pólo depois do centro. Entre 1980 e 1998, o estoque da marginal pulou de 670 mil para 2,1 milhões de metros quadrados, fazendo com que a marginal hoje represente 33% do total de estoque útil de escritórios contra 25% da Paulista e 42% do centro (Gráfico 1).

O crescimento do estoque da marginal foi acompanhado pela ação dos promotores imobiliários no sentido de cooptar possíveis locatários, principalmente entre as grandes empresas. Em 1975 o centro e a Paulista concentravam a

Gráfico 1:
Evolução do estoque construído útil de escritórios em São Paulo em milhões de metros quadrados

Fonte: Nobre, 2000



maioria das sedes dessas empresas em São Paulo com 68% do total (54% no centro e 14% na Paulista). Em 1998 a marginal já despontava como a primeira região nessa concentração com 41% do total, contra 21% da Paulista, 18% do centro e 20% em outras regiões (Nobre, op. cit.).

Contudo essa expansão do mercado imobiliário de edifícios de escritório se deu a custa do aumento do estoque vago nos edifícios mais antigos, que não apresentavam as mesmas especificações técnicas e inovações tecnológicas que os novos. Entre 1995 e 1998, enquanto o estoque total útil aumentou em 9%, variando de 5,8 para 6,3 milhões de metros quadrados, o estoque vago cresceu 32%, passando de 720 para 950 mil metros quadrados (*ibid.*).

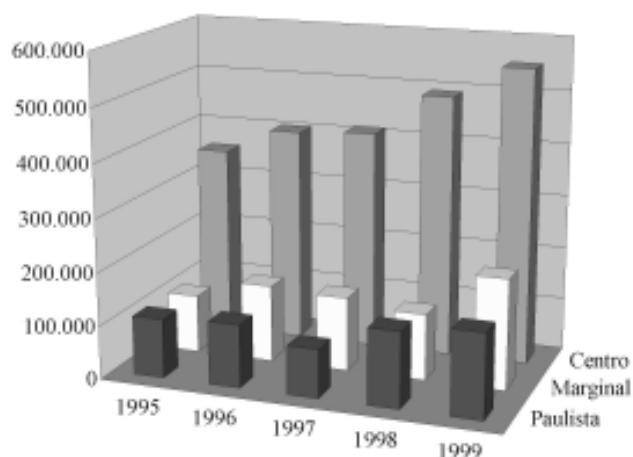
Nesse aspecto, a região central tem sido a mais prejudicada, pois a grande presença de imóveis com mais de 40 anos faz com que ela concentre grande parte do estoque vago na cidade. Entre 1995 e 1999, o estoque vago do centro cresceu de 356 para 554 mil metros quadrados vagos, um aumento de 200 mil metros quadrados, representando 58% do estoque dos edifícios comerciais vagos da cidade, embora concentre 42% do estoque construído (Gráfico 2).

A grande vacância do estoque comercial associada à grande quantidade de imóveis vagos também no setor residencial tem ocasionado a recente discussão sobre a ocupação e a utilização desses edifícios para habitação de interesse social (Silva, 2000). Dados recentes do IBGE demonstram o salto do número de domicílios vagos na cidade que pularam de 270.000 para 420.000 unidades de moradias vazias entre 1991 e 2000 (IBGE, 1991; 2000).

Apesar dos dados relativos, a vacância existente, a produção de novas unidades habitacionais chegou a uma média de 300.000 unidades entre 1988 e 2000, com grande participação de financiamentos promovidos pela Caixa Econômica Federal – CEF. O distrito de Morumbi, com a maior porcentagem de domicílios vagos (35%), é o que também liderou as aprovações de novos lançamentos nos últimos anos.

Gráfico 2:
Evolução do estoque útil
vago de escritórios em
São Paulo em milhões de
metros quadrados

Fonte: Nobre, 2000



De fato o mercado imobiliário residencial formal trabalha para uma pequena faixa da população que tem condições financeiras de estar adquirindo um imóvel pelas vias oficiais de financiamento ou de poupança própria, independente das consequências territoriais urbanas.

Dados da Pesquisa Origem-Destino (Metrô, 1997) mostraram que mais da metade das famílias da cidade (50,3%) ganhava menos de 8 salários mínimos em 1997, não chegando a ser atendidas pelos financiamentos do mercado que exigem renda mínima de 10 salários mínimos. Desses, quase a metade, ou 23,9% da população da cidade, não chegava a 5 salários mínimos, não sendo atendida pelos principais programas habitacionais do estado que atendem a faixa entre 5 e 10 salários.

Nesse aspecto, é marcante o problema habitacional na cidade, pois tem hoje uma população aproximada de 10,4 milhões de habitantes, sendo que metade mora na chamada “cidade ilegal”, em desacordo com normas urbanísticas e em condições precárias no que diz respeito às condições ambientais, sanitárias, de saúde, de educação e de transporte (Maricato, 2000).

Por volta de 25% da população do município mora em condições subumanas nas habitações subnormais, sendo próximo de 2 milhões em favelas, 600.000 em cortiços e 8.700 nas ruas (São Paulo, 2000), em regiões exibindo uma enorme desigualdade socioeconômica quando relacionadas com as áreas de maior poder aquisitivo na cidade.

A desigualdade fica mais evidente ao compararmos os distritos de Jardim Paulista – que abriga uma população economicamente rica a qual consegue acessar os serviços da cidade e exercer seus direitos de cidadão – com o Jardim Ângela, tendo uma população cerceada de seus direitos, com os piores índices de renda, de alfabetização, de segurança, de condições de habitabilidade (Tabela 1).

O Estado e a sociedade acabam sendo coniventes com a “solução” das habitações subnormais como favelas, cortiços, autoconstrução e ocupações, pois eles se valem da precariedade dessas soluções para justificar a sua remoção, quando elas interferem na lógica do desenvolvimento e do mercado imobiliário da cidade, conforme o caso da Água Espraiada. Isto vem ocorrendo desde o urbanismo sanitário, em que o Estado muitas vezes atuava no sentido de expulsá-los das áreas centrais, com o objetivo da valorização das áreas ocupadas pela população mais abastada (Piccini, 1999).

Tabela 1:
Dados distritais do
Jardim Paulista e Jardim
Ângela

Distrito	Domicílio	Moradores	Densidade mor./dom.	Idade – % da população		Renda nominal média % de população	
				0-4 anos	+ 80 anos	1-1,25 s.m.	+ 20 s.m.
J. Paulista	34.448	89.261	2,6	5,2	2,9	0,6	47,8
J. Ângela	54.976	221.424	4,0	9,6	0,2	5,5	0,5

1. Número de domicílios – IBGE, 1996 2. Números de moradores – IBGE, 1996 3. Densidade: morador/domicílio – IBGE, 1996 4. Idade da população – IBGE, 1996 5. Renda média nominal dos chefes de família – IBGE, 1991

Sob esse ponto de vista, vale a pena ressaltar que o problema da habitação social sempre foi relegado pelo Estado. Até a década de 30, a solução da questão habitacional ficou relegada ao aluguel de dormitórios nas “casas de cômodos”: os cortiços (Bonduki, 1998). Inicia-se, então, o investimento crescente na ideologia da casa própria, no período Vargas (Villaça, 1986). A ideologia da casa própria torna-se necessidade, e a partir de 50 a autoconstrução e a favela passam a ser predominantes como forma de moradia das camadas populares, vindo a ter crescimento acentuado na década de 70.

A política habitacional de construções financiadas pelo governo geraram um número mínimo de unidades durante todo o processo de atuação do Estado neste sentido. No período de 1940–1963, as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões construíram 20.000 unidades. Entre 1964 a 1997, 153.758 foram construídas e/ou financiadas pelo Estado por meio dos SFH, Cohabs, HABI e CDHU (Silva, 1998).

Na grande maioria, foram realizados conjuntos habitacionais nas áreas periféricas. Neste processo, considerou-se a habitação como elemento sem inserção e sem relações com o contexto urbano, criando-se as famosas “cidades-dormitório”.

Com as mudanças políticas ocorridas ao longo da década de 80, alguns elementos passaram a ser percebidos como essenciais à habitação, ou seja, a localização, a presença dos equipamentos públicos, como escolas, hospitais, transportes, equipamentos de lazer, acesso, qualidade do espaço e do desenho urbano, e, principalmente, a permanência da população demandada, como também a participação da população no processo de elaboração do projeto, financiamento e obra. Dessa forma, o governo federal participou e assumiu esse compromisso com a Agenda Hábitat de 1996 na Declaração de Istambul.

Nas duas últimas décadas, houve também uma preocupação em relação às favelas e aos loteamentos clandestinos, desenvolvendo-se instrumentos legais de controle e de melhorias urbanas. Junto às favelas foram montados planos de urbanização, reconhecendo sua existência e passando a permitir o acesso à água, luz e esgoto, e até mesmo à construção de módulos em alvenaria. O grande impasse era, e é, o reconhecimento de propriedade, que em sua grande maioria não foi obtido (Taschner, 1987; Sampaio, 1990).

A população moradora de cortiços também obteve alguns projetos pontuais durante a gestão Erundina (1989-1992). Acostumada sempre a ser removida e expulsa, a população, que se utiliza dos serviços e equipamentos das áreas centrais, inserindo-se no mercado formal e informal, vivenciou alguns projetos no sentido de melhorar as condições de habitabilidade, permitindo a sua permanência no local, pelos projetos como o Madre de Deus e o Celso Garcia (Sachs, 1999).

Além dos números relativamente pequenos, é necessário lembrar que para conseguir atingir e comprovar a renda exigida pelos órgãos para participação nos

diversos programas habitacionais, “*a população trabalhadora tem passado por uma extensão dos sacrifícios, com incorporação prematura de crianças e adolescentes à atividade produtiva, com dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres, com esgotamento físico dos empregados, sujeitos a jornadas extensas*” (Brant, 1989: 57). Ainda assim, corre o risco de, após anos de pagamento, não conseguir acompanhar os juros e valores relativos à correção monetária e ter que retornar às favelas, cortiços, ou às ruas.

3. OS PROJETOS DE OCUPAÇÃO RECENTES DOS EDIFÍCIOS DO CENTRO

É no quadro colocado acima que se analisa o fenômeno das ocupações dos edifícios vazios por uma população explorada, marginalizada, no qual, por sua organização e movimentação, expõe os conflitos sociais e econômicos existentes na cidade de São Paulo. Na busca de sua sobrevivência e visibilidade apropria-se dos edifícios vazios localizados em áreas centrais, atuando na ilegalidade, questionando, assim, os direitos de propriedade e de moradia reconhecidos pelo Estado.

Desde o início da década de 80, algumas invasões de espaços e edifícios vazios foram citadas por alguns teóricos, invasões essas realizadas lentamente sem organização e que encontraram aceitação do poder público. Para Eva Blay, as invasões representam um processo de conquista do espaço urbano, uma vez esgotada a ocupação simples do mesmo (Blay, 1985).

Nos últimos anos, o processo e o número de ocupações em edificações se intensificaram. Entre 1996 e 1999, enquanto o poder público se empenhava em garantir os interesses imobiliários nas operações urbanas descritas, diversos edifícios na área central foram ocupados. Devido à atuação sistematizada na forma de ocupação nos últimos meses de 1999, houve reação de alguns setores conservadores da sociedade civil e do poder público e em dezembro cerca de três invasões foram frustradas, assim como três ações de reintegração de posse foram concretizadas (*Folha de S. Paulo*, 1999).

Desta forma, os movimentos organizados de luta por moradia têm pressionado o poder público e a sociedade civil no sentido da necessidade de uma política habitacional em que se considere a distribuição de renda, as condições de habitabilidade, de equipamentos locais, da qualidade urbana, aspectos como educação, escola, acesso à saúde e que se coloque em prática uma política urbana não-excludente.

O questionamento dos movimentos, também, busca uma reflexão sobre os projetos de melhoria urbana na área central, os programas de “revitalização” apoiados no discurso de esvaziamento do centro e de recuperação de área degradada. Reivindicam, assim, o direito de ocupação das áreas centrais. Hoje,

Sé e República detêm juntos uma população residente de 60.000 moradores, havendo uma população flutuante que chega a atingir 400.000 pessoas entre às 12 e 14:00 horas (Metrô, 1997). Dos 52.250 domicílios, 13.400 estão vagos (25,6%), resultando em inúmeros edifícios inteiramente vazios.

A renda média nos dois distritos é de R\$ 1.900,00. Há inúmeros equipamentos, tais como parques, praças, teatros, etc. A região é bem-servida de transportes coletivos com inúmeras linhas de metrô, trem e ônibus. Concentra uma grande quantidade de empregos, com densidade de 1.150 empregos/hectare, a maior na cidade. O valor de locação médio no mercado formal fica entre sete a nove reais por metro quadrado, relativamente baixo se compararmos ao valor pago nos cortiços, cerca de 10 a 12 reais por metro quadrado (Kohara, 1999).

Nessa direção alguns programas foram elaborados, tais como o Programa de Atuação em Cortiços (PAC) do governo estadual, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) do governo federal, e o recente Programa Morar Perto, da prefeitura. Ainda existem apenas alguns projetos pontuais. No caso do PAC, há um conjunto de duas torres no Pari, projeto do arquiteto Ruy Otake, com financiamento do CDHU (no valor de R\$ 35.000/unidade desconsiderando o terreno). No caso do PAR da Caixa Econômica Federal – CEF, foi entregue um edifício na rua Fernão Salles (projeto da arquiteta Helena Saia), no distrito da Sé. No Morar Perto foram assinados dois projetos, utilizando o financiamento do PAR.

No caso do PAR, o programa permite a viabilização de projetos voltados à recuperação do estoque imobiliário existente. O programa propõe a aquisição de edificações pela CEF, em que há a participação dos movimentos na indicação da edificação, do projeto e da demanda. Após os estudos de viabilidade necessários, a CEF libera, adquire e administra a execução da obra. Ela o cede como arrendamento, no qual após cerca de 15 anos o arrendatário passa a ser proprietário. O custo entre a compra do edifício e a reforma limita-se a R\$ 25.000,00, valor menor do que o custo das unidades produzidas nas áreas periféricas (Escritório Piloto, 1999).

O ponto positivo é a participação dos movimentos, a possibilidade de adequação dos edifícios para habitações de interesse social nas áreas centrais. A dúvida surge pelo fato de o financiamento ser um arrendamento, o que permite ao órgão financiador a retomada do imóvel, relativamente rápida no caso de inadimplência, que muitas vezes pode não evidenciar à população a diferença entre a participação de um programa de aquisição de habitação e um programa de arrendamento habitacional. Outro ponto é que o programa, como os demais existentes, não atinge a população com renda inferior a três salários mínimos e também não permite a gestão das obras pelos movimentos.

Esses programas foram elaborados, há recursos tanto no âmbito federal como no estadual, e estima-se a criação de fundos habitacionais municipais para o próximo ano. Além disto o recém-aprovado Estatuto da Cidade pode funcionar



Figura 2:
Vale do Anhangabaú,
edifícios vagos. Edifício
Hotel São Paulo – Estudo
atual de viabilidade pelo
PAR

Crédito: Bomfim, 2001

como um elemento inovador, criando a possibilidade de colocar em prática instrumentos urbanísticos que viabilizem a execução dos programas habitacionais (Brasil, 2001).

Apesar da existência desses programas, não se tem verificado até agora uma política abrangente que realmente responda às necessidades existentes na cidade, tanto de renda como de atuação e gestão da população de baixa renda, havendo hoje diversos entraves.

Primeiro, a especulação imobiliária cria valores que impossibilitam a prática de uma política habitacional de interesse social em áreas de grande vacância, ou seja, a simples possibilidade de utilização de fundos da CEF gera uma valorização imobiliária que inviabiliza os projetos. Segundo, a burocracia excessiva na aprovação de projetos de readaptação das edificações e alterações de uso, que percorre cerca de 30 setores de diversos departamentos públicos, entre órgãos técnicos, de patrimônio, de

segurança de normas técnicas, é um outro fator considerável. E, por fim, a presença de inúmeros imóveis que passam por processos jurídicos longos, sejam de espólio ou de disputa financeira, retardam em pelo menos dez anos qualquer possibilidade de uso. (Figura 02)

É necessário, portanto, um empenho exaustivo das gestões no sentido da efetivação de novos instrumentos que permitam uma real redefinição da distribuição dos recursos públicos para as políticas habitacionais e das decisões necessárias ao apoio da capacitação da população, objetivando o bem-estar social, não se restringindo por leis e normas arcaicas, de maneira a concretizar os programas adequados e a diminuição das diferenças e desigualdades sociais explicitadas no espaço urbano.

4. CONCLUSÃO

Conforme analisado no texto, as administrações municipais, na década de 90, atuaram de maneiras diversas na produção do espaço urbano. Na gestão de 1989-1992 havia uma preocupação de como os recursos públicos eram utilizados, definindo como prioridade a inclusão social da população de menor renda por meio dos projetos voltados à habitação social. As administrações seguintes, 1993-1996, 1997-2000, colocaram o poder público a serviço do interesse do grande capital, promovendo grandes projetos imobiliários.

Contudo, a existência de um grande estoque imobiliário vago, tanto comercial como residencial, demonstra que a produção imobiliária tem tido um

caráter especulativo, voltada à estreita parcela da população inserida nas classes alta e média-alta, criando uma oferta muito maior do que a demanda. Esse processo tem ocorrido pela concentração desses investimentos, tanto públicos como privados, em determinadas áreas da cidade, abrindo fronteiras de expansão do capital, em detrimento das outras áreas, inclusive daquelas em que a infra-estrutura já se encontra consolidada.

Nesse momento, em função da aprovação recente do Estatuto da Cidade, cabe uma reflexão sobre as formas de gestão urbana que busquem uma maior inclusão social da população de baixa renda. Os novos instrumentos propostos podem e devem contemplar a questão habitacional, entendendo-se por habitação não apenas a unidade habitacional, mas também a questão do acesso aos serviços públicos e à infra-estrutura, ou seja, a garantia do direito à cidade.

Segundo o estatuto, o plano diretor passa a ser o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano, contando com a participação popular em sua elaboração e revisão. A sua integração com o orçamento municipal irá dificultar a ação da administração municipal fora das prerrogativas estabelecidas pelo plano.

A produção imobiliária que vem ocorrendo na cidade de São Paulo tem ocasionado o aumento do estoque vago, que não cumpre com a sua função social. Cabe então à administração municipal, na elaboração do plano diretor com a comunidade, definir as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, principalmente nessas áreas dotadas de infra-estrutura e qualidade ambiental onde existe grande quantidade desse estoque vago, podendo, assim, utilizar os instrumentos definidos pelo estatuto, tais como: o taxamento progressivo, a utilização compulsória e o direito de preempção, a fim de buscar a implementação de políticas públicas que busquem a inclusão social.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAPP. Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada. *Consolidado estatístico*. São Paulo: ABRAPP, ano I, n. 12, ano VIII, n. 12, 1992 e 1999.
- _____. *Fundo de investimento imobiliário*. São Paulo: ABRAPP/ICSS, 1995.
- AMARAL, Rodrigo. Remoção de favela supervaloriza a Berrini. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1995. Caderno 1, p. 1.
- BLAY, Eva. *A luta pelo espaço*. Petrópolis: Ed. Vozes/Nobel, 1985.
- BOMFIM, Valéria, CHADAVERIAN, Pedra C. *Desigualdade socioespacial da cidade de São Paulo*. São Paulo: EPUSP, Texto mimeografado, 2000.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- BRANT, Vinícius. *São Paulo: Trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. República Federativa. *Lei n. 10.257 de 10 de Julho de 2001*. Brasília: Congresso Nacional, 2001.
- DE MAGALHÃES, Cláudio. Social agents, the provision of buildings and property booms: The case of São Paulo. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 23, n. 3, p. 445-463, 1999.
- ESCRITÓRIO PILOTO. Politécnica de Turim e Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. *Laboratório de cortiço*. São Paulo: Politécnica de Turim/EPUSP, 1999.

- FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. Ocupações em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1999. Cotidiano, p. 3.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem nacional da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. *Censo demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991 e 2000.
- JORNAL DA TARDE. As obras de Maluf. São Paulo, 26 jul. 1995. p. 2.
- KOHARA, Luís. *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: Estudos de casos na área central da cidade de São Paulo*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. (Orgs.) *A cidade do pensamento único: Desmantelando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- METRÔ. Companhia do Metropolitano de São Paulo. *Pesquisa origem-destino*. São Paulo: Metrô, 1997.
- NOBRE, Eduardo A. C. *Reestruturação econômica e território: Expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PICCINI, Andrea. *Cortiços e reestruturação do centro urbano de São Paulo: Habitação e instrumentos urbanísticos*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SACHS, Céline. *São Paulo: Políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SAMPAIO, Maria Ruth H. *Heliópolis: O percurso de uma invasão*. São Paulo, 1990. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SÃO PAULO (Cidade). Câmara Municipal. *Relatório Final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central*. São Paulo: Câmara Municipal, 2001.
- _____. Prefeitura do Município. *Perfil socioeconômico do município de São Paulo*. São Paulo: Sempla, 2000.
- SCHOR, Maria Silvia, VASCONCELLOS, Marco A. S. *Diagnóstico e plano de ações*. São Paulo: Fipe/Sehab, vol. 1, out. 1997.
- SILVA, Helena Menna Barreto. *Terra e moradia: Que papel para o município*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. *Habitação no centro de São Paulo: Como viabilizar esta idéia*. São Paulo: S.N., 2000.
- TASCHNER, Suzana. Política habitacional no Brasil: Balanço e perspectivas. In: II ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1987. São Paulo. *Anais*, São Paulo: ANPUR, 1987.
- VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas públicas, mercado imobiliário, segregação socioespacial, renovação urbana, exclusão e inclusão social.

Eduardo A. C. Nobre

Professor Doutor da FAUUSP.

Valéria C. Bomfim

Mestranda em engenharia urbana da EPUSP-PCC (bolsista CNPq).

Cristina de Campos

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

O

SANITARISTA, A CIDADE e O TERRITÓRIO. A TRAJETÓRIA DE GERALDO HORÁCIO DE PAULA SOUZA eM SÃO PAULO. 1922 – 1927

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer ao debate urbanístico a maneira como o médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza compreendeu e atuou na cidade de São Paulo, enquanto esteve à frente do Serviço Sanitário Estadual entre 1922 e 1927. Este médico adotou um enfoque diferente de seus antecessores para a higiene da cidade. Para ele, aquele não era mais o momento de construir grandes obras de saneamento para tornar o ambiente salubre, e sim o da conscientização dos indivíduos para adquirirem hábitos de higiene. Outro aspecto importante de Geraldo Paula Souza é a sua sintonia com os profissionais da engenharia que, como ele, no final da década de 20, percebiam a necessidade de transformar a cidade para o desenvolvimento vindouro com a industrialização nas décadas seguintes.

ABSTRACT

The objective of this article is to describe the contribution of the medical doctor Geraldo Horácio de Paula Souza in the history of Brazilian urbanism. This doctor worked in the city of São Paulo where he headed the Sanitary Service of the State Government between 1922 and 1927, and displayed a comprehensive understanding of the city's urban problems. He adopted an approach for hygiene in the city which was different from those of his predecessors: he intended to promote hygiene less through large sanitary urban infrastructural projects and more through the education of individuals in order to change their hygienic habits and thus achieving a better hygienic environment. The article stresses the important contribution of Dr. Paula Souza in stimulating an awareness, in the late 1920s, of the city's need to prepare itself for imminent development and the industrialization of the following decades.

INTRODUÇÃO

Desde a última década do século 19, o governo paulista se empenhou em equipar a máquina estatal com uma série de repartições e divisões que permitissem uma melhor regulação e controle capazes de promover a autonomia econômica do Estado. Havia, então, a preocupação em organizar e compor o Estado¹. Dentre as novas repartições criadas destacamos as secretarias da Agricultura e dos Negócios do Interior, basicamente as duas mais importantes que estavam respectivamente construindo e regulando o território paulista.

No período acima mencionado, o estado de São Paulo enfrentava vários problemas relacionados às epidemias e à falta de uma infra-estrutura básica, necessária como suporte econômico. As autoridades políticas, representantes ou mesmo membros da elite econômica, especialmente o grupo dos grandes produtores de café, exigiam a realização de obras de saneamento que afastassem as doenças e garantissem as suas atividades econômicas. Não é surpreendente, portanto, que o governo estadual tenha tratado, por meio de suas repartições, de realizar obras que garantiriam a continuidade da economia cafeeira.

Eram justamente as três cidades mais importantes para a economia cafeeira que se encontravam nas piores condições sanitárias: Santos, São Paulo e Campinas. A primeira era a porta de entrada dos novos trabalhadores estrangeiros e o local de escoamento da produção para o exterior; São Paulo, a capital do estado, funcionava como o mercado da compra e venda da força de trabalho, e Campinas se situava, naquele momento, bem no centro da zona produtora de café, funcionando assim como um centro de distribuição e de concentração de trabalhadores rurais (Tellaroli Júnior, 1993, Ribeiro, 1994 e Campos, 2001). Para contornar a grave situação das epidemias que grassavam nestas três cidades², o governo paulista por meio de suas secretarias da Agricultura e dos Negócios do Interior passou a intervir maciçamente para contornar o problema com a criação das Comissões de Saneamento e Sanitária³.

As obras de infra-estruturação urbana e territorial pelo estado de São Paulo prosseguiram e adentraram o século 20 por mais duas décadas. Vale destacar novamente que estas obras permitiriam a concretização do desenvolvimento econômico, sobretudo aquele ligado à produção do café, principal produto da pauta de exportação brasileira. É claro que muitos daqueles que engendraram o provimento destas obras de infra-estruturação sonhavam não apenas com o desenvolvimento da cafeicultura, mas sim com a industrialização que era a principal forma de produção das potências mundiais daquele período⁴. Retomando tanto as obras como a regulamentação do novo espaço construído, era alvo da fiscalização do Estado. Se a Secretaria da Agricultura era a responsável pela execução das obras, a Secretaria dos Negócios do Interior tinha como papel a elaboração das normas de construção, comércio e alimentação, enfim, regulando praticamente toda a vida social do estado. Esse documento a que

(1) Mesmo analisando a saúde pública no âmbito federal, ver as observações de Hochman (1998) sobre essa questão.

(2) Santos enfrentava problemas com a peste bubônica e a febre amarela, São Paulo com a varíola e Campinas também com a febre amarela.

(3) As Comissões de Saneamento realizavam obras de engenharia sanitária para higienizar o meio e eram ligadas à Secretaria da Agricultura, como responsáveis pela execução de obras. As Comissões Sanitárias atuavam paralelamente às Comissões de Saneamento e eram responsáveis pelo controle e tratamento da doença, por sua vez subordinadas ao secretário dos Negócios do Interior. Sobre o trabalho destas comissões, ver Almeida, 1998.

(4) Estamos nos referindo aqui a Antonio Francisco de Paula Souza, engenheiro responsável por várias dessas obras de infra-estruturação, do saneamento à construção de ferrovias, e também um dos simpatizantes da industrialização do país (Campos e Costa, 2000).

(5) Durante esse período tivemos duas gestões significativas dentro do Serviço Sanitário: a de Emílio Ribas e a de Arthur Neiva. Ribas atuou de 1898 a 1916 e teve como principal tarefa o saneamento das cidades de Santos, São Paulo e Campinas, sendo o responsável, inclusive, pela erradicação da febre amarela no estado de São Paulo na virada do século 19 para o século 20. Já Arthur Neiva (1916 a 1920) teve um papel fundamental no saneamento do interior paulista contra as endemias rurais. Foi também o responsável pela criação do Código Sanitário Rural que vigorou por vários anos dentro do Serviço Sanitário.

estamos aqui nos referindo é o **Código Sanitário**, a base reguladora de várias atividades desenvolvidas dentro dos limites do estado de São Paulo, sendo que se caracterizava por ser um documento estritamente voltado para a regulação e orientação de como deveria ser construído e ocupado o espaço urbano, além de funcionar também como base de regulamentação de várias outras atividades como o comércio de vários produtos e a produção de gêneros alimentícios.

Guiados pelo Código Sanitário, os diretores do Serviço Sanitário (repartição estadual ligada à Secretaria dos Negócios do Interior) tiveram as suas atividades voltadas para a transformação do meio em um ambiente salubre, ou seja, obras de saneamento para levar higiene aos habitantes da cidade e do campo.

Praticamente foi este o ideal que norteou a ação dos diretores do Serviço Sanitário de 1893 a 1922⁵. A mudança de mentalidade ocorreria com a entrada do médico Geraldo Horácio de Paula Souza na direção desta repartição estadual, pregando uma forma de atuação baseada em uma nova metodologia de trabalho para garantir que a higiene estivesse presente dentro do ambiente urbano e rural.

O objetivo deste artigo é trazer ao debate as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo, notando que a sua intenção, diferentemente de seus antecessores, é a implementação de um projeto voltado para a inculcação da higiene pela educação sanitária dos indivíduos e não somente por meio da construção de obras para a correção do ambiente. O texto está dividido em quatro partes. A primeira traz dados biográficos do médico Geraldo Paula Souza, um pouco de suas origens e de sua formação acadêmica que nos farão compreender melhor suas decisões na época em que ocupou a direção do Serviço Sanitário. A segunda parte resgata o trabalho por ele desenvolvido no Serviço Sanitário, especialmente a realização de um levantamento dos principais problemas higiênicos que atravancavam o estado de São Paulo. A análise também se estenderá aos meios utilizados pelo médico para coletar dados para o seu levantamento e à solução encontrada para eliminar tais problemas, tanto no meio urbano como também no meio rural. Na terceira parte, discutiremos em que consistia a proposta de Geraldo Paula Souza e qual era a viabilidade de seus preceitos. Finalmente, na última parte, apresentaremos algumas conclusões da pesquisa realizada.



Figura 01. Geraldo Horácio de Paula Souza em 1923, quando ocupava o cargo de diretor do Serviço Sanitário

Fonte: Arquivo particular de Ada Celina Paula Souza de Anhaia Mello

(6) Além do desenvolvimento do filtro de água, Geraldo Paula Souza e Roberto Hottinger iniciaram campanha na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo sobre a má qualidade da água distribuída nesta cidade. Além da água de São Paulo ser o assunto abordado em sua tese *Contribuição ao estudo da autodepuração de nossos rios, especialmente do Tietê*, apresentada ao final do curso de medicina, o tema da água reaparecerá novamente quando ocupar o cargo de diretor do Serviço Sanitário em forma de relatório, alertando sobre a necessidade da utilização da água clorada do rio Tietê na época da estiagem (Campos, 2001: 35).

(7) A Fundação Rockefeller é uma das instituições criadas pela família do magnata do petróleo John D. Rockefeller e que financia até hoje projetos filantrópicos na área de saúde, dentre outras.

(8) No contrato estabelecido entre a Fundação Rockefeller e o governo paulista estava determinado que esta fundação estaria encarregada de fornecer dinheiro, técnicos estrangeiros para gerenciar os trabalhos e duas bolsas de estudos desta mesma fundação seriam fornecidas a dois técnicos brasileiros para estudar nos Estados Unidos, na Johns Hopkins University. Para mais detalhes sobre este acordo, ver Candeias, 1984.

GERALDO HORÁCIO DE PAULA SOUZA: ORIGEM, FORMAÇÃO E CARREIRA PROFISSIONAL

Geraldo Horácio de Paula Souza nasceu em 1889, na cidade paulista de Itu, filho de Antonio Francisco de Paula Souza e de Ada Herwagh. Seu pai foi um importante engenheiro que atuou em obras de infra-estruturação urbana e territorial desde o final do Império até meados da Primeira República, sendo um dos fundadores da Escola Politécnica paulista e o seu primeiro diretor. Já sua mãe, de origem europeia, era filha do poeta do proletariado, Georg Herwagh (Gitahy, 1994). Os primeiros estudos de Geraldo Paula Souza ocorreram em São Paulo, onde também cursou a sua primeira graduação na Faculdade de Farmácia de São Paulo. Ao finalizar o curso, parte para o Rio de Janeiro e lá matricula-se no curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante a graduação em medicina, cursou ainda em regime especial o curso de química na Escola Politécnica paulista durante suas férias escolares, sob a tutela do professor daquela casa, o suíço Roberto Hottinger. Enquanto estudante de medicina, com os contatos estabelecidos por Hottinger e por seus familiares europeus, os Herwagh, foi para a Europa, em 1911, com o intuito de estudar na Faculdade de Medicina de Bern e realizar uma série de estágios em laboratórios da Alemanha e da França.

Ao retornar ao Brasil, forma-se médico em 1913, e de volta a São Paulo abre o seu próprio laboratório de análises clínicas, trabalhando também como assistente de Roberto Hottinger, que havia sido o seu tutor em química. Juntos, Geraldo Paula Souza e Hottinger *“realizaram uma série de experimentos sobre a qualidade da água distribuída na cidade de São Paulo”* (Campos, 2001: 35), estudo que fazia parte do desenvolvimento de um filtro especial de água comercializado depois como filtro Salus⁶, até hoje existente no mercado. Desde então, o jovem Geraldo Paula Souza demonstrava interesses pela área da saúde pública.

Em 1914, com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Geraldo Paula Souza é indicado ao cargo de assistente do Departamento de Química e, em 1918, recebe nova indicação desta vez para o cargo de professor assistente da Cadeira de Higiene, fundada pelo convênio estabelecido entre a Fundação Rockefeller⁷ e o governo estadual paulista (Campos, 2001). O responsável por esta cadeira era o técnico norte-americano Samuel Taylor Darling, enviado especial da Fundação Rockefeller para criar uma escola de higiene em São Paulo. Darling será peça fundamental também para a concretização da carreira de sanitária de Geraldo Paula Souza, pois será este professor quem o indicará para o curso de doutorado em higiene e saúde pública pela Johns Hopkins University⁸. Assim, em 1918, partiram para a Johns Hopkins University, em Baltimore, os médicos Geraldo Horácio de Paula Souza (Figura 01) e Francisco Borges Vieira.

Os dois médicos permaneceram nos Estados Unidos até 1920 e lá adquiriram os ensinamentos que marcariam as suas carreiras pelo resto de suas

vidas. Foram os dois primeiros a receberem o grau de doutores em saúde pública naquela universidade. Com a chegada ao Brasil em 1921, Geraldo Paula Souza assume a direção do Instituto de Higiene, instituição voltada ao ensino e à pesquisa na área de higiene e saúde pública, fruto do apoio desenvolvido entre o governo estadual paulista e a Fundação Rockefeller, e a Francisco Borges Vieira é oferecido o cargo de vice-diretor deste instituto. Logo em 1922, com uma carta de apresentação da Fundação Rockefeller ao secretário dos Negócios do Interior (Rockefeller Archive Center), Geraldo Paula Souza assume a direção do Serviço Sanitário e lá irá aplicar os preceitos de administração sanitária aprendidos nos Estados Unidos, bem como tentar instituir a mentalidade sanitária difundida pela Fundação Rockefeller.

Em 1927, após se retirar da direção do Serviço Sanitário, Geraldo Paula Souza é convidado a assumir o cargo de técnico da Secção de Higiene da Liga das Nações, trabalho que o fez viajar por toda a Europa a fim de conhecer o que aqueles países vinham desenvolvendo em termos de serviços de higiene, inclusive alguns ligados à Fundação Rockefeller (Campos, 2001: 57-58). O médico permaneceu neste cargo até 1929 e mesmo assim não deixou a direção do Instituto de Higiene, que estava sob o exercício do vice-diretor Francisco Borges Vieira. Mesmo do exterior, acompanhava de perto a construção da nova sede do instituto na avenida Dr. Arnaldo, com verbas concedidas pela Fundação Rockefeller e concluída em 1931. De volta ao Brasil, dedica-se à atividade docente e à direção do Instituto de Higiene no plano acadêmico, mas por outro lado, na sociedade civil integra outras entidades como o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, cuja principal função “era o estabelecimento das bases racionais de organização do trabalho” para que existisse um fortalecimento da produção industrial auxiliada com preceitos científicos, inclusive os vindos da higiene (Campos, 2001: 61)⁹. Além do IDORT, Geraldo Paula Souza participou também como orientador técnico do Serviço Social da Indústria – SESI, desenvolvendo um plano de assistência médica, hospitalar, nutricional e de educação sanitária aos trabalhadores conveniados a esta instituição. Outro destaque é a sua participação na Sociedade Brasileira de Higiene criada em 1923, que contava com a participação de vários profissionais ligados à higiene. Sua participação foi significativa enquanto membro e também como presidente desta instituição¹⁰.

No final da década de 30, Geraldo Paula Souza volta às atividades sanitárias internacionais. Em 1939, é convidado para integrar uma comissão formada pelo governo brasileiro para visitar instituições universitárias do Japão e da China. Em 1942, é escolhido como membro da delegação brasileira para participar da IX Conferência Sanitária Pan-Americana e no ano seguinte também é convidado pela Associação Americana de Saúde Pública e pela Repartição Sanitária Pan-Americana a participar da 72^a Reunião Anual de Saúde Pública e do I Congresso Interamericano de Diretores de Escolas de Higiene. Em 1944, muda-se para

(9) Sobre o IDORT, ver a tese de Antonacci, *A vitória da razão. O instituto de organização racional do trabalho de 1931 a 1945. Sobre a higiene auxiliando a produção industrial*, ver Vasconcellos, *Memórias da saúde pública. A fotografia como testemunha*, p. 46-47.

(10) Sobre a Sociedade Brasileira de Higiene, ver o capítulo II, item 2.3 da dissertação de mestrado *A cidade através da higiene. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo*.

Washington D. C. a fim de assumir o cargo de chefe do Controle Epidêmico da United Nations Relief and Rehabilitation Administration – UNRRA, além de ser também o secretário da Comissão Internacional de Quarentena (Candeias. In: Campos, 2001: 66-67). Ainda na UNRRA, é chamado pelo governo a integrar a delegação brasileira para os trabalhos na Conferência de São Francisco, ligada à recém-criada Organização das Nações Unidas – ONU. Nessa reunião, Geraldo Paula Souza propôs a criação de uma agência mundial de saúde que mais tarde viria a se tornar a Organização Mundial de Saúde – OMS. Até o final de sua vida, Geraldo Paula Souza se dedicou ao Instituto de Higiene e a outras instituições nacionais de saúde pública, e também à OMS, participando como delegado, membro interino e vice-presidente desta instituição (Candeias. In: Campos, 2001: 77). Faleceu em 1951, na véspera de uma viagem ligada à OMS.

UMA NOVA MANEIRA DE TRABALHAR COM A HIGIENE: A PROPOSTA DE GERALDO HORÁCIO DE PAULA SOUZA

Ao assumir a direção do Serviço Sanitário, em 1922, uma das primeiras ações de Geraldo Paula Souza foi a cloração da água distribuída para a cidade de São Paulo, a fim de conter a epidemia da febre tifóide que grassava mais uma vez na cidade. Esta técnica não havia sido, até então, empregada em São Paulo, fato que chamou muito a atenção de várias autoridades locais (Mascarenhas, 1973). Em seu primeiro ano como diretor desta repartição, elaborou um relatório ao secretário dos Negócios do Interior, ao qual estava subordinado, evidenciando sua postura e a sua metodologia de trabalho, enfim, explicando que faria uma gestão diferente de seus antecessores, demonstrando uma certa aversão aos modelos de policiamento e de campanhas sanitárias como os únicos meios de tratar o problema sanitário (Campos, 2001: 234). Enfatizou também qual era o novo problema de saúde pública naquele período *“a vida moderna, urbana, (...) por ter consequências trágicas para a nossa sociedade em termos do processo saúde – doença”* (Merhy, 1992: 92).

(11) Iremos nos referir mais a estas unidades na próxima seção deste artigo.

Nos primeiros anos dentro do Serviço Sanitário, Geraldo Paula Souza, realizou poucas, mas significativas modificações nesta repartição, como a criação dos primeiros centros de saúde e postos municipais permanentes¹¹, pois estava realizando um rigoroso levantamento dos problemas sanitários de São Paulo para compreender quais eram as principais dificuldades enfrentadas pela capital e pelo interior. Para levantar estes problemas, o médico utilizou como recurso a pesquisa de campo e o registro da informação por meio do uso da fotografia. Registrhou imagens de cortiços, abrigos de imigrantes, abastecimento de água, residências e vias circulatórias. O seu estudo sobre o estado sanitário não se restringiu apenas à capital, foi também para o interior, obtendo lá dados sobre as condições das cidades e do homem do campo. A sistematização de informações

sobre a situação sanitária no estado de São Paulo feita por Geraldo Horácio de Paula Souza foi novamente consolidada em relatórios remetidos ao secretário dos Negócios do Interior. Parte desse material e de suas novas propostas serviram como dados para seus artigos enviados ao I Congresso Brasileiro de Higiene¹²; assim, paulatinamente, introduzia e divulgava suas idéias além do âmbito do governo paulista.

Com o estudo dos principais problemas de saúde pública de São Paulo, Geraldo Paula Souza chegou à conclusão que a solução se encontrava na adoção do modelo norte-americano de saúde, baseado na educação sanitária. O contato com este modelo de saúde ocorreu na ocasião em que esteve estudando nos Estados Unidos e mesmo com os técnicos da Fundação Rockefeller que aqui estiveram realizando seus trabalhos no Instituto de Higiene. O modelo fundamentado na educação sanitária pressupunha que a população de um determinado local, cidade ou campo, precisava ser educada conforme os preceitos da higiene para não colocar em risco a saúde coletiva. Ou como escreveu Hochman, foi quando as elites tomaram consciência dos elos de interdependência social que as ligavam à camada mais pobre da sociedade. Se não houvesse a coletivização da saúde, os elos existentes levariam a uma ameaça real às elites (Hochman, 1998).

A adoção da educação sanitária vinha ao encontro do pressuposto que indivíduos ignorantes aos hábitos de higiene não habitavam adequadamente um determinado espaço, possibilitando assim o aparecimento de alguma doença que facilmente seria transformada em epidemia, situação em que nem mesmo o ambiente saneado seria capaz de impedir a sua propagação. A educação sanitária seria ministrada pelo pessoal técnico treinado para inculcar e persuadir os indivíduos para a necessidade de adquirir os preceitos básicos de higiene (Ribeiro, 1994). Outra idéia importada por Geraldo Paula Souza e para funcionar como o centro irradiador da educação sanitária foi a dos centros de saúde, locais em que agiriam os educadores sanitários. Estas unidades, espalhadas no território em pontos estratégicos, seriam as responsáveis para controlar, ensinar e sanear dentro do seu perímetro de atuação.

Como o modelo norte-americano de saúde encaixava-se perfeitamente bem às necessidades paulistas, Geraldo Paula Souza iniciou uma série de estudos visando implantar a educação sanitária e os centros de saúde. Outro problema enfrentado por este sanitarista foi encontrar uma saída para contornar a falta de enfermeiras para desempenharem os trabalhos de divulgação e inculcação da educação sanitária, já que em São Paulo não existia uma Faculdade de Enfermagem. Para este problema especificamente, a solução encontrada por Geraldo Paula Souza foi profissionalizar as moças saídas do curso de magistério, que após um curso estariam aptas para administrarem a educação sanitária. Geraldo Paula Souza optou por mulheres para o cargo de educadoras sanitárias como decorrência de sua vivência nos Estados Unidos, onde as mulheres

(12) Os congressos brasileiros de higiene eram promovidos pela Sociedade Brasileira de Higiene, entidade que agregava em suas fileiras engenheiros e médicos-sanitaristas. Durante os congressos, estes profissionais apresentavam propostas, discutiam-nas e depois enviavam suas conclusões aos governos estaduais (Campos, 2001).

desfrutavam de um *status social* muito diferente das brasileiras daquele período: a norte-americana estudava e trabalhava. Assim, criando o curso e o cargo de educadora sanitária estaria proporcionando um canal de oportunidades para a mulher brasileira¹³.

Para garantir que a educação sanitária e os centros de saúde fossem respectivamente implementados e criados, Geraldo Paula Souza trabalhou pela reformulação do Código Sanitário, a principal lei que regia, dentre outros, os serviços, a vida urbana e a ação de saúde no estado de São Paulo. Como já foi mencionado, a reforma foi elaborada em um prazo de aproximadamente três anos e neste ínterim o médico elaborou artigos e relatórios que, de certa forma, legitimavam a introdução da educação sanitária, ou seja, do modelo norte-americano de saúde. O nosso próximo passo é analisar como estas propostas, defendidas por Geraldo Paula Souza, significavam uma nova forma de intervenção para os problemas sanitários não mais pela correção do meio, mas por intermédio da conscientização da necessidade dos hábitos de higiene.

(13) A respeito das opiniões de Geraldo Paula Souza sobre a mulher ver o terceiro trabalho programado, *A formação médica e higienista de Geraldo Horácio de Paula Souza. Brasil e Estados Unidos. 1918 a 1920*. São Paulo: FAUUSP, 2000.

EDUCAR PARA TRANSFORMAR O ESPAÇO. OS RELATÓRIOS E A REFORMA DO CÓDIGO SANITÁRIO EM 1925

A preocupação com o espaço construído, habitado e o território é recorrente dentro da proposta de educação sanitária e centros de saúde de Geraldo Paula Souza, ou melhor, está sempre presente em seu discurso, expresso por seus relatórios. Estes relatórios apresentavam um balanço das atividades transcorridas dentro dessa instituição e também procuravam mostrar ao secretário quais os principais problemas sanitários que afligiam o estado. Além do levantamento dos problemas, os relatórios elaborados por Geraldo Paula Souza apontavam as soluções que o médico julgava melhor para estes problemas. Os relatórios tinham circulação restrita ao governo do estado, mas os dados dos relatórios produzidos por este médico foram reelaborados e apresentados como artigos e comunicações a congressos e também nos *Arquivos de Higiene*, publicação do Instituto de Higiene voltada para a saúde pública.

Selecionamos, aqui, alguns dos relatórios redigidos por Geraldo Paula Souza que são relevantes para mostrar a sua visão abrangente dos problemas da higiene: um relatório sobre a criação dos postos municipais permanentes, outro tratando do problema da água de abastecimento em São Paulo e o último sobre os leprosários regionais. Um dos primeiros relatórios que tiveram seus dados aproveitados em um artigo foi apresentado em 1923 no I Congresso Brasileiro de Higiene promovido pela Sociedade Brasileira de Higiene. O artigo *O estado de São Paulo e alguns dos seus serviços de saúde pública* foi escrito com base na experiência de apenas um ano à frente do Serviço Sanitário; nele o médico mostra a sua preocupação com o saneamento do território, criando para tal tarefa

o Posto Municipal Permanente, em substituição às campanhas temporárias e às Comissões de Saneamento e Sanitária contra as endemias rurais. Este posto, que desempenha função semelhante ao centro de saúde na capital, não estaria apenas agindo contra as endemias, sua função ia além, abarcando também serviços de laboratório, de educação sanitária, policiamento sanitário e vistoria de casas, dentre outros. Na verdade, por trás da idéia de posto municipal, observamos que existe uma proposta de saneamento que seria realizada pelos mesmos. Nesses locais, além da educação sanitária transmitida para as pessoas visando a persuasão para os hábitos de higiene, a população receberia instruções de como construir fossas, habitações, ligações de esgotos, etc., dentro das normas técnicas estabelecidas pelo Código Sanitário. Ao instruir a respeito das normas, o posto também desempenharia a função de órgão de fiscalização para garantir que todas as exigências do Código Sanitário estivessem sendo cumpridas. Assim, a localidade, seja ela uma pequena cidade ou vila, estava protegida e amparada contra qualquer eventual ameaça à saúde de sua população, agindo assim de

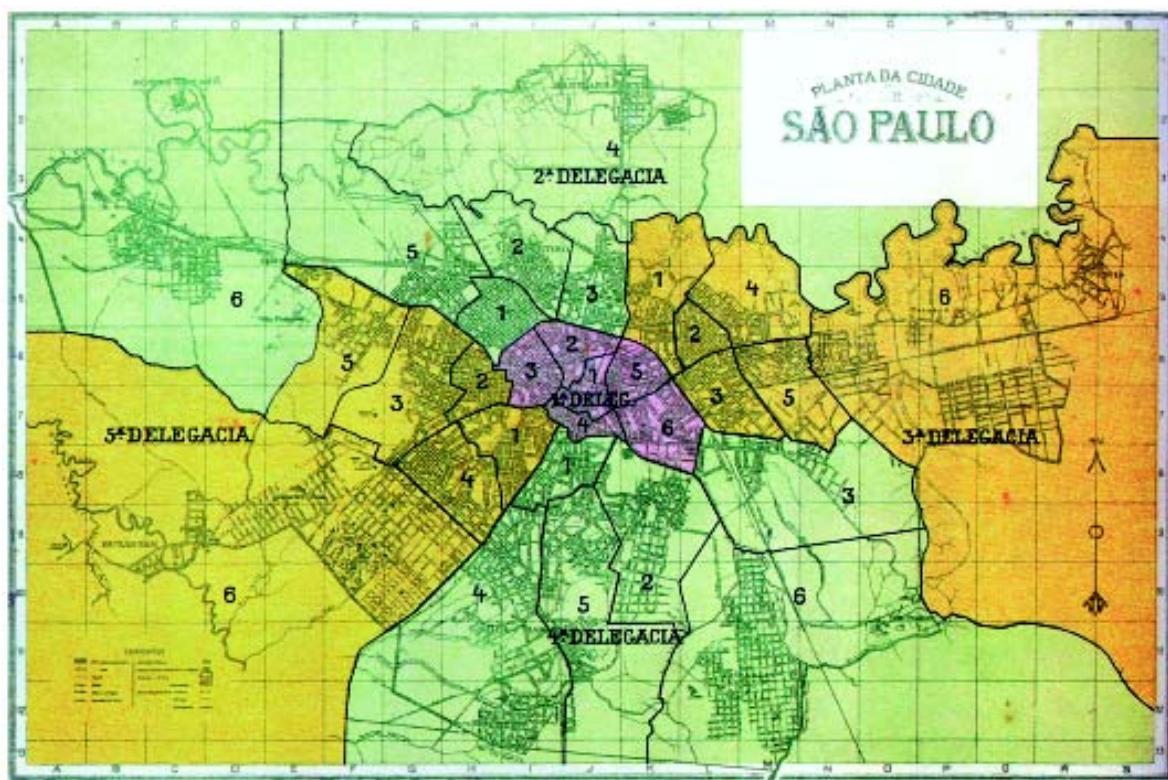


Figura 02. Planta da cidade de São Paulo, dividida em regiões de atuação das Delegacias de Saúde do Serviço Sanitário. Esta planta integra o artigo sobre os serviços de saúde em São Paulo, apresentado no I Congresso de Higiene em 1923

Fonte: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Sala Pró-Memória

forma diferenciada das campanhas e das comissões, pois estaria agindo sempre pela manutenção da saúde local¹⁴.

A idéia da criação dessas unidades de saúde não atingiu apenas o interior do estado. Para a capital paulista se organizou os centros de saúde, que desempenhariam uma função semelhante ao posto do interior: transmitir a educação sanitária, fiscalizar e exercer outras atividades de ambulatório, assistenciais, enfim, “onde os problemas higiênicos sociais podem ser encarados em seu conjunto, e não mais em aspectos isolados” (Souza e Vieira, 1944: 04). Os centros de saúde na capital paulista foram implantados nos locais que mais precisavam de seus serviços, aproveitando brevemente o esquadrinhamento da cidade feito para a atuação das Delegacias de Saúde, órgãos do Serviço Sanitário responsáveis pela fiscalização sanitária de um determinado setor (Figura 02). Em caráter experimental, a primeira dessas unidades de saúde implantada foi o Centro de Saúde Modelo que funcionava em anexo ao Instituto de Higiene, em 1922. Depois, em 1925, foram implantadas mais duas unidades, além da que já estava em funcionamento no Instituto de Higiene, uma no Brás (julho de 1925) e outra no Bom Retiro (dezembro de 1925) (Souza e Vieira, 1944: 31).

Todas as propostas expressas neste artigo, principalmente aquelas que dizem respeito à educação sanitária e aos centros de saúde, idéias trazidas do modelo de saúde pública dos Estados Unidos e difundido pela Fundação Rockefeller, foram incorporadas na reforma do Código Sanitário em 1925. O Código Sanitário do estado de São Paulo, em vigor desde 1918, distingue-se por estar preocupado com o interior do estado que estava arrasado por endemias, daí a necessidade de criação de um conjunto de leis que normatizassem o comércio, as habitações e a vida do campo de uma forma geral, segundo princípios que garantissem a salubridade. Mesmo sendo lembrado como o “Código Sanitário Rural”, ainda regulava questões ligadas à capital paulista. Conforme já foi dito, ao assumir o Serviço Sanitário, Geraldo Paula Souza realizou extensos levantamentos sobre a situação sanitária do estado de São Paulo, porém percebeu que era preciso um cuidado especial com a cidade de São Paulo, pois, assim como os profissionais da engenharia, estava prevendo que a cidade iria crescer impulsionada pela industrialização¹⁵, o que requeria ação imediata garantindo a higiene da cidade. A reforma do Código Sanitário levou quase três anos para ser elaborada e a nova organização sanitária estava fundamentada basicamente nos centros de saúde, unidades que seriam espalhadas por toda a cidade. Quando foi publicada na forma de decreto e entregue para discussão e consequente aprovação pela Assembléia Legislativa de São Paulo a fim de ser oficializada como lei, causou polêmica, principalmente por estar trazendo conceitos novos como a educação sanitária e a implantação dos cinco primeiros centros de saúde, instituição até então inédita em solo brasileiro. Durante as discussões, propostas de Geraldo Paula Souza foram consideradas inconvenientes para São Paulo por alguns, pois expressavam idéias vindas do estrangeiro. Aqui o que se manifestou

(14) Pesquisas recentes mostraram evidências concretas que essas unidades de saúde já haviam sido colocadas em prática entre 1923 e 1924, como podemos constatar com o Posto Permanente do Município de Araraquara (Carvalho, 1925).

(15) Estamos nos referindo ao artigo de Victor da Silva Freire, de 1911. Outro adepto desta idéia de preparar São Paulo para o desenvolvimento foi Francisco Prestes Maia.

foi um sentimento antiamericanista que atravancou e cortou as metas principais estabelecidas pelo Código Sanitário: vários cargos criados, como o de educador sanitário, tiveram suas vagas reduzidas e os centros de saúde foram cortados de cinco para apenas um, restando apenas a unidade do Instituto de Higiene.

Mesmo com o drástico corte que sofreu o Código Sanitário de 1925, Geraldo Paula Souza continuou a desempenhar seu papel de diretor do Serviço Sanitário, apontando os problemas de higiene de São Paulo e propondo soluções. O relatório sobre a água de alimentação da cidade de São Paulo, na verdade, é um estudo profundo sobre a rede de água local, mostrando como o médico estava atento aos problemas de infra-estrutura básica da cidade (Campos, 2001: 249). No Código Sanitário de 1925, especificou que o abastecimento e a proteção das águas das cidades paulistas deveriam ser feitos pelo Serviço Sanitário para avaliação e implementação da melhor solução a ser aplicada. Baseando-se neste pressuposto e analisando especificamente o caso da cidade de São Paulo, o médico escreve um relatório em 1926¹⁶ em que destaca o problema da precariedade da rede de água e também da falta de rede de esgotos que atinge a capital¹⁷, realçando a necessidade de expandir este benefício para outras áreas da cidade. Sobre os locais desfavorecidos por tais benefícios, escreve: *“empregam-se os recursos primitivos e quase sempre perigosos, dos poços e das fossas. Se estes elementos são toleráveis nas zonas menos densamente povoadas, representam nesta grande cidade uma afronta à nossa civilização e um dos mais ativos fatores para a alta morbidade e conseqüente mortalidade. A água dos poços rasos é habitualmente perigosa, por ser poluída diretamente pelas caçambas sujas, pelas trincas do terreno e pelas enxurradas e, embora cobertos os poços e providos de bomba, ainda se contamina a água, exposta a infiltrações de variada natureza”* (Souza, 1936: 109).

(16) O relatório foi escrito em 1926, mas foi publicado somente em 1936 nos *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*.

(17) Percebemos que Geraldo Paula Souza não é contra as obras de infra-estrutura básica, pelo contrário, é um defensor delas, mas por outro lado, os profissionais responsáveis por sua execução acreditavam que o momento era o de investir em outros tipos de obras que preparassem a cidade de São Paulo para a industrialização.

As fossas, a precariedade de redes de esgotos e a falta de hábitos higiênicos da população constituíam-se, segundo este médico, em um grave problema de saúde pública para São Paulo, fazendo referência à febre tifóide que grassava na cidade há vários anos e que já havia se tornado endêmica. A solução para tal problema sanitário estaria na construção de *“um abundante e imediato abastecimento de água”*, antes mesmo da ampliação da rede de esgotos (Souza, 1936: 111).

Defendendo a ampliação da rede de abastecimento, o médico discorre sobre como deveria ser feita a escolha do local apropriado para levar água saudável para a cidade. Baseando-se em estudos anteriores realizados por engenheiros sanitários como Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito, escreve que a coleta da água para o abastecimento pode ser feita a partir de três opções: a primeira, trazer a água de um manancial de qualidade longe da cidade de São Paulo; a segunda, lençóis subterrâneos e poços artesianos para retirada do líquido; e terceiro, a utilização de rios volumosos que cortam a cidade (Campos, 2001: 253). Geraldo Paula Souza defende em caráter mais emergencial, principalmente,

durante a época da estiagem; o terceiro caso, que é a retirada da água do rio Tietê para completar o abastecimento da cidade, fato que já havia sido realizado anteriormente: *“Em 1914, foram usadas as águas do Tietê para o abastecimento da cidade, porém sem o tratamento devido, sendo distribuída in natura, ocasionando assim o aparecimento de moléstias na população, inclusive a grande epidemia de febre tifóide neste mesmo ano. (...) O problema em torno da utilização das águas do Tietê originou-se pelo fato de não dispor São Paulo de um reservatório seguro de água, tendo que utilizar nas épocas de estiagem o único recurso disponível que são as águas dos rios mais caudalosos próximos à cidade”* (Campos, 2001: 253-254).

A água de abastecimento da cidade era captada em Cotia por uma simples canalização. Mesmo não sendo um engenheiro, Geraldo Paula Souza argumenta que seria necessário ao governo completar esta simples canalização com a construção de barragens e reservatórios que garantissem o armazenamento de um volume maior de água, inclusive durante a época da estiagem.

Este relatório, na verdade, foi feito como uma sugestão e também como uma crítica à proposta do governo estadual de construir novas obras de captação de água do ribeirão Claro, que levariam um certo tempo para serem concluídas, não resolvendo de imediato o problema. Segundo Geraldo Paula Souza, a construção dos reservatórios em Cotia seria a melhor solução para este problema. Porém, a resposta imediata ao problema, ainda nesse mesmo ano, seria a captação da água dos rios Tietê e Pinheiros, inclusive, o médico realiza um balanço dos custos e comprova ser a captação das águas dos rios o meio mais rápido e econômico para suprir o abastecimento. Para enfrentar o problema da contaminação das águas dos rios, a solução preconizada por Geraldo Paula Souza é a *cloração*, processo que *“permite o aproveitamento de qualquer dos nossos cursos d’água, pois assim podem constituir todos eles mananciais satisfatórios; – as obras de captação, bombas elevatórias e tratamento por filtração, colocarão ao alcance da nossa população, essas águas baixas, imprimindo às menos límpidas o grau estético necessário que o cloro completará com a mais rigorosa garantia higiênica, dando-nos realmente ‘água limpida e pura’ e afastará a ilusória e perigosa garantia da altitude ou da tradição”* (Souza, 1936: 113).

Finalmente, destacamos um último relatório de Geraldo Horácio de Paula Souza que versava sobre a construção de *leprosários regionais* e em especial a finalização das obras do Leprosário de Santo Ângelo, nos arredores da cidade de São Paulo, para que fosse aproveitado como um leprosário regional. Este relatório foi escrito anteriormente àquele sobre a água de abastecimento para São Paulo, em 1926. No relatório, o médico escreve sobre a necessidade de medidas que contivessem o crescimento da hanseníase dentro do estado de São Paulo. As medidas de combate a esta doença, a seu ver, deveriam ser as seguintes: divisão do estado em regiões, coerentes ao que já havia proposto com os Postos Municipais Permanentes; implantação de um asilo-colônia em cada uma destas

regiões. Nessa época, era muito comum a construção de *asilos únicos* que agregavam em seu interior todos os doentes do estado. Assim, estaria facilitando a internação dos doentes com a manutenção de seu ambiente familiar e da proximidade com os seus. Outro ponto a favor destes asilos seria a proximidade dos centros urbanos que facilitaria a sua construção e a utilização de equipamentos necessários ao seu funcionamento como redes de água e esgotos, “*abastecimento de víveres e fácil contrato de pessoal*” (Souza, 1926: 9).

Geraldo Paula Souza propôs que o estado de São Paulo fosse dividido em cinco ou seis regiões e que em cada uma delas fosse instalada um leprosário; porém, neste relatório não identifica os locais onde seriam construídos. Detém-se apenas na necessidade de ativar o Santo Ângelo, pois este seria o primeiro de uma série de asilos que viriam a seguir. Mesmo não indicando onde seriam os leprosários regionais, mostra como seriam compostos fisicamente e explica a sua utilização pelos doentes:

“pequenas casas, alguns alojamentos e unidade hospitalar. Nos alojamentos e no hospital seriam internados os mais dependentes da administração geral. A cada casa corresponde um pequeno terreno cultivável e devem virar os seus habitantes o mais possível na sua própria dependência obrigados apenas à freqüência de dispensário curativo e educativo” (Souza, 1926: 10).

Nos anexos desse relatório, apresenta as plantas das construções que seriam *econômicas*, segundo estudos realizados pelos engenheiros do Serviço Sanitário. Medidas de segurança para evitar riscos de contaminação com as cidades vizinhas também foram consideradas. Especificamente para o caso do Santo Ângelo foi sugerido que os seus dejetos passassem por um sistema de depuração e tratamento para serem lançados, então, em um dos afluentes do rio Tietê, não apresentando, assim, nenhum risco de contaminação à cidade de São Paulo.

Mesmo com apresentação destas soluções para problemas de saneamento, higiene e saúde pública em seus relatórios, a derrocada política viria não apenas com as restrições feitas ao Código Sanitário que elaborou, mas também pela recusa das idéias expressas nesses relatórios. Acreditamos que a saída de Geraldo Paula Souza da direção do Serviço Sanitário ocorreu pela indiferença do governo estadual que não mostrou interesse em acatar suas idéias. Dado este quadro político, o médico tratou, então, de dedicar-se ao desenvolvimento de trabalhos para instituições nacionais e estrangeiras, seriamente interessadas em suas propostas.

Quanto ao Serviço Sanitário, em seu lugar assumiu Waldomiro de Oliveira, técnico que já prestava serviços dentro do Serviço Sanitário, mas descontinuou o trabalho de seu antecessor (Rockefeller Archive Center), pois conduziu os serviços criados por Geraldo Paula Souza de modo diferente daquele preconizado pela Fundação Rockefeller. O Código Sanitário reformulado por Geraldo Paula Souza manteve-se, mesmo sob a administração de Oliveira, e vigorou até 1930, quando com a revolução, o Serviço Sanitário passou a seguir uma linha de trabalho fornecida pela Federação, conquistando sua autonomia posteriormente.

CONCLUSÃO

É preciso destacar novamente que o médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza pensava e tinha uma visão própria de cidade, que avançou além das estruturas físicas e a concebeu como um microcosmo social. Sua ação visava aos habitantes da cidade, vila ou do campo e os identificava como os principais agentes responsáveis pela transformação do meio em local propício ao aparecimento de doença (Ribeiro, 1993). Educando sanitariamente o indivíduo estaria também, segundo o médico, transformando a cidade em um ambiente mais saudável. Os princípios da educação sanitária e do centro de saúde foram elaborados a partir do modelo norte-americano de saúde pública, difundido no mundo inteiro pela Fundação Rockefeller, que encontrou na figura de Geraldo Paula Souza a pessoa que lutou para implantar esta nova mentalidade sanitária dentro do governo estadual. O médico tratou de conhecer os problemas da saúde pública paulista e os resultados de seus estudos foram apresentados nos relatórios. Em seu entendimento, o modelo norte-americano era o que mais se adequava às necessidades do estado e da capital naquele momento; porém, ao implantar este modelo, desconsiderou fatores relevantes para o sucesso de sua iniciativa: os fatores políticos, econômicos e culturais que separavam o Brasil dos Estados Unidos.

Mesmo desconsiderando a grande distância que separa os dois países, identificamos no pensamento e na ação de Geraldo Paula Souza uma visão de futuro que muito o assemelha aos profissionais da engenharia que naquele momento, o final da década de 20, estavam preocupando-se em transformar a cidade para o desenvolvimento que viria com a industrialização. De fato, o médico tinha uma preocupação em estar preparando a cidade para este desafio, sendo que percebia o seu papel social enquanto sanitarista: estar reproduzindo trabalhador saudável e produtivo. Aliás, este também não deixava de ser um dos objetivos da ação da Fundação Rockefeller no campo da saúde pública.

Para o debate urbanístico, o estudo sobre o médico Geraldo Horácio de Paula Souza demonstrou que existia naquela década uma real preocupação com a cidade e o território do estado de São Paulo. A atuação dele no Serviço Sanitário foi voltada para a educação sanitária, pois acreditava que não adiantava o ambiente estar salubre se aqueles que nele morassem não tivessem hábitos de higiene. Assim, a educação sanitária se constituía como uma nova forma de se sanear o meio. Este novo princípio de trabalho introduzido por Geraldo Paula Souza, ou seja, saneamento por meio da educação, coloca-o em posição diferente de seus sucessores, médicos do Serviço Sanitário, que realizaram grandes campanhas de erradicação de doenças com base no tratamento das doenças e nas grandes obras de correção do ambiente para torná-lo salubre.

Já a convergência que verificamos foi entre este médico e os engenheiros que divulgavam a necessidade de se preparar a cidade de São Paulo para o

desenvolvimento que viria com o crescimento da industrialização por obras que a modernizassem. De fato, Geraldo Paula Souza também era partidário desta necessidade, tanto que seu trabalho em torno da educação sanitária tinha como objetivo maior contribuir com a formação de indivíduos saudáveis, que viriam a constituir o mercado de trabalho urbano. A maior prova desta convergência foi o eco que suas idéias tiveram no IDORT, assim como o espaço de atuação que encontrou no SESI, locais em que desenvolveu suas idéias e projetos ligados ao trabalho e ao trabalhador urbano.

A ação do sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, importante figura da saúde pública brasileira, precisa ser resgatada pela historiografia das questões urbanas sanitárias e de saneamento em São Paulo pela complexidade dos problemas que coloca. A produção do território e da cidade industrial ia além do combate às epidemias. Dependia da educação sanitária do trabalhador. Este “americanismo” preconizado diretamente pela Fundação Rockefeller foi rejeitado como política naquele momento de urbanização urbana em São Paulo. A razão desta rejeição, em uma década na qual se registra historicamente um crescimento da influência norte-americana na cidade, coloca-se como tema de futuras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marta de. *República dos invisíveis. Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. *A vitória da razão. O Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BERNARDINI, Sidney Piochi. Um engenheiro norte-americano em Santos. Os planos de Estevan A. Fuertes e de Saturnino de Brito no ideário urbanístico do final do século XIX. In: 6º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 2000, Natal. *Anais*. Natal: PPGAU/UFRN, 2000.
- BUENO, Laura. *O saneamento na urbanização de São Paulo*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, Cristina de, COSTA, Luiz Augusto Maia. Breve biografia de Antônio Francisco de Paula Souza. In: *Profissionais* (Anexo ao relatório final do projeto Habitação Econômica e Arquitetura Moderna em São Paulo, 1930-1964). São Paulo: FAUUSP, 2000.
- CAMPOS, Cristina de. *A formação médica e higienista de Geraldo Horácio de Paula Souza. Brasil e Estados Unidos. 1908 a 1920*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da FAUUSP, 2000 (Terceiro trabalho programado).
- _____. *A cidade através da higiene, 1925-1945. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CANDEIAS, Nelly M. F. Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1918-1945. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, 18 (n. especial), 1984.
- CARVALHO, Plínio de. *Relatório referente ao exercício de 1924, apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1925*. São Paulo: Secção de obras d' o Estado de São Paulo, 1925.
- COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas. (1886-1903)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbansimo, Universidade de São Paulo.

- FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos em São Paulo. *Revista Politécnica*, São Paulo: Escola Politécnica de São Paulo, n. 33, 1911.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. O papel do gabinete de resistência dos materiais da Escola Politécnica na transferência da tecnologia do concreto para São Paulo, 1889-1925: Um relato preliminar de pesquisa: *Cadernos IG/Unicamp*. Campinas: Unicamp, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.
- LABRA, Maria Eliana. *Movimento sanitarista nos anos 20: Da conexão sanitária internacional a especialização em saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: S.N., 1985.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP/Fupam/Studio Nobel, 1999.
- MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da Saúde Pública no Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, 1973.
- MERHY, Emerson Elias. *A saúde pública como política*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Um inventário da Saúde Pública*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (Coord.). *São Paulo: 1934/1938. Os anos da administração Fábio Prado*. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 3.876 de 11 de julho de 1925. Reorganiza o Serviço Sanitário e suas repartições dependentes. In: *Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 35, 1925.
- _____. Lei n. 2.121 de 30 de dezembro de 1925. Aprova o Decreto n. 3.876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitário e suas repartições dependentes. In: *Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 35, 1925.
- SOUZA, Geraldo Horácio de Paula, VIEIRA, Francisco Borges. *Centro de Saúde – “Eixo” da Organização Sanitária*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, reedição de 1944.
- _____. *Exposição de motivos sobre o problema da profilaxia da lepra no estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Copag, 1926. (Publicação do relatório enviado ao secretário do Interior em 1925).
- _____. Aspectos do problema da água de alimentação em São Paulo, em 1925. In: *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*. São Paulo: Diretoria do Serviço Sanitário de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 1936. (Publicação do relatório elaborado em 1925).
- _____. O estado de São Paulo e alguns dos seus serviços de Saúde Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE I, 1923, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: SBH, 1923.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde. A febre amarela e a formação dos serviços sanitários no estado de São Paulo*. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas/Unicamp, 1993.
- VASCONCELLOS, Maria da Penha C. *Memórias da saúde pública. A fotografia como testemunha*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1995.

PALAVRAS-CHAVE:

Higiene urbana e rural, urbanismo, planejamento territorial, cidade de São Paulo, saúde pública.

Cristina de Campos
Mestre pela FAUUSP.

Zeuler R. M. Lima

O

PROJETO COMO PRÁTICA CRÍTICA: REPENSAR O POSSÍVEL e O PRESENTE

RESUMO

O presente artigo é um convite para se pensar sobre a crise do projeto como criação autônoma, que foi da prática heróica do movimento moderno à estetização formalista de muito da produção contemporânea que circula nos meios profissionais, acadêmicos e da imprensa especializada. A prática e o pensamento da arquitetura contemporânea continuam a enfrentar os problemas decorrentes da crise da modernidade, agora segundo parâmetros voltados ao mercado de consumo globalizante. A experimentação projetual que, no modernismo, tratava criticamente de questões de ordem social e estética foi se esvaziando e se contradizendo como resposta a um projeto utópico de caráter coletivo e inserido na esfera pública. A experimentação deu lugar a práticas de valorização simbólica da arquitetura como meio de diferenciação e desigualdade social. Se, por um lado, a crítica ao modernismo mostrou as limitações de suas premissas utópicas, por outro lado, a tradução inapropriada de teorias pós-modernas e desestruturativas para o âmbito da arquitetura forneceu argumentos que acabaram sendo cooptados pela prática de modernização capitalista que ele visava a questionar. Esse paradoxo impõe à arquitetura, como disciplina e como prática, um novo desafio em um novo contexto econômico, social e cultural. O desafio diz respeito à revisão do projeto como representação abstrata do espaço externo a situações do mundo vivido. Isso significa repensar o exercício projetual como processo de tradução de conflitos e não simplesmente da produção de objetos estéticos voltados para si próprios. A conjuntura e as disjunturas do mundo contemporâneo são distintas das vanguardas modernistas do início do século 20. Se o projeto ainda tem possibilidade de se desenvolver criticamente, ele deve passar pela consideração das relações complexas de ordem social, econômica, cultural e política. Um dos principais desafios que se colocam ao arquiteto nessa trajetória é a necessidade de se reelaborarem sua compreensão dos imaginários sociais que se representam no espaço construído, considerando o presente e o cotidiano como partes constituintes da articulação do passado e da possibilidade de projeções de futuro.

ABSTRACT

This article is an invitation to reflect on the crisis of design as the practice of autonomous creation. This assessment to design was central to the heroic practice of the modern movement, and it now supports the formalist aestheticization of mainstream architectural production that circulates in most of the specialized press and in academic and professional circles. The practice and thinking of contemporary architecture continue to face the problems of the crisis of modernity, which currently follows the parameters dictated by globalizing markets and consumption. Experimentation in early modernist design attempted to address both aesthetic and social issues critically and in an integrated manner. However, this effort lost its strength in response to a utopian and collective project inserted in the public sphere. As a result, experimentation contradictorily yielded to the consideration of architecture as a symbolic means of social differentiation and inequity. On the one hand, the critique of modernism showed the limitations and pitfalls of its utopian premises. On the other hand, the inappropriate translation of postmodern and deconstructive theories into architecture provided arguments that were coopted by the same practice of capitalist modernization that they intended to call into question. This paradoxical situation presents a new challenge to architecture as discipline and practice in a new social, economic and cultural context. The question is to revise the conception of design as an abstract representation of space, which is external to life world situations. This means to rethink design as a process of translation of conflicts and not merely as the production of aesthetic objects in themselves. The conjuncture and disjunctures of the contemporary world are different from those of the modernist avant-gardes in the beginning of the 20th century. If design today still has any critical potential, it must take into consideration the complex relationships among different social, economic, cultural and political agents and conditions. One of the main challenges to designers is the need to reelaborate their understanding of the social imaginaries that are spatialized in architecture and in the city, considering them concretely through everyday life and the present as constituent elements of the articulation between the legacies of the past and the possibilities for the future.

A arquitetura continuamente enfrenta, como profissão e como disciplina, as questões decorrentes das transformações internas da modernidade. Uma dessas questões está na dificuldade conceitual e na prática entre afirmar seu propósito ético, social e histórico e problematizar a crescente estetização do mundo vivido. Colocar em questão o papel do arquiteto e da sua prática na cultura contemporânea por dentro de seu próprio campo disciplinar é uma questão no mínimo arriscada, se não potencialmente imobilizante. Não colocá-lo em questão, no entanto, é desviar-se de um problema epistemológico, que pretende perpetuar o modelo exaurido de uma prática heróica que está na origem da crítica contemporânea ou, mais arriscado ainda, transformá-la em um jogo de cinismo.

O legado da visão experimental, crítica e humanística do movimento moderno vulnerabilizou-se na segunda metade do século 20, e acentuou-se no horizonte presente de transformações culturais, econômicas e sociais do mundo contemporâneo. Vulnerabilizaram-se, também, muitas das críticas arquitetônicas ao modernismo que ou não deram conta de seus objetivos ou acabaram redundando em contradições, por se vincularem a um modelo de prática essencialmente mercadológico. Enquanto a ideologia modernista do plano pretendeu substituir os paradoxos do presente por um futuro abstrato e totalizante, as práticas voltadas ao mercado propõem substituí-los por um outro presente circunscrito, parcial e excludente. Segundo o antropólogo James Holston, ambas as práticas pressupõem representações de uma utopia modernizante de causas ausentes (Holston, 1999: 40).

O olhar de sobrevôo racionalista e modernista deu lugar ao olhar estetizante da produção arquitetônica para o consumo visual, impondo uma encruzilhada à prática e ao pensamento da arquitetura e do urbanismo. O esvaziamento do esforço crítico contemporâneo não diz respeito tanto à dimensão físico-espacial da arquitetura e do urbano quanto ao enfraquecimento da dimensão histórica e da condição de habitabilidade do espaço, que vão desaparecendo do horizonte reflexivo do arquiteto. Enquanto o caráter moderno do projeto esvanecese nos pastiches arquitetônicos e na espetacularização urbana, a habitabilidade do espaço dá lugar a uma prática orientada para o serviço exclusivo de estratégias e de fluxos econômicos, da alta tecnologia e da visibilidade publicitária. A proliferação de edifícios, paisagens arquitetônicas e espaços urbanos cenarísticos acontece pelo que Jean Baudrillard chamou de “*comédia da cultura contemporânea*” (Baudrillard, 1999: 85). Esse fenômeno apresenta o risco constante de expulsão da esfera cotidiana e real da produção do ambiente construído, na qual se insere a prática da arquitetura. A virtualização, a estetização e a simulação do espaço arquitetônico e urbano impõem uma condição ainda mais abstrata ao projeto arquitetônico modernista, ao ponto de transformá-lo na produção, como sugere Jean-Paul Dollé, de “*cenários de um ambiente de onde a ação e os atores sumiram, e onde só deambulam figurantes*” (Dollé, 1999: 46).

A questão que se coloca, neste caso, é se haveria ainda, como nos pergunta Jean Baudrillard, a possibilidade de a arquitetura ir além de suas verdades, não somente da gestão do espaço físico e da operação de visibilidades, mas de uma “espécie de radicalidade do espaço... de desafio a esta sociedade (e não somente de obediência a suas restrições e de espelho das suas instituições) e de desafio à própria criação arquitetônica, ao arquiteto criador e à ilusão de sua maestria”. (Baudrillard, 1999: 84).

A articulação desse tipo de questionamento depende mais de como o arquiteto trabalha com o esforço teórico e com as condições, possibilidades e limitações do presente do que de utopias abstratas. Ao olhar de sobrevôo modernista e ao olhar superficial do consumo se contrapõem, por contingência, a reação e a interferência conflitivas da própria reprodução da vida humana. As ambições e ilusões da arquitetura – “criadora de ilusão e ilusória de si mesma”, como afirma Baudrillard (1999: 84) – confrontam uma alteridade imprevisível, isto é, da presença e da ocupação dos espaços arquitetônicos e urbanos por pessoas em suas mais variadas individualidades e relações. Explorar o esforço crítico nessas condições, por dentro e pelo meio da arquitetura, implica refletir sobre a prática do projeto como uma instância conflitiva e como resultado instável de ações e narrativas coletivas e individuais, concretas e abstratas, e não compreensíveis ou previsíveis em sua totalidade.

A dificuldade dessa reflexão crítica não passa somente pela construção de discursos estéticos para o consumo visual e cultural. Ela depende de como as práticas projetuais são conceitualizadas e organizadas e não somente das formas que elas produzem. A prática da racionalização do espaço arquitetônico e urbano levada ao extremo reforça a contradição apontada no tradicional argumento de Henri Lefebvre (1991) sobre o fato de os espaços de representação do cotidiano serem usurpados da representação do espaço não só na abstração geométrica das plantas como também no pensamento arquitetônico. O isolamento da prática profissional como criação de produtos de consumo e de deleite estético desinteressado, ainda que discursivamente sofisticados, legitima a arquitetura como um instrumento de reprodução de um *status quo* específico e limita suas possibilidades de experimentação.

O desafio que fica em aberto é o de repensar a relação da prática de projeto com práticas modernizantes, tanto econômicas quanto socioculturais. Fomos do modelo heróico do arquiteto modernista à prática estetizante e despolitizada do profissional contemporâneo. O desafio para construir alternativas a esses modelos está inserido, mais amplamente, nos desafios impostos pelos paradoxos da modernidade. Os desdobramentos desses paradoxos na cultura e no espaço dizem respeito, nas teses de Fredric Jameson (1991), David Harvey (1989) e Mike Featherstone (1993) à transição de um regime de monopólio para um regime crescentemente estetizado e transnacional do capitalismo, que promove tanto o consumo individualizado e a fragmentação do espaço urbano, como experiência

vivida, quanto a perda do sentido histórico e da totalidade como referenciais conceituais.

Os ideais filosóficos e éticos da racionalidade moderna, que fundamentaram as práticas do modernismo, propuseram originalmente uma ruptura radical com a tradição e estabeleceram os princípios do novo e da universalidade como valores básicos. Essa racionalidade foi garantida pela crença na ciência e na técnica que, com seu paradigma objetivista e quantitativo, deveriam medir e ordenar o mundo e padronizar o modo de resolução de seus problemas. O dilema modernista entre a concepção do novo e a eliminação do existente ou do passado, que está presente na definição tradicional de projeto, que se traduz, segundo David Harvey (1989), no duplo sentido da noção de *destruição criativa*¹. Esta noção fundamentou amplamente as práticas do capitalismo e, mais especificamente, a implementação do projeto modernista, cujas figuras heróicas históricas foram, respectivamente, o empresário privado e o arquiteto. Segundo Harvey, “se o modernismo tem de destruir a fim de poder criar, então a única maneira de representar verdades eternas é através do processo de destruição que está, no extremo, sujeito a destruir suas próprias verdades” (Harvey 1989: 18). Podemos encontrar, dessa forma, o paradoxo filosófico da modernidade traduzido na aporia da estética autônoma do modernismo. Essa estética esteve fadada, desde o princípio, à autocontradição, prendendo-se ao dilema entre o desejo de permanência do clássico e o impulso de transformação e de substituição do novo.

As vanguardas há muito se viram enfraquecidas em seu esforço crítico, crescentemente alinhadas ao circuito de produção e circulação de mercadorias e informação e à busca competitiva de compensação para a diminuição da prática do mecenato. Elas se renderam gradualmente às pressões do consumo cultural, desestabilizando o seu conteúdo ético e político. O desenvolvimento da estética modernista teria sido, segundo Fredric Jameson (1991), um duplo, uma lógica cultural inerente, ou uma transferência do “espírito de racionalização e funcionalismo, do positivismo terapêutico e da padronização para o espaço construído” (Jameson, 1991: 165). No entanto, assim como a noção de modernidade não é unívoca, o próprio modernismo não teve uma prática monolítica. O modernismo, ou melhor dizendo, os modernismos configuraram uma problemática complexa de fases e programas distintos, definidos por elementos naturalistas e simbólicos, impulsos revolucionários e conservadores, futurismo e niilismo, e entre a celebração e a condenação de valores estéticos e éticos da tradição.

A crítica pós-moderna ao projeto questionou aqueles princípios e práticas, oferecendo-lhe alternativas. Ela não ocorreu, no entanto, em um vácuo histórico. A crítica e a crise contemporâneas do projeto não são meramente resultado da indagação sobre estilos artísticos. Elas são também evidência de uma mudança do regime econômico e da ordem social no mundo da cultura de massas e de consumo globalizado e do espetáculo da mídia². Tanto a implosão da arte nas

(1) Essa noção cunhada pelo economista Joseph Schumpeter para descrever o *modus operandi* do capitalismo faz referência à crítica de Friedrich Nietzsche sobre como o imaginário do iluminismo produziu impulsos de energia vital, ou seja, de desejo pelo poder, no qual o sujeito centrado da racionalidade é, ao mesmo tempo, destrutivamente criador e criativamente destruidor do sentido de unidade e totalidade. David Harvey apresenta a Paris do segundo império, redesenhada pelo barão Haussmann, e a Nova York no segundo pós-guerra, nas mãos de Robert Moses, como exemplos dessa destruição criativa (Harvey, 1989: 18).

(2) A cultura contemporânea do capitalismo avançado demonstra, segundo Fredric Jameson, um “apetite pela arquitetura”, pelo monumental que é, em realidade, um “apetite pela fotografia” (1991: 101). Esse comentário diz respeito à transformação da experiência do espaço de uma condição tática e espacial dos sentidos a uma percepção achatada no plano da imagem, de edifícios que parecem ter sido, literalmente, “projetados para serem fotografados”.

formas da publicidade, da embalagem, da moda e do turismo quanto a neutralidade do minimalismo, a virtualidade e o novo-sublime lingüístico dão mostras do amplo espectro de um modo perceptivo altamente estetizado e estetizante. Se os modernismos dizem respeito a uma condição paradoxal, a sua crítica não lhe é diferente. As teorias e as práticas da arquitetura contemporânea desembocaram, em algumas décadas, também em um paradoxo. Do pastiche ao simulacro, do historicismo aos mal-entendidos desestrutivistas, a realidade estética perdeu seu referencial fixo e a produção do espaço social conflitua com a ficcionalização discursiva e textual do fazer da arquitetura e da cidade.

Desde os anos 70, a consolidação da reestruturação do capitalismo em uma escala global e a transformação de sua lógica cultural têm promovido um processo de desestabilização política pelo esgotamento das utopias modernas e pelo aprisionamento do tempo histórico à reprodução de um presente perpétuo (Jameson, 1989). A crítica à racionalidade moderna, que promoveu o questionamento do sujeito universal e, em contrapartida, a política da diferença, gerou como subproduto o reforço do individualismo como recurso de afirmação e de identificação de valores sociais, sustentando um processo de desestetização da arte e de estetização do mundo vivido, no qual as relações sociais vão ganhando cada vez mais um caráter espetacular.

O esforço teórico contemporâneo na arquitetura tem oscilado entre o desejo de afirmação ativa do lugar, do contexto e da memória e a apologia passiva do espetáculo e da simulação. Os discursos arquitetônicos críticos ao modernismo, freqüentemente, foram da pretensão de resistência à produção celebratória de novas formas colocadas no circuito de um mercado cultural fortemente estabelecido. Isso nos alerta para o fato que todo esforço revisionista deve ser visto com a mesma cautela com que se vê a promoção apologética de um novo mundo, seja ele real, tradional, virtual ou *high-tech*. Em um período no qual a cultura passou a ser a segunda natureza do próprio capital (Jameson, 1998; Featherstone, 1993), a investigação do sentido do projeto, que é histórico e não preestabelecido, passa pela mudança não só dos registros de conhecimento da realidade, como também dos modelos ideológicos de sua reprodução conceitual e prática. No limite, o que ocorreu nas últimas décadas, como afirma Otília Arantes, foi que na teoria e na prática de projeto, passou-se da crítica ao modelo técnico e racionalista às práticas mercadológicas, inseridas no contexto inchado da cultura e do capital flexível, da sociedade do consumo individualizado e da proliferação de serviços e especialidades profissionais (Arantes, 1998: 147).

Esse processo de transformação do esforço crítico na prática da arquitetura é testemunha, historicamente, da passagem de uma atitude pela afirmação da modéstia, do realismo e das modificações discretas a uma atitude celebratória e acrítica – quando não cínica – sobre o propósito do projeto em relação às transformações da sociedade contemporânea, reconhecidamente múltipla, conflitiva e desigual. Com seu esvaziamento crítico, o projeto vai sendo

incorporado como serviço sofisticado para a diferenciação de produtos de grande escala, e seu discurso vai sendo dissimulado na forma das polêmicas de uma pseudovanguarda estética e da competitividade de mercado. A afirmação do pensamento arquitetônico nas décadas passadas freqüentemente esbarra na definição da arquitetura como uma mercadoria autopromocional, sob comando das novas tecnologias, estratégias e teorias estetizadas da arquitetura na busca constante da inovação a qualquer custo.

A própria organização do trabalho sob o neoliberalismo globalizante, na qual se inclui o cotidiano do arquiteto e de outros profissionais relacionados à profissão, transformou-se nos centros da economia capitalista, tornando-se mais corporativa e competitiva. Como afirmou Sharon Zukin, à medida que o custo do trabalho aumentou e as habilidades artesanais diminuíram, o peso da diferenciação social passou da elaboração do uso dos materiais à engenhosidade do projeto, definindo-o como serviço altamente sofisticado (Zukin, 1991: 45).

Neste contexto, o programa do modernismo, apoiado na figura histórica do arquiteto-ideólogo, e os traços autoritários da *“ingerência violenta na vida e na memória [coletiva] em nome de uma ‘ordem’ social”*, como afirma Otília Arantes (1998: 90), não tardaram a se adequar ao novo registro cultural na figura contemporânea e espetacular do arquiteto-celebridade ou do *star architect*.

A arquitetura, cada vez mais preocupada com a produção de imagens, com o artefato/artifício e o entretenimento, e o urbanismo, por sua vez submetido às pressões de um mercado complexo e flexibilizado, permitiram estabelecer uma cumplicidade sem precedentes entre o projeto, o arquiteto e o mercado especulativo. Neste horizonte, o sentido do trabalho experimental acabou limitando-se a uma série de critérios estéticos esvaziados de compromisso ético. A crítica arquitetônica contemporânea, originada em grande parte nos contextos europeu e norte-americano viu, na prática, enfraquecerem-se as reivindicações de sentido social, político e histórico da produção do ambiente construído. A tradução de teorias filosóficas pós-modernas e desconstrutivistas para o âmbito da arquitetura gerou questionamentos importantes sobre a produção do espaço, mas também produziu leituras equivocadas que contribuíram para o processo de estetização superficial do ambiente construído. À medida que aquelas teorias passaram a fornecer uma nova retórica visual à cultura do consumo, elas também tenderam a se descontextualizar do próprio lugar concreto em favor das demandas mais abstratas da circulação do capital em uma escala transnacional. Paradoxalmente, elas elevaram o formalismo a um nível mais sofisticado, reduzindo a experiência do espaço ao universo das imagens, ou seja, configurando a arquitetura meramente como espaço visual.

Nesse contexto, os precedentes teóricos e estéticos da crítica ao modernismo passaram, contradictoriamente, a servir e não a se contrapor às novas práticas do capitalismo tardio e mundializado. A prática projetual da arquitetura, crescentemente, corre o risco de deixar de lado as aporias do modelo modernista e

dos esforços de resistência pós-modernos e ceder à crescente presença de um mecenato corporativo – o “*novo patriciado*”, como sugere Sharon Zukin (1982) – para promover o espaço da nova economia de consumo. O projeto passa a dar forma ao espaço urbano e arquitetônico segundo condições muito semelhantes às da produção de bens de consumo, orientadas mais pela economia simbólica da circulação de produtos do que por processos e experiências de vida cotidiana. Tanto os trechos da metrópole transformada em cenário da nova sociabilidade urbana contemporânea quanto os edifícios monumentais e as megaestruturas projetadas por arquitetos-celebridades são a materialização do vínculo entre o valor cultural e estético do projeto e o valor econômico da terra e das edificações. O projeto, como instrumento de diferenciação competitiva do mercado, desterritorializa e internacionaliza as formas e o espaço da produção para o consumo.

Esse fato alimenta a dúvida constantemente aberta sobre o papel da arquitetura na sociedade e do arquiteto perante as transformações do mercado e da cultura no capitalismo avançado. Foi-se o tempo em que governos, clientes privados, organizações profissionais, ou até mesmo a imprensa forneciam aos arquitetos mote cultural ou causas políticas em torno das quais se organizavam. A estética competitiva das imagens elevou, no limite, o exercício projetual à virtualidade descompromissada da representação abstrata dos computadores e à neutralidade das formas mais compatíveis com a publicidade do que com o território humano das necessidades de reprodução da vida e das suas condições materiais e técnicas.

Dentro desse quadro de transformações, o desafio que se coloca como parte do esforço crítico da arquitetura e do urbanismo está em rever, como dissemos, não simplesmente o seu universo morfológico, mas principalmente a sua prática e a relação dela com as diversas formas de produção do espaço arquitetônico e urbano, as formas de representação e identificação espacial e social, assim como transformação da esfera pública e da constituição dos espaços coletivos. Ainda que a própria idéia de projeto contenha um sentido positivista difícil de contornar e que o discurso progressista e modernizante, a racionalidade e a abstração continuem presentes na prática arquitetônica, a elaboração de alternativas projetuais depende do diálogo crítico entre o legado do pensamento e dos valores modernos e a emergência de questionamentos contemporâneos que dizem respeito ao ambiente construído.

O projeto, como meio de representação espacial, contém em seu exercício um princípio inexorável de promoção e controle dos modos de vida humana e dos sistemas físico-espaciais (Dear, 2000: 151). Além da condição paradoxal da cultura contemporânea, o arquiteto tem de lidar com as contradições disciplinares internas à arquitetura e ao urbanismo como um sistema de crenças. No entanto, fomentar a noção de que esse trabalho tem por objetivo único oferecer soluções à crise cultural, social ou histórica seria incorrer novamente no equívoco tradicional do racionalismo modernista que reduz o esforço crítico e a

prática da arquitetura e do urbanismo a uma esfera meramente abstrata de ação. O exercício projetual se articula como mediação e tradução de um mundo social e cultural e, ao mesmo tempo, como meio de representação e de construção de objetos em si. Dessa feita, as estratégias do racionalismo funcionalista convivem lado a lado, por dentro e por fora, com as forças de subversão ativa e tática dos micropoderes dispersos no cotidiano, cujo estudo tem se firmado como uma questão importante para a crítica contemporânea ao projeto nos moldes de uma racionalidade moderna.

A superposição entre geometria abstrata e espaço do mundo vivido revela constantemente esses conflitos, que são visíveis, por um lado, na relação entre a multiplicidade de formas de apropriação e de narrativas cotidianas e, por outro lado, nas representações do espaço traduzidas no projeto. Esta é a condição de realização do trabalho do arquiteto. Se o que se pretende é desenvolvê-lo como estratégia crítica e não simplesmente como instrumento de legitimação de um poder estabelecido, é preciso continuar a problematizá-lo pela compreensão das práticas cotidianas e dos conflitos presentes nas transformações do espaço físico e do tempo histórico no ambiente construído. A atividade de projetação ocorre, também, no mundo dos conflitos narrativos e não a despeito ou a reboque deles. Ela não tem de ser a causa e consequência dessas diferentes práticas cotidianas. Ela é ao mesmo tempo constituinte de relações e constituída por elas. Seu esforço de organização não tem só um valor morfológico, mas também um valor dialógico. Seu caráter é menos o de um discurso especializado de formulações definitivas do que o de tradução de situações conflitivas.

O desafio está colocado ao projeto. Com o enfraquecimento de seu propósito experimental crítico, o campo disciplinar da arquitetura sofre a pressão de transformar-se, meramente, em um meio legitimador da modernização capitalista e da reprodução da cultura como segunda natureza da economia e da vida social (Jameson, 1989). Essa transformação ocorre em um momento histórico no qual tanto as utopias modernas quanto a ideologia do plano e a prática projetual modernista deixaram claros os seus próprios limites como agentes de transformação social. Segundo o antropólogo James Holston, não teria sido, no entanto, a dissolução do social nas disciplinas modernas da arquitetura e do urbanismo que colocou os arquitetos em uma situação de impasse (Holston, 1999: 37). Ele se dirige especificamente ao discurso do arquiteto holandês Aldo van Eyck, para quem o dilema da arquitetura e do urbanismo, na virada do século 21, deveria-se ao esvaziamento da dimensão social da prática modernista e da impossibilidade de essas disciplinas oferecerem novas soluções para esse impasse. A impossibilidade de encontrar alternativas, para James Holston, é decorrência não da impossibilidade em criar soluções formais, mas sim da dificuldade dos arquitetos em lidar com a multiplicidade e os paradoxos das representações espaciais e em trabalhar por dentro delas, contestando-as ou articulando-as internamente e entre si.

Se essa hipótese está correta, a porta de entrada para explorar alternativas ao projeto não está simplesmente em renovar a dimensão formal e visual da paisagem arquitetônica. Este tem sido freqüentemente o problema de um formalismo equivocado que vai da busca da estetização do patrimônio histórico e das pseudovanguardas descontrutivistas às práticas empresariais. A busca de alternativas ao exercício da arquitetura e do urbanismo como mediação da vida social, segundo sugere James Holston (1999), passa pela “*rejeição do poder utópico e de redenção do modernismo*” e da modernização, e pela “*dissolução da própria idéia do social*” como modelo de procedimento unitário, fixo e generalizante (idem: 38). Nesse aspecto, as teorias contemporâneas, na condição de estratégia crítica e não de discurso apologético da modernização pela diferença e pela comunicação, têm explorado brechas deixadas em aberto pelo caráter totalizante do projeto na modernidade. Elas problematizam a condição contemporânea de desmanche do social como unidade identitária e de sua rematerialização como imagens-mercadoria, mas também procuram dar visibilidade a novas reivindicações epistemológicas, humanas e culturais mais complexas e múltiplas.

James Holston argumenta que, para que o pensamento da arquitetura e do urbanismo encontre alternativas ao seu impasse como disciplina e como prática, será necessário que ele se desenvolva a partir de um imaginário social distinto do modernista, porém capaz de problematizar tanto o “*compromisso do modernismo com a invenção da sociedade e com a construção do Estado*” (Holston, 1999: 39) quanto sua “*obsessão com o projeto de objetos e com a execução de planos e de políticas*” (idem: 55)³. Esta postura significaria não só incorporar as reivindicações culturais e políticas das teorias e das práticas sociais contemporâneas, como também retomar a argumentação de Henri Lefebvre e de seus seguidores de que, na crise da modernidade, a condição de espacialização do social passa necessariamente pelo reconhecimento da experiência vivida no cotidiano.

Nessa situação ambígua e paradoxal, a questão que se coloca à atividade profissional do arquiteto está em como estabelecer a organização física do ambiente construído, ainda como uma atividade de caráter transdisciplinar e público, mas sem ser somente um processo de legitimação de um consenso sobre o *status quo* ou exclusivamente conduzido pela visão tradicional do especialista. O arquiteto, que se tende a ver como criador autônomo e cujo próprio universo representacional é estético, visual e formal, necessita, para criar alternativas, investigar suas relações disciplinares e investigar o visível não como imagem reificada, mas como potencial de contestação de significados, de identidades e de expressão estética por diferentes forças políticas, econômicas e culturais.

Se é possível ainda pensar de acordo com o *slogan* modernista, isto é, de imaginar que a “forma (ainda) segue (alguma coisa),” esse exercício seria útil para reforçar a noção proposta por Henri Lefebvre (1991) de que a materialização

(3) Apesar da crescente produção de edificações, a prática profissional da arquitetura e do urbanismo oferece cada vez menos oportunidade aos arquitetos de materializarem esses “*objetos da obsessão estetizante*”. No entanto, a imagem profissional de criador autônomo permanece, como menciona James Holston, como uma “*imagem poderosamente sedutora*” (Holston, 1999: 55).

(4) A definição de o espaço não se restringir, em sua experiência ou representação, à forma construída, mas que é um lugar da expressão, constituição e transformações de significados individuais ou coletivos é um ponto central no pensamento de Henri Lefebvre e de Michel de Certeau, que tem sido reintroduzido e reelaborado pelo pensamento crítico da arquitetura e da geografia contemporânea. A consideração da vida diária, do cotidiano, de suas táticas em contraposição às estratégias de modernização permanece um recurso importante para se repensarem as formas de associação e espacialização de uma sociedade cada vez mais sob pressão da despolitização pelo hábito do consumo e pela estetização das relações sociais, da paisagem arquitetônica e dos espaços livres urbanos. Dois trabalhos particularmente interessantes são o *Everyday urbanism*, organizado por Margareth Crawford (1999), que propõe se investigar o fenômeno de espaços insurgentes na região do sul da Califórnia e o *Third space*, de Edward Soja (1996), proposto como o “lugar das trocas críticas”, no qual se superpõem dimensões físicas, simbólicas e políticas.

e a configuração do espaço são produtos sociais para além do controle e da determinação das abstrações projetuais. Ao proceder dessa maneira, a prática do projeto poderia explorar alternativas que considerem a condição contingente da codificação social e da representação espacial que se dá no ambiente construído. A redefinição do sentido do espaço não se reduz à dimensão geométrica do pensamento formal e abstrato, ainda muito comum à prática do arquiteto. Ela também diz respeito, como afirma Margaret Crawford, ao “*tecido conectivo que mantém as relações do quotidiano*” em sua qualidade amorfa, trivial e quase invisível ao olhar do especialista (Crawford, 1999: 26). Um dos desafios em aberto para a atividade projetual está em lidar criticamente com conflitos reais da vida diária em suas possibilidades libertadoras e em suas limitações dentro do panorama contemporâneo dramático que desmonta barreiras sociais e espaciais e, ao mesmo tempo, estabelece outras novas. Para que o projeto arquitetônico possa transcender o domínio do discurso técnico do serviço ou a realização de um exercício auto-referencial e estetizante, é necessário constantemente suspender suas definições redutoras na condição instável e precária entre o espaço material de nossa experiência vivida e suas representações imagéticas e imaginárias⁴.

A espacialidade da arquitetura e do urbano não se restringem, como dissemos, ao espaço construído e geométrico e muito menos à aparência de seu espetáculo cenográfico. Ela é constituída também pela experiência vivida, que levanta continuamente questões de ordem existencial, política e cultural complexas sobre as possibilidades e as limitações no fazer e na reflexão da arquitetura como prática e como campo disciplinar. A realização e a crítica contemporânea do projeto ocorrem em contextos urbanos, econômicos e culturais instáveis, definidos pelo tempo e alterado pelas práticas sociais individuais e coletivas. Seu pensamento e sua definição como prática se dá em meio à reestruturação da modernização capitalista em uma escala global e em meio a conflitos sociais que servem de “*evidência para uma ordem espacial e política emergente, mas ainda não completamente compreensível*” (Crawford, 1999: 35). Dos paradoxos da modernidade, entre o mundo como representação e o mundo como simulação espetacular e estetizada, há lições a serem tiradas. Uma delas está em procurar articular conflitos e não resolver abstratamente as tensões humanas produtivas, assim como procurar avançar para além do olhar de sobrevôo do especialista moderno.

Nesse período de suspensão e de suspeita, é difícil vislumbrar alternativas de otimismo ingênuo, assim como é impossível pensar em abordagens de caráter generalizante. Parece razoável, no entanto, manter as fronteiras da arquitetura, como campo disciplinar, abertas para incorporar premissas elaboradas por outras áreas de conhecimento. Isso não significa, no entanto, segundo afirma James Holston (1999), que o arquiteto deva se transformar em antropólogo, filósofo ou sociólogo, mas sim aprender seus métodos da indagação e de detecção do

mundo vivido, a fim de alargar ou redimensionar seu próprio campo disciplinar de conhecimento e de ação.

O que está em questão é o sistema de crenças que orienta a prática e a reflexão sobre a relação entre o projeto e o espaço construído como lugar da experiência vivida. A sua transformação exige a revisão constante de princípios, critérios e atitudes por parte dos arquitetos. Do ponto de vista teórico, a postura como tradutores de necessidades e de sensibilidades de diferentes indivíduos e grupos sociais oferece, aos arquitetos, a possibilidade de promover a arquitetura como construção em si e como mediação de relações de valor e necessidade e não como resultado da elaboração abstrata e formalista de um olhar racionalista externo à situação com que se trabalha. Do ponto de vista da prática, permanece também aberta a necessidade de continuamente investigar a relação entre o projeto e as transformações na esfera pública em um momento em que estruturas de poder econômico e político elitizantes desmobilizam o comprometimento entre arquitetos e formas emergentes e insurgentes de organização social.

Na condição contemporânea paradoxal que apresentamos, incorporar o esforço crítico ao exercício da arquitetura significa desenvolver um olhar atento, uma sensibilidade à alteridade e uma capacidade de articular conflitos, superposições e correlações entre universos e valores antagônicos. Projetar aponta para desvendar relações. Cada projeto é um projeto e corresponde a uma situação distinta. Seguir um método unitário ou um modelo totalizante, seja ele funcionalista, formalista, estratégico ou empresarial, repete e reforça os paradoxos do racionalismo moderno. Já se tornou evidente que o máximo que a arquitetura pode fazer, como afirma Neal Leach, é *“oferecer espaços que poderiam – na melhor da hipóteses – atrair certas práticas espaciais”* (Leach, 1999: 32). No entanto, ainda que não se possa exigir do projeto mais do que ele pode oferecer, já que não há garantias diretas às suas intenções, ainda assim, a sua prática e a reflexão sobre ele devem estar atentas à dimensão da prática social e simbólica.

O trabalho do arquiteto faz sentido, como afirma Michel Foucault, quando suas intenções libertadoras encontram a *“real prática das pessoas na experiência de sua liberdade”* (Foucault, 1997: 348). A aproximação entre a reflexão sobre o espaço urbano e arquitetônico e as teorias contemporâneas teriam a ganhar ao se procurar revisar e ampliar o propósito do projeto arquitetônico e urbanístico.

Nenhuma reflexão dá conta da totalidade já que, na ação e no conhecimento humanos, todo fenômeno se repete diferentemente. Ainda assim, cabe explorar a verticalidade e a complexidade desses fenômenos. Cabe explorar a criação de táticas epistemológicas e não somente a aplicação de metodologias meramente formais e estetizantes. Essa orientação, tanto no conhecimento quanto na prática da arquitetura, permite o desdobramento do fenômeno espacial em sua ambigüidade e complexidade e não em seu aprisionamento em um arcabouço de mensurações, generalizações e em um espetáculo de imagens sem profundidade. Essa exploração significa, enfim, dar constantemente sentido aos próprios

paradoxos contemporâneos no terreno movediço da modernidade, e repensar a arquitetura não só como projeção de um futuro ausente, mas também das possibilidades oferecidas pelo presente.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Urbanismo em fim-de-linha (e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica)*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. Verdade ou radicalidade na arquitetura. *AU*, n. 84, p. 49-50, 1999.
- CRAWFORD, Margareth. Blurring the boundaries: Public space and private life. In: CHASE, John, CRAWFORD, Margaret; KALISKI, John (Ed.). *Everyday urbanism*. Nova York: The Monacelli Press, 1999.
- DOLLÉ, Jean-Paul. Longe do lugar, fora do tempo. *Urbs*, p. 45-48, maio/jun. 1999.
- FEATHERSTONE, Mike, LASH, Scott, ROBERTSON, Roland. *Global modernities*. Londres: Newburry Park; New Delhi: SAGE, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Of other spaces: Utopias and heterotopias. In: LEACH, Neil. *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*. Nova York: Routledge, 1997.
- HARVEY, David. *The condition of postmodernity (An inquiry into the origins of cultural change)*. Cambridge, MA: Basil/Blackwell, 1989.
- HOLSTON, James (Ed.). *Cities and citizenship*. Durnham: Duke University Press, 1999.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism (or, the cultural logic of late capitalism)*. Durham: Duke University Press, 1991.
- _____. *The cultural turn*. Londres, Nova York: Verso, 1998.
- LEACH, Neil. *The anaesthesia of architecture*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Cambridge, MA: Blackwell, 1991.
- ZUKIN, Sharon. *Loft living (culture and capital in urban change)*. New Brunswick: Rutgers U. Press, 1989.
- _____. *Landscapes of power (from Detroit to Disney World)*. Berkeley: University of California Press, 1991.

PALAVRAS-CHAVE:

Projeto, prática, revisão, crítica, arquitetura contemporânea, modernidade, modernismo.

Zeuler R. M. A. Lima

Doutor pela FAUUSP. Professor em projeto e teoria da School of Architecture / Washington University. Pós-doutorando no Center for Comparative Literature and Society / Columbia University.

Paulo A. Lopes

Orientadora:
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

O

S CUSTOS DE MANUTENÇÃO E DA REABILITAÇÃO PREDIAL NA HABITAÇÃO POPULAR DE LONDRINA, PARANÁ

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados das análises de custos de manutenção e de reabilitação predial, obtidos na seguinte pesquisa: *Avaliação Pós-Ocupação Aplicada nos conjuntos habitacionais populares em Londrina – PR: Critérios básicos para a manutenção e a reabilitação predial*¹. A pesquisa considerou apenas os conjuntos habitacionais produzidos no final da década de 70 e início da década de 80, pela Companhia de Habitação de Londrina – Cohab LDA. Os conjuntos habitacionais produzidos pela Cohab LDA representam 84,19% do total de moradias produzidas pelo poder público, entre 1969 e 1997, no município. Os custos são oriundos de um levantamento minucioso dos problemas técnico-construtivos detectados durante a pesquisa. Os estudos foram realizados em oito conjuntos habitacionais na periferia do município.

ABSTRACT

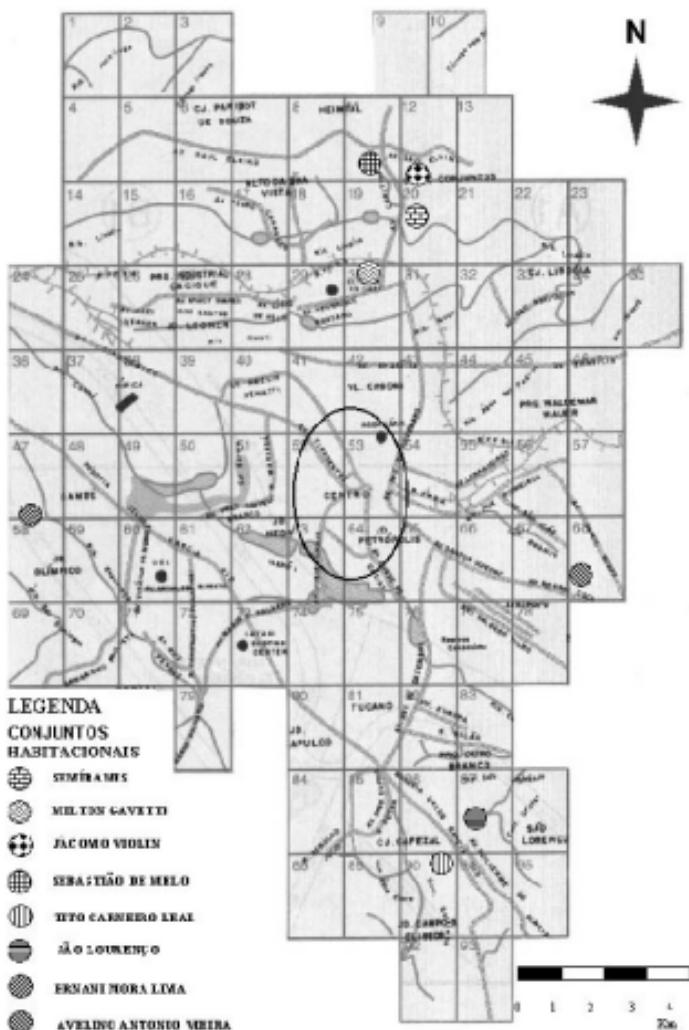
This article presents the results of analysis of maintenance and building rehabilitation costs, obtained from field research report *Avaliação Pós-Ocupação aplicada nos conjuntos habitacionais populares em Londrina – PR: Critérios básicos para a manutenção e a reabilitação predial (Post-Occupancy Evaluation of Social Housing Assemblages in Londrina – PR: Basic Criteria for Maintenance and Building Rehabilitation)*. The research report considered only the social housing units produced by Companhia Habitacional de Londrina – Cohab-LDA – in late 70's and early 80's. The social housing units produced by the housing agency (Companhia Habitacional de Londrina – Cohab-LDA) represent 84,19% of all social housing produced between 1969 and 1997 using city government funds. The building costs were formulated from a detailed survey of the 'technological-constructive' problems detected during the research. The field studies in Londrina were performed in eight social housing project areas in the city outskirts.

OBJETIVOS

- (1) Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, em dezembro de 2000, sob a orientação da Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein.
- (2) Estimativa do IBGE, referente à população residente em 01/07/2000. Publicada no *Diário Oficial*, n. 167, de 29 ago. 2000.

O artigo tem como finalidade chamar a atenção para os custos de reparos e manutenção de nossas habitações populares. É importante salientar que as reformas promovidas pelos moradores, na grande maioria das vezes, não têm caráter de melhoria, e sim, necessidade em função da má qualidade das edificações. Desta feita, a má qualidade representa para a sociedade um prejuízo duplo que envolve a construção e a reconstrução. A finalidade precípua desta pesquisa é gerar subsídios para agentes financeiros, agentes promotores, construtoras, seguradoras e demais interessados, no sentido de melhorar a qualidade das habitações populares, produzidas com recursos públicos.

Figura 01 – Cidade de Londrina
Fonte: Editel Listas Telefônicas S/A 2000



CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Londrina se localiza no norte do Paraná, possuindo atualmente cerca de 438.704² habitantes, sendo a terceira cidade do Sul do país, precedida por Porto Alegre/RS e Curitiba/PR e, segundo o IBGE (1996), possui 95.000 domicílios. Londrina possui 33.031 habitações populares, das quais 27.810 foram produzidas pela Cohab LDA. Os conjuntos habitacionais ocupam as regiões norte, sul, leste e oeste, sendo que a região norte possui 53,80% dos conjuntos habitacionais produzidos pela Cohab LDA. Nos oito conjuntos habitacionais pesquisados, os modelos predominantes foram as unidades isoladas, padrão LDA-33 com 33,00 m² e padrão LDA-23 com 23,04 m², construídas em lotes individuais. As casas isoladas, em lotes individuais, representam 96,56% do total de moradias produzidas pela Cohab LDA. Cabe destacar que 90% dos imóveis pesquisados encontram-se ampliados e/ou reformados, com áreas construídas atingindo até 180,69 m². A situação dos conjuntos habitacionais, objeto de estudo na malha urbana da cidade, pode ser visualizada na Figura 01.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

São vários os fatores que influenciam nos níveis da Avaliação Pós-Ocupação – APO; dentre eles se destacam: a profundidade com que a pesquisa deverá ser desenvolvida, os prazos, a finalidade e também os recursos. O nível deste trabalho de pesquisa envolve avaliação física e aspectos comportamentais, utilizando-se de diagnósticos, recomendações e especificações técnicas para realização dos serviços propostos – cadernos de encargos (Ornstein, 1992, p. 42).

No Brasil tem-se utilizado, muitas vezes, na aplicação da APO, o método *não-probabilístico*, para definição da amostra, quando o pesquisador tem necessidade de escolher as amostras em função de localização dentro do espaço urbano, dentro de um determinado bairro (unidades habitacionais no centro do bairro ou na periferia), posição da habitação em função do conforto ambiental (posição em relação ao sol, propagação de sons e outros).

Assim, para o trabalho proposto, foi adotado para escolha do espaço amostral o método *não-probabilístico*, levando-se em consideração a grande quantidade de conjuntos habitacionais populares, bem como a distribuição dispersa em quase todo o perímetro urbano da cidade de Londrina. No tocante ao tamanho da amostra, trabalhou-se com uma distribuição normal, isto é, uma amostra com um mínimo de 30 elementos ($n \geq 30$).

Por se tratar de conjuntos habitacionais populares, inicialmente as moradias seguiam alguns padrões de projeto e execução. Todavia, grande parte dessas edificações sofreu reformas e/ou ampliações. Desta feita, foram aplicados questionários para avaliar a satisfação dos usuários, levantamento fotográfico de cada caso e medições *in loco* para realização de *as built*.

(3) Diz-se que uma estrutura está selada quando apresenta deformações ou flechas excessivas, isto é, acima do permitido pelas normas (N.A.).

(4) Fazer torcer ou entortar pela ação do calor ou da umidade. Torcer-se ou deformar-se (a madeira). Desviar da linha de prumo (Ferreira, 1975, p. 513).

DIAGNÓSTICOS

Em relação aos problemas, constata-se que a parte original do imóvel (executada por empresas contratadas pela Cohab – LDA), é aquela que apresenta problemas em maior número e os mais diversificados. Cabe ressaltar que os problemas na cobertura do imóvel (na parte original), tais como: selamento³, empenamento⁴ e goteiras generalizadas, encontram-se em 93% dos imóveis que compõem a amostra. Um outro fato que chama a atenção é o aparecimento de trincas e fissuras em paredes, na parte original, na parte ampliada, nas junções entre a parte original e ampliada, isto é, trata-se de um problema generalizado (vide Gráfico 01).

A seguir serão apresentadas as análises registradas visualmente (fevereiro de 2000), destacando os principais problemas detectados:

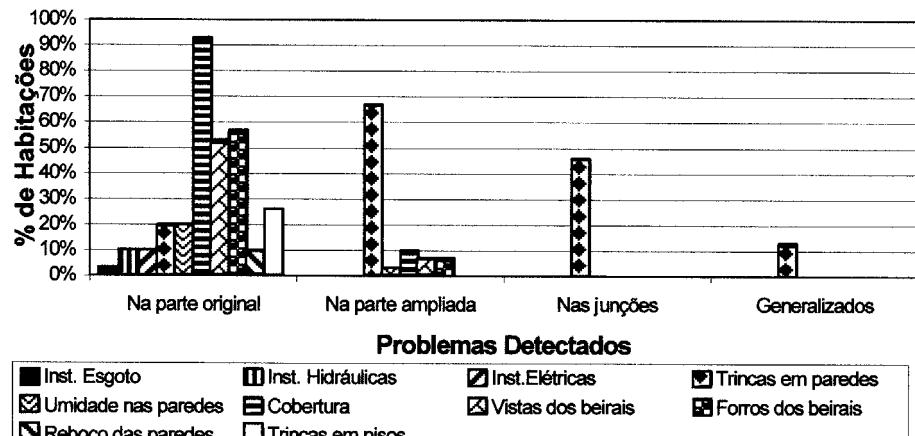


Gráfico 01 – Problemas detectados nas habitações

pós-
SOT

Foto 01 – Habitação em estado original: elevação frontal
Crédito: autor



Foto 03 – Habitação em estado original: beirais em péssimo estado de conservação
Crédito: autor



Foto 02 – Habitação ampliada: cobertura em péssimo estado, na parte original
Crédito: autor



Foto 04 – Habitação ampliada: reaproveitamento de madeira em peças estruturais das tesouras do telhado, na parte original
Crédito: autor



Foto 05 – Habitação em estado original: infiltração de umidade na base das paredes externas e destaqueamento do reboco
Crédito: autor

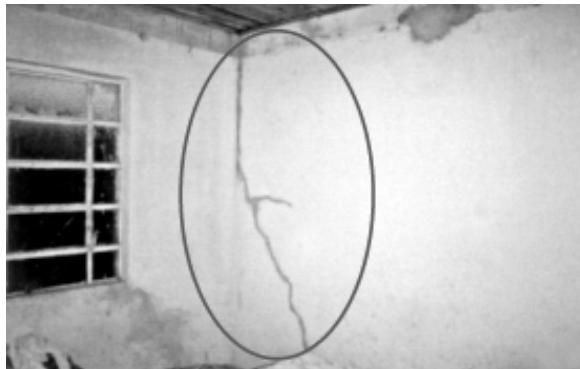


Foto 08 – Habitação ampliada: rachaduras em paredes executadas pelo morador (reparos realizados pelo morador)
Crédito: autor



Foto 06 – Habitação ampliada: elevação posterior com destaqueamento do reboco na base da parede, na parte orginal
Crédito: autor



Foto 09 – Habitação ampliada: trincas em piso cimentado, na parte original
Crédito: autor



Foto 07 – Habitação ampliada: trincas na região de emenda, entre a parede original e a parede divisória (executada pelo morador)
Crédito: autor



Foto 10 – Habitação ampliada: marcas de infiltrações no forro na parte original, oriundas de infiltrações na cobertura
Crédito: autor

A seguir serão apresentados o *as built* de duas habitações: uma em estado original e outra ampliada.



FIGURA 01 - CORTES AA



FIGURA 02 - CORTES AA

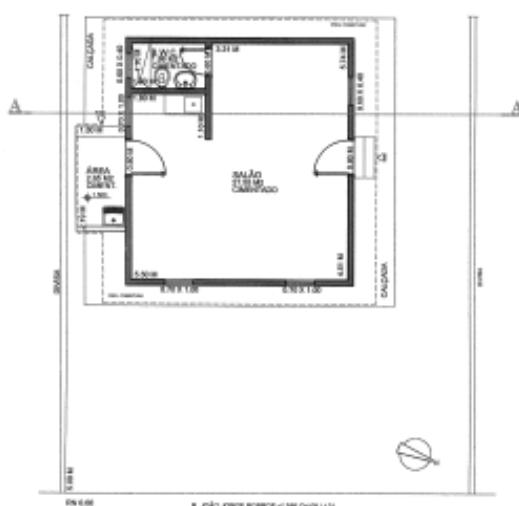


FIGURA 03 - PLANTA BAIXA

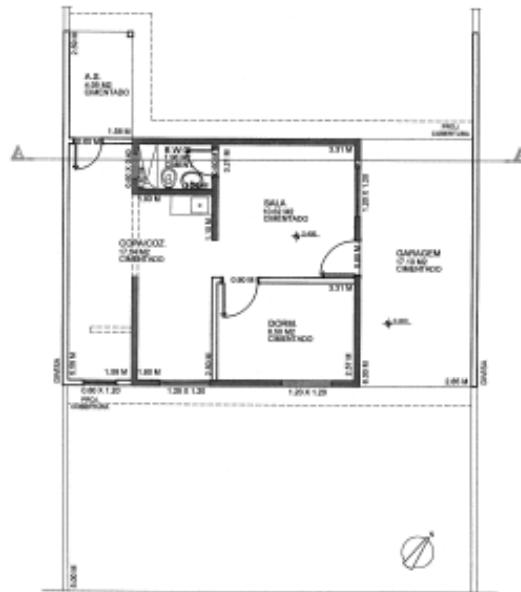


FIGURA 04 - PLANTA BAIXA

ÁREA CONSTRUÇÃO ORIGINAL: 30,06 m²
ÁREA CONSTRUÇÃO AMPLIADA: 31,04 m²
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL: 61,10 m²

(5) Os orçamentos das ampliações foram realizados separados.

Os orçamentos foram divididos por habitação em dois grupos para melhor visualização. O primeiro grupo de custos dentro do orçamento refere-se ao custo de **serviços já realizados pelo mutuário**, considerados inevitáveis para a manutenção dos atributos de uso do imóvel. Já o segundo grupo de custos refere-se aos **serviços a serem realizados**, considerados inevitáveis para o devido uso do imóvel, observada a finalidade a que se destina. Em ambos os casos as quantidades dos serviços levantados restringem-se às constantes no projeto original e, portanto, não considera as ampliações⁵ e/ou alterações de projetos feitas pelo mutuário.

Os valores apresentados incluem: taxas, impostos sobre faturamento e emolumentos, Benefício de Despesas Indiretas (BDI), calculados de acordo com os critérios a seguir.

(6) TCPO 10: *Tabela de Composição de Preços Para Orçamentos*. 10. ed. São Paulo: Pini, 1996.

(7) Trata-se de um valor adicional ao salário, fruto de acordo entre os sindicatos dos empregados e da classe patronal, destinado ao auxílio-alimentação.

Para a execução dos serviços levou-se em consideração a contratação de empresa de engenharia qualificada, em que o porcentual estimado de 30% sobre o custo direto faz frente às despesas com impostos, tais como: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Para Movimentação Financeira (CPMF), Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL), que perfazem um total aproximado de 8%; custos indiretos com equipe de obra (mestre-de-obra, encarregado, apontador, vigia), estimados de 10% a 15%, dependendo do porte da obra e mais o lucro da empresa (aproximadamente 10%).

A base de custos adotada para a composição dos custos unitários de serviços foi a Tabela de Composição de Preços Para Orçamentos⁶ (TCPO-10). Todavia, alguns serviços foram calculados com base no custo fornecido diretamente por fornecedores, mais adequados ao tipo de trabalho desenvolvido nesta região e que seguramente favorece a determinação de custos mais fidedignos. Para o levantamento dos quantitativos, manteve-se o preconizado pela TCPO-10, sistema praxe de medição.

Todos os insumos do tipo *materiais* foram cotados com os preços para compra a vista, o que proporciona uma maior objetividade no preço, além da padronização do prazo. Este detalhe confere maior exatidão ao planejamento financeiro.

Os preços de mão-de-obra foram os praticados em Londrina, em março de 2000. Precisamente, adotou-se o valor de R\$ 1,79 por hora do oficial e R\$ 1,24 por hora do servente, que é o estabelecido no dissídio coletivo, acrescido do vale-compra⁷. Esse salário médio praticado foi o considerado no orçamento.

Os encargos sobre as horas trabalhadas foram fixados em 146%, de acordo com estudos realizados pelo Sindicato da Construção Civil do Norte do Paraná (SINDUSCONNORTE-PR).

Os orçamentos têm uma parte genérica a todas as residências, independente do tipo de serviço realizado ou a ser realizado, denominado Relatório de Composições Unitárias Utilizadas. Esta parte foi composta pelos valores individuais de materiais e mão-de-obra que aparecerão nas obras.

Individualmente, as habitações têm um Relatório Estruturado de Orçamento de Insumos e também um Relatório de Orçamento de Serviços. Nestes relatórios aparecem o valor global dos serviços de cada habitação. Para o valor final dos serviços, foi acrescentado um BDI de 30% (Tabela 01).

O Relatório de Orçamento de Serviços, quando necessário, foi apresentado de três formas, de acordo com cada habitação, a saber: contendo *os serviços já realizados* pelo morador na parte original da edificação; *os serviços a serem realizados* na parte original da edificação, ou ainda, os dois casos, dependendo das constatações feitas *in loco*. A seguir estão apresentados (Tabela 01), de forma resumida, os custos de manutenção e dos reparos em cada habitação, baseados

nos orçamentos citados. É importante salientar que os valores que compõem a tabela a seguir estão acrescidos de 30% referente ao BDI, comentados anteriormente. Observa-se pela Tabela 01 que apenas cinco habitações apresentam serviços já executados pelos moradores, isto é, os demais aguardam uma solução por meio do agente promotor ou das construtoras que executaram as obras. Cabe ressaltar que existem muitos processos judiciais movidos pelas associações de bairros contra o agente promotor, tramitando pelo foro da cidade de Londrina.

Tabela 01: Custos de manutenções e de reparos – incluso BDI de 30% (maio 2000)

IDENTIFICAÇÃO DAS HABITAÇÕES	SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS (R\$)	SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS (R\$)	TOTAL (R\$)
Habitação 01	3.309,53	0	3.309,53
Habitação 02	4.726,00	0	4.726,00
Habitação 03	4.048,23	0	4.048,23
Habitação 04	5.768,07	0	5.768,07
Habitação 05	4.738,92	0	4.738,92
Habitação 06	4.738,92	110,50	4.849,42
Habitação 07	4.738,92	0	4.738,92
Habitação 08	2.247,18	0	2.247,18
Habitação 09	2.432,31	0	2.432,31
Habitação 10	0	2.431,86	2.431,86
Habitação 11	2.305,16	0	2.305,16
Habitação 12	4.738,92	0	4.738,92
Habitação 13	5.387,15	0	5.387,15
Habitação 14	91,63	3.286,21	3.377,84
Habitação 15	3.661,52	0	3.661,52
Habitação 16	3.486,59	0	3.486,59
Habitação 17	4.765,22	0	4.765,22
Habitação 18	6.327,32	0	6.327,32
Habitação 19	5.580,82	0	5.580,82
Habitação 20	0	3.425,32	3.425,32
Habitação 21	4.876,89	331,70	5.208,59
Habitação 22	6.568,65	0	6.568,65
Habitação 23	5.051,85	0	5.051,85
Habitação 24	3.512,80	0	3.512,80
Habitação 25	3.997,57	0	3.997,57
Habitação 26	5.592,85	0	5.592,85
Habitação 27*	0	0	0
Habitação 28	936,96	0	936,96
Habitação 29	3.119,64	0	3.119,64
Habitação 30	5.594,33	0	5.594,33

(8) Dado levantado na mesma pesquisa, referente a abril de 2000.

Pelos resultados obtidos na Tabela 01, constata-se que a média de valores individuais por habitação é de R\$ 3.877,84. Comparando-se este valor com o rendimento familiar dos moradores, que é de 3,75 salários-mínimos⁸, verifica-se a grande dificuldade destes em providenciar os reparos necessários em suas habitações. O custo médio das manutenções e dos reparos é de R\$ 124,57 por metro quadrado.

Tabela 02: Custo de reprodução das ampliações (maio 2000)

Identificação	Área ampliada (m ²)	Custo Total (R\$)	Custo/m ² (R\$)
Habitação 01	19,13	3.213,89	168,00
Habitação 02	37,26	4.503,31	120,86
Habitação 03	27,00	5403,41	200,13

Foram orçados também os custos de reprodução⁹ das ampliações de três residências, escolhidas dentro do seguinte critério: padrão inferior¹⁰, igual e superior ao construído pelas empresas construtoras que executaram a área original. Também foi utilizada, como base adotada para a composição dos custos unitários de serviços, a Tabela de Composição de Preços Para Orçamentos (TCPO-10). Porém, neste caso não foi incluído o BDI e os encargos sociais de 146% sobre as horas trabalhadas. O fato de não incluir o BDI e os encargos sociais está baseado no regime de construção – empreitada e/ou autoconstrução – que são contratadas diretamente pelo morador. É apresentada a seguir a Tabela 02, contendo os valores baseados nos orçamentos realizados:

De acordo com os levantamentos realizados, as ampliações orçadas se encontram da seguinte forma: habitação 01: cobertura com telhas de fibrocimento (kalhetão), com forro de madeira, pintura caiação e piso cimentado; habitação 02: cobertura com telhas cerâmicas, sem forro, pintura caiação e piso cimentado; habitação 03: cobertura com telhas cerâmicas, com forro, pintura látex, pisos cerâmicos e azulejos nas áreas úmidas (esta é a melhor habitação da amostra, em termos de conservação e de padrão de acabamento). O custo médio das ampliações é de R\$ 163,00 por metro quadrado.

CONCLUSÕES

O Gráfico 01 mostra que a concentração dos problemas está na parte original do imóvel. Cabe destacar que justamente esta parte da edificação foi executada pelas empresas construtoras que possuíam técnicos responsáveis e, ainda mais, deveriam seguir o *Memorial Descritivo* fornecido pela Cohab LDA. Segundo o mesmo gráfico, as ampliações possuem menos problemas. Todavia, as trincas e as fissuras em paredes se encontram de forma generalizada, isto é, tanto na parte original quanto na parte ampliada (ver Fotos 07 e 08). Parte significativa das empresas construtoras, utiliza como defesa o fato de que os moradores ampliaram suas habitações e com isso as mesmas perdem a configuração original. Já as seguradoras alegam em grande parte de seus laudos “vícios de construção”. Logo, ambas tentam se esquivar de quaisquer tipos de reparos e/ou indenizações aos mutuários. Os mutuários que não escolheram as seguradoras e muito menos as construtoras, assistem a verdadeiras batalhas judiciais entre elas, enquanto suas habitações se deterioram. Acompanhando os processos judiciais com maior

(9) Custo de reprodução – Custo que seria necessário para reproduzir um bem, instantaneamente, em uma certa data (Maia Neto, 1998, p. 54).

(10) O padrão inferior, igual ou superior, no momento de escolher as habitações, foi baseado nos conhecimentos e na experiência do pesquisador, comparando-se as ampliações com o *Memorial Descritivo*, fornecido pela Cohab-LDA.

proximidade, percebe-se que as apólices de seguros possuem lacunas em relação à amplitude de suas coberturas. Elas, geralmente, frisam que cobrem danos causados por agentes externos (na área original), tais como: vendavais, enchentes e outros. Contudo, quando se trata dos problemas constatados nesta pesquisa, as seguradoras “empurram” automaticamente para as construtoras e seus responsáveis técnicos. Os construtores utilizam, como defesa, as alterações realizadas nas habitações ou falta de manutenções periódicas, por parte dos mutuários. Fato este facilmente comprovado por meio dos levantamentos realizados neste trabalho. Contudo, análises mais rigorosas dos problemas detectados demonstram que as ampliações realizadas pelos mutuários e/ou acréscimos de paredes internas, na maioria das vezes, não são as causas dos problemas. Tanto é que existem habitações sem alterações que possuem os mesmos problemas detectados nas habitações ampliadas (ver Fotos 01 e 05). No tocante à cobertura das habitações (estrutura e tipo de telhas), destaca-se que em várias unidades habitacionais encontraram-se madeiras reaproveitadas (ver Fotos 02 e 04), espaçamento entre as peças estruturais maiores que os recomendados em normas e até mesmo fabricantes de telhas diferentes em uma mesma habitação. Logo, o *Memorial Descritivo* não foi atendido. Com isso, a quantidade de água que infiltra através do telhado mantém forros e beirais úmidos, levando-os à deterioração. Neste caso, a falta de manutenções periódicas, tais como pinturas e eventuais substituições de elementos dos forros não são as únicas causas do problema (ver Fotos 03 e 10).

Os problemas de umidade na base das paredes foram detectados também nas habitações em estado originais ou em paredes originais de habitações ampliadas (ver Foto 05). Logo, o problema tem como causa a falta ou a impermeabilização inadequada das vigas baldramas. As trincas em pisos detectadas nas vistorias (ver Foto 09) têm sua origem na compactação inadequada do solo e/ou contrapiso de espessura insuficiente. Inclusive cabe salientar que o próprio *Memorial Descritivo* não contempla a espessura mínima da argamassa de regularização.

Em várias unidades habitacionais se verificou o destacamento do reboco das paredes (ver Fotos 05 e 06). Isto é, o reboco se encontra soltando ou esfarelando, em função da dosagem inadequada. Logo, não se trata de alterações/ampliações ou falta de manutenções. Mascaró (1998) comenta que ao se preocupar com a diminuição dos custos, geralmente, diminui-se também a qualidade pela escolha de materiais e do tipo de execução da habitação; pouquíssimas vezes estudam-se formas e dimensões mais econômicas. Para medir e avaliar objetivamente a relação entre as paredes, que envolvem um determinado edifício e sua área em planta, deve-se estudar o *índice de compacidade*¹¹. Naturalmente, um projeto se aproxima do índice de compacidade máximo (100%), quando ele se aproxima do círculo e, quanto maior o índice de compacidade maior a economia. Contudo, as formas circulares não são muito recomendadas para habitações, tendo em vista as

(11) Relação porcentual que existe entre o perímetro de um círculo de igual área de projeto e o perímetro das paredes exteriores do projeto. A relação matemática usada para expressá-la é a seguinte: $I_c = P_c/P_p \times 100$, sendo: I_c , índice de compacidade; P_c , perímetro de um círculo de área igual à área do projeto; P_p , perímetro das paredes exteriores, em planta, do projeto (Mascaró, 1998, p. 38).

dificuldades de execução e também em relação ao mobiliário. As habitações padrões Cohab-LDA 33 e Cohab-LDA 23 atingem *índices de compacidade* muito satisfatórios de 88,5% e 82,5%, respectivamente. Avaliando-se os custos das intervenções físicas, nas áreas originais das habitações, referente aos reparos necessários para a manutenção dos atributos de uso do imóvel, chegou-se a um custo médio de R\$ 124,57 por metro quadrado (maio de 2000). O custo médio de reprodução das ampliações por metro quadrado é de R\$ 163,00 (maio de 2000). Observa-se que na maioria dos casos os reparos apresentam valores exorbitantes, se comparados com o custo de reprodução das ampliações, contrariando recomendações internacionais. Os dados mostram, mais uma vez, que é preciso mais rigor na fiscalização de obras financiadas destinadas à população de baixa renda.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- LOPES, Paulo Adeildo. *Avaliação Pós-Ocupação aplicada nos conjuntos habitacionais populares em Londrina –PR: Critérios básicos para a reabilitação e a manutenção predial*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MAIA NETO, Francisco. *Dicionário do mercado imobiliário*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- MASCARÓ, Juan Luis. *O custo das decisões arquitetônicas*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.
- ORNSTEIN, Sheila, ROMÉRO, Marcelo (colaborador). *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*. São Paulo: Studio Nobel, Edusp, 1992.
- SZÜCS, Carolina Palermo. Habitação de Interesse Social – HIS: Tabela de Requisitos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NUTAU 2000 – TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO – 2000, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo – NUTAU / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000, p. 84 – 94 (em CD-ROM).

PALAVRAS-CHAVE:

Manutenção, reabilitação, custos, habitação social.

Paulo A. Lopes

Engenheiro civil, mestre pela FAUUSP, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL.

crições das

abão coloca que o Brasil vinha para cá para ver se período é um período que parece que a vontade é de ação de gente formada sobre dos anteriores que se especialmente tipo Artigas,

políticas. N
interrompê
todas, cas
em que o
grande p
para um
diante d
processo
inicial, q

São Paulo, NTA M&N to de vista

... caminho. A

modernist
de esfera

~~ESTER~~

de debate

Atividade 1

~~arquitetura~~ relação

Se o próprio dizer:
consciência é

1000h.p. - 5000h.p. experience

Localizable Ambiente coin
soporte, la

processo de Arquitetura e
pessoas diz
Tonio Carlos. Contigo
ela...»

ACADEMIA DE ARQUITETURA E U
NIVERSITÁRIOOS FIB
PROFESSOR RICARDO HABITAC

Ygreja metodista
diagnóstico (utorado) - Faculdade
de medicina de Ribeirão Preto

10. Marcelo C. Nova

— *McGraw-Hill*
T. E. H. *McGraw-Hill*
S. da S. M. *McGraw-Hill*

2022-09-11

da moradia, São Paulo
S. Paulo.

• Radio.

10.0.1999. T-1. Carlos

Braadeira
500g

Cidade,
100

717

4 | e v e N T O S

DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA EM DESIGN NA PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos
Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

Professores do Departamento de Projeto/Graduação e orientadores no Curso de Pós-Graduação da FAUUSP.

Há algum tempo era necessária uma revisão crítica das atividades de ensino e pesquisa do desenho industrial e da programação visual no Brasil, no âmbito da pós-graduação. A institucionalização do ensino superior em design, no Brasil, remonta ao início dos anos 60, por meio das experiências pioneiras, da ESDI-RJ e da FAUUSP. Nos últimos anos o país vem estruturando seus primeiros programas de pós-graduação, o primeiro dos quais foi implantado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com muito êxito.

Decorridos cerca de 40 anos dessas experiências pioneiras, a FAUUSP, respondendo a uma demanda expressiva de estudantes de pós-graduação, desejosos de realizar pesquisas na área do design, passou a discutir a montagem de uma área de concentração em design e arquitetura, bem como o conjunto de atividades envolvidas: a concepção dos conteúdos disciplinares; a delimitação do campo e dos objetos a serem estudados, a seleção dos métodos e técnicas a serem empregadas e, por fim e acima de tudo, a definição dos objetivos a serem alcançados.

Com a intenção de fundar posições e entrever possibilidades para construção dessas atividades e objetivos, um grupo de professores das áreas de Programação Visual (PV) e Desenho Industrial (DI) propôs um seminário internacional com o tema: “Perspectivas do Ensino de Design na Pós-Graduação”. Após intensa mobilização interna, o seminário foi realizado na FAU-Maranhão, no período de 25 a 28 de setembro de 2001.

OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

O objetivo central do seminário foi o de contribuir para formular as bases da área de “design e arquitetura”, na constituição do futuro conjunto de áreas de concentração do curso de pós-graduação.

Como objetivos interligados o seminário visou: 1) analisar criticamente as principais experiências de ensino e design implantadas no país; 2) conhecer e debater algumas experiências estrangeiras; 3) sistematizar parâmetros de ensino e pesquisa em design, com base nas diferentes vocações e especificidades contidas em sua formação disciplinar; 4) buscar equacionar as relações comunicação

visual, desenho industrial e arquitetura para a definição da área “design e arquitetura”.

ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

A abrangência do design e sua relação com a arquitetura e o urbanismo foram preocupações constantes durante todo o evento. De um modo mais simplificado, a configuração do estudo do design, em uma abordagem interdisciplinar com a arquitetura, esteve presente em todas as atividades realizadas durante o seminário.

O seminário foi organizado com as seguintes formas de participação:

1. Palestras

Professores convidados – Experiências em pesquisa e ensino.

2. Mesa-redonda

Pesquisadores convidados – Experiências brasileiras em pós-graduação.

3. Depoimentos

Professores convidados – Registro das contribuições para o ensino do design.

4. Mesas temáticas

Trabalhos enviados – Registro de pesquisas.

Esse formato foi estabelecido para a adequação aos objetivos do seminário bem como para discutir a produção científica de nossos alunos da pós-graduação.

Participantes de várias universidades brasileiras e internacionais trouxeram suas contribuições, dentro da amplitude necessária para o estabelecimento de um debate e balizamento do curso futuro. As palestras não apenas trouxeram o relato das experiências dos convidados, mas também compartilharam de um foco comum quanto aos pressupostos básicos para o estabelecimento e a consolidação de uma cultura de design na pós-graduação.

Os palestrantes convidados e seus respectivos temas foram os professores:

Anna Calvera (Universidad de Barcelona, Espanha) – “Teoría / Ensino y Pesquisa del Design”; David Durling (Staffordshire University, UK) – “Design Research”; Guilherme Cunha Lima (ESDI/UERJ, Rio de Janeiro) – “O Ensino e a Pesquisa em Design na ESDI”; Maria Cecília Loschiavo dos Santos (FAUUSP, São Paulo) – “A Formação do Designer: Aspectos da Didática e da Pesquisa”.

As palestras tiveram, como foco, a transmissão das experiências realizadas em cada instituição ou país. Essas experiências foram relacionadas, pelos palestrantes, com as atividades de ensino e pesquisa na definição dos estudos e cursos de pós-graduação.

O professor David Durling enfocou o caráter e a natureza das investigações em si mesmas, reiterando as especificidades da pesquisa em design, distinguindo-o do estrito ensino para a formação profissional.

A professora Anna Calvera nos apresentou a organização de um território interrogativo. Aproveitou a oportunidade para esclarecer os conceitos “Research into design”, “Research through design” e “Design as research”. Por meio desses breves conceitos indagou sobre *“o que mudou na sociedade e na cultura contemporâneas para que o design como tal, e a pesquisa que pertence ao desenvolvimento de um projeto, já não sejam suficientes para a inovação e que se sinta necessidade de pesquisar de outra maneira?”*¹.

O professor Guilherme Cunha Lima apresentou um relato das experiências pioneiras do ensino do design na ESDI que definiram, em parte, o modo como a atividade do design é compreendida atualmente no Brasil. Reforçou que os cursos de pós-graduação são necessários para a definição de uma teoria do design própria do Brasil.

A professora Maria Cecília Loschiavo formulou um conjunto de condições e elementos capazes de estabelecer vínculos entre a pesquisa e o ensino na formação do designer, discutindo, entre outras, as seguintes questões: *“como propiciar uma educação criativa em design na pós-graduação? Como propiciar uma educação crítica em temas contemporâneos em design? Em quais bases é realizada a prática do design e como o produto do design afeta a sociedade?”*.

(1) Trecho da apresentação (texto) da professora Anna Calvera – (tradução dos autores).

O DEBATE GERAL – MESA-REDONDA

Para o primeiro dia de debates foi configurada uma mesa-redonda que procurou estabelecer um confronto entre os conteúdos dos principais cursos de pós-graduação em design em atividade no Brasil.

A mesa foi denominada “A experiência brasileira do ensino de design na pós-graduação: Conexões e diversidades”.

Participaram dessa mesa os pesquisadores: professores Itiro Ida (UNB), Wilson Kindlein (UFRGS), Jairo Drumond (UEMG) e a professora Rita Couto (PUC-RJ), sendo a mesa coordenada pelo professor Guilherme Cunha Lima (ESDI-RJ).

Foram relatados os trabalhos de pesquisa e o andamento de cada um dos núcleos de estudo representados. Estes relatos revelaram a gama de linhas de pesquisa abrangidas pelo design.

Além da amplitude de possibilidades, delineou-se, ainda que de modo impreciso, a conclusão que os melhores resultados de pesquisa estão ligados a uma boa configuração das áreas e linhas de pesquisas a serem realizadas.

Observou-se que por serem ainda recentes, muitas experiências carecem de uma maior continuidade e longevidade para uma apreciação mais concreta de seus resultados.

Durante a sessão houve participação da arquiteta Ivone Salgado, representando a Fapesp, que expôs de maneira sucinta algumas das expectativas dos órgãos financiadores da pesquisa.

DEPOIMENTOS

Para a sessão de depoimentos do seminário foram convidados professores e pesquisadores que participaram da elaboração dos primeiros cursos ou disciplinas de design, ou que tenham contribuído significativamente para a fundação e transmissão de conhecimentos nessa área.

As experiências externas foram relatadas pela professora Anamaria de Moraes (PUC-RJ) e pelo professor José Plácido da Silva (Unesp-Bauru).

A professora Anamaria de Moraes descreveu sua longa trajetória de pesquisa e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos produzidos na área de ergonomia.

O professor Plácido discorreu sobre o processo de elaboração da proposta do curso de pós-graduação da Unesp de Bauru.

Os depoimentos internos foram dados por vários professores da FAU. O professor Júlio Katinsky nos contou, entre outras coisas, sobre as origens da formação do curso de Desenho Industrial na USP e seu enquadramento na FAU.

A professora Élide Monzeglio relatou sua participação nas primeiras disciplinas e sobre o formato e a preocupação com que o desenho (visto como instrumental ou artístico) passou a ser ensinado como disciplina de projeto.

Foram histórias que emocionaram a todos os que puderam conhecer as trajetórias do ensino do “desenho” na FAU.

A professora Lucrecia D'Alessio Ferrara nos motivou com uma reflexão sobre o design, relacionando suas características com o desenho e o projeto. Afirmou que *“ao projeto cabe a tarefa de fazer, do produto utilitário, uma informação nova e, do designer, um agente cultural onde se mostra mais desempenho que competência para que o desenho do produto seja obrigado a antecipar-se ao tempo para marcar o tempo”*², concluindo para nossas dúvidas sobre a pesquisa em design, *“mas fazer história exige a capacidade de ler o novo e aprender com suas experiências”*³.

Os depoimentos dos professores João Carlos Cauduro e Ludovico Martino fizeram lembrar as experiências de ensino que vieram a formar a grande parte dos designers atuantes no Brasil. O trabalho destes professores não se limitou ao ensino, foi ampliado pela atuação profissional que impulsionou uma grande participação dos arquitetos nas áreas de desenho do equipamento urbano, desenho institucional, sinalização, identidade corporativa, etc. Foi com muita atenção que todos puderam apreciar e conhecer a imensa contribuição realizada.

Houve também a participação dos professores Issao Minami, Bruno Padovano, Sérgio Régis Martins e Sylvio de Ulhôa Cintra Filho que participaram da mesa de depoimentos sobre o ensino e as experiências do grupo de Programação Visual (PV) da FAU. A mesa foi completada com a presença da professora Élide Monzeglio que revisitou, por meio de diálogo com os participantes, seu depoimento sobre a formação das disciplinas da área da comunicação visual.

(2) Trecho da apresentação (texto) da professora Lucrécia D'Alessio Ferrara.
(3) Trecho da apresentação (texto) da professora Lucrécia D'Alessio Ferrara.

Todos os depoimentos sobre o ensino do design na FAU foram estimulantes. Emocionou a todos o conhecimento dos fatos reveladores do envolvimento da FAU com a construção da cultura material brasileira. Sentimentos que se ampliaram pelo reconhecimento das fendas abertas a serem exploradas no ensino e na pesquisa em design. Emoções que foram partilhadas pelos presentes no reconhecimento de um conjunto de fatos que a história do design no Brasil ainda não conseguiu registrar.

AS MESAS TEMÁTICAS

O seminário procurou de uma maneira aberta receber a contribuição de pesquisadores e professores da FAU e de outras instituições.

Foram apresentados relatos de pesquisas realizadas ou em realização. Os trabalhos foram distribuídos nos seguintes quatro grandes temas: 1) Design/Produção e Consumo. 2) Design/Ensino e Pesquisa. 3) Repensando o Design e a Arquitetura. 4) Comunicação Visual/Arte, Programação Visual e Design Gráfico na Arquitetura e na Cidade. Em virtude da presença dos professores João Carlos Cauduro e Ludovico Martino, esta última mesa, que envolveu a participação de outros professores do grupo de disciplinas de PV da FAU, foi tratada como uma sessão de depoimentos.

Notou-se, desde a seleção dos trabalhos, que as linhas divisórias, pretendidas pelas mesas, seriam sempre surpreendidas pelas abordagens dos pesquisadores.

A apresentação das pesquisas demonstrou a diversidade dos temas e objetos contidos sob o rótulo do design. Verificou-se, também, que nos últimos anos ocorreu uma institucionalização acadêmica da produção nesta área – essa produção é devida aos resultados obtidos, às experiências relatadas e suas vinculações com os institutos de pesquisa.

Os temas abordados variaram desde “desenho informal” até análises sobre o eco-design; desde o estudo de materiais até a produção ambiental da cidade; desde análise de elementos da grafia urbana até suas reflexões na configuração do espaço arquitetônico.

Para o melhor entendimento das palestras, depoimentos e apresentações está sendo preparada uma publicação do seminário. Esta publicação tem o objetivo de registrar toda a riqueza das apresentações e permitir seu conhecimento e sua divulgação mais amplos.

Na publicação, também, serão divulgados os artigos dos professores americanos Jacques Giard (Arizona State University) e Lorraine Justice (Georgia Institute of Technology) que devido às dificuldades da aviação internacional, naquele período, não puderam viajar ao Brasil para participarem do seminário.

CONCLUSÕES

O objetivo básico do seminário era estabelecer as bases de organização de uma área de “design e arquitetura” no curso de pós-graduação da FAUUSP.

Essa construção, como não poderia deixar de ser, deve emergir de análise de algumas proposições existentes e erigir-se sobre a história das próprias experiências da FAU.

A realização do seminário, portanto, não era um objetivo final, mas um ponto inicial, um momento de acumulação de saberes e estabelecimento de questões.

A presença de 92 (noventa e dois) pesquisadores e professores foi significativa, melhor ainda foi sua atuação, pois agiram de forma participante por meio de questões e debates. Foi observada a presença de profissionais de diversas áreas, tais como: arquitetos, designers, mercadólogos, artistas plásticos, jornalistas, ergonomistas, professores. Este fato indica a diversidade de abordagem dos trabalhos vinculados ao design e à articulação entre as atividades de pesquisa e ensino em design e a prática profissional, em suas múltiplas perspectivas.

A contribuição da FAU para a constituição do design no Brasil foi reconhecida, tanto na história construída como em suas dificuldades atuais para a compreensão das relações entre o design e a arquitetura.

A confrontação com a experiência internacional, em pesquisa sobre design, deve mobilizar nossa atenção para o entendimento de nossa realidade específica dentro do contexto da nova ordem mundial. A contribuição cultural da pesquisa em “design e arquitetura” deve objetivar a construção de uma visão peculiar de nossos problemas na construção ambiente edificado e no conhecimento das relações entre produção e consumo dos artefatos sociais.

Se é possível entrever algumas possibilidades e necessidades da pesquisa em design, cita-se aqui algumas palavras da professora Anna Calvera: *“Os pesquisadores que trabalham em países periféricos, qualquer que seja sua distância do centro de produção teórica e científica – que não é um lugar geográfico, mas um grupo de pressão que sanciona o valor das contribuições científicas – têm perante si um trabalho duplo: como o de alcançar os foros internacionais de debate e serem, lá, ouvidos. Trata-se de garantir que os resultados de nossas pesquisas sejam divulgados e que também se lhes prestem atenção. Este é um trabalho árduo porque deve ser constante, duradouro e custoso. Deveríamos começar, agora, a pensar em caminhos para estabelecer comunicações entre nós. Se o ‘desenho’ é comunicar e atribuir significado, por que não começamos a usar nossa competência em informar sobre nosso próprio trabalho e seu modo específico de operar?”*⁴

Nos debates e apresentações, mais próximos à FAU, observou-se que o estudo do design na pós-graduação da FAU deverá ter vínculos com a arquitetura e o urbanismo, pois não poderá ser visto como atividade isolada das reflexões sobre o ambiente construído. Como os depoimentos fizeram notar, este

(4) Trecho da apresentação (texto) da professora Anna Calvera – (tradução dos autores).

entendimento sobre o “design e arquitetura” já estava inscrito, desde 1962, nas ocupações da formação do arquiteto na USP.

Enfim, o seminário foi uma pequena oportunidade de rever parte do passado, analisar algumas atividades de pesquisa atuais e estabelecer diretrizes para o estudo, o ensino e a pesquisa do design na USP.

O seminário foi um embrião, um gesto singelo de estabelecer um diálogo que permitiu o entendimento mais adequado sobre nossas linhas de pesquisa e os possíveis direcionamentos para a estruturação do curso de pós-graduação na FAU. O seminário marcou o fim de uma era de isolamento de pesquisadores e docentes brasileiros do design na pós-graduação, e a afirmação da importância da comunidade científica do design entre as comunidades científicas de outras áreas do conhecimento. O apoio do CNPq e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação foi decisivo na realização deste evento.

Participantes

Andréa Franco Pereira – Depoimento
Anna Calvera – Palestra
Anamaria de Moraes – Depoimento
Bruno Padovano – Mesa Temática
Caio Adorno Vassão – Mesa Temática
Carlos Alberto Inácio Alexandre – Coordenador: Mesa Temática
Carlos Alberto Inácio Alexandre – Mesa Temática
Carlos Zibel Costa – Mesa Temática
Cibele Haddad Taralli – Coordenadora: Mesa Temática
Cibele Haddad Taralli – Mesa Temática
Daniela Martins Büchler – Mesa Temática
David Durling – Palestra
Élide Monzeglio – Depoimento
Ermínia T. Menon Maricato – Abertura
Gabriela Gusmão – Mesa Temática
Giorgio Giorgi Junior – Mesa Temática
Guilherme Alexandre Wiedman – Mesa Temática
Guilherme Cunha Lima – Palestra
Guilherme Cunha Lima – Coordenador: Mesa-redonda
Issao Minami – Coordenador: Mesa Temática
Itiro Ida – Mesa-redonda
Jairo Drumond – Mesa-redonda
João Carlos Cauduro – Mesa Temática
José Carlos Plácido da Silva – Depoimento
Júlio Katinsky – Depoimento
Lara Leite Barbosa – Mesa Temática
Lêda Maria Brandão de Oliveira – Mesa Temática

Luciano Torres Tricárico – Mesa Temática
Lucrécia D'Alessio Ferrara – Depoimento
Ludovico Martino – Mesa Temática
Maria Cecília Loschiavo dos Santos – Palestra
Maria Cecília Loschiavo dos Santos – Mesa Temática
Maristela Mitsuko Ono – Mesa Temática
Mauro Claro – Mesa Temática
Nicolau Guida Neto – Mesa Temática
Rafael Antonio Cunha Perrone – Coordenador: Mesa Temática
Rafael Antonio Cunha Perrone – Mesa Temática
Rita Couto – Mesa-redonda
Sérgio Régis Martins – Mesa Temática
Sylvio de Ulhôa Cintra Filho – Mesa Temática
Virgínia Pereira Cavalcanti – Mesa Temática
Wilson Kindlein – Mesa-redonda

SEMINÁRIO PROFISSIONAIS DA CIDADE

Colaboração: *Informativo FAUUSP*



O Projeto Profissionais da Cidade faz parte do Programa MOST – Gestão das Transformações Sociais – do Setor de Ciências Sociais e Humanas da Unesco. Seu objetivo é contribuir para a solução dos problemas da inadequação entre a educação superior e as práticas profissionais universitárias ligadas à produção e gestão do espaço urbano.

O projeto teve seu primeiro encontro em 2001, em Paris, onde um grupo de pesquisadores de 11 instituições latino-americanas e do Caribe apresentaram e discutiram

algumas das experiências inovadoras em matéria de política pública e gestão do espaço urbano. A FAUUSP esteve presente nesse encontro e integra essa “rede-piloto”. O projeto pretende criar um espaço de intercâmbio que ajude a tornar possível uma união entre universidades, corporações profissionais e outras organizações da sociedade civil, tendo por finalidade garantir o apoio mútuo, a difusão e a aplicação de suas aprendizagens a outras situações.

No seminário, realizado em São Paulo, na FAUUSP, entre os dias 26 e 29 de junho de 2002, o Projeto Profissionais da Cidade foi acrescido de novas experiências, todas elas desenvolvidas por professores e estudantes da Escola, havendo em alguns casos participação de equipes multidisciplinares. A multidisciplinariedade, que é um dos aspectos inovadores do MOST, decorre da constatação que a organização e a gestão do urbano exigem profissionais com formações diversas para enfrentar a complexa realidade das cidades contemporâneas. Observa-se também que mais de 60% do espaço urbano se produz atualmente sem a intervenção desses profissionais.

A ênfase do projeto tem por base os seguintes aspectos:

- a) relação universidade/sociedade;
- b) relação exercício profissional/prática acadêmica;
- c) relação entre novas experiências urbanas e produção do conhecimento.

Um dos desafios do projeto é contribuir para a emergência dos currículos acadêmicos que capacitem novos perfis de profissionais universitários para tratar dos problemas das cidades latino-americanas deste século 21.

Como resultado deste seminário, será publicada uma obra sobre as pesquisas apresentadas pelos novos integrantes da rede “Profissionais da Cidade”, os pesquisadores da FAU. A edição será uma iniciativa conjunta da FAUUSP/Unesco.

CARACAS E SÃO PAULO

Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Martins

Departamento de Projeto – LabHab – FAUUSP.

(1) A Associação Nossa América é uma entidade formada por estudantes universitários, militantes de movimentos populares e sociais, de cooperativas, ONGs, e tem como finalidade apoiar iniciativas pela transformação do Brasil e da América Latina em direção à justiça social, à democracia e à paz. Propõe-se a atuar pela integração solidária entre os povos latino-americanos contra todas as formas de intervenção impostas por organismos internacionais, grandes corporações e grandes potências nos destinos de nossos países.

A partir de convite da Associação Nossa América¹, estiveram na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – (FAUUSP) representantes da administração municipal de Caracas, que apresentaram a professores e pós-graduandos alguns dos projetos e programas em curso em Caracas.

Inmer Ruiz, vice-prefeito, e Ivan Martinez, diretor da Comissão Especial para Regularização da Terra, vieram a São Paulo para participar da URBIS 2002, evento internacional que ocorreu em São Paulo, no Anhembi, no período de 05 a 08 de junho 2002. Acompanhados do cônsul da Venezuela em São Paulo, estiveram na FAU-Maranhão, sede do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, debatendo temas urbanos.

O debate foi da maior relevância, evidenciando a semelhança dos problemas urbanos enfrentados em Caracas e em São Paulo. Um dos principais temas abordados foi a questão dos assentamentos irregulares e precários da população de baixa renda. Caracas vem desenvolvendo um amplo programa de regularização urbanística e fundiária. A apresentação e a divulgação de documentos sobre a legislação e os programas já existentes representou importante contribuição aos presentes em geral e, particularmente, ao Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas: “Reparação de Dano e Ajustamento de Conduta em Matéria Urbanística”, desenvolvido na FAUUSP em parceria entre o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – LabHab e o Ministério Público – Centro de Apoio às Promotorias de Habitação e Urbanismo no Estado de São Paulo.

Agradecemos à Associação Nossa América e aos colegas venezuelanos pela oportunidade deste importante contato, que evidencia os desafios colocados aos arquitetos e urbanistas das duas cidades e do conjunto das grandes cidades latino-americanas de um modo geral.

ESPAÇO & DEBATES 42

PERIFERIA REVISITADA

O número 42 da Revista *Espaço & Debates* – PERIFERIA REVISITADA – com coordenação editorial de Maria Cristina da Silva Leme e Sarah Feldman resgata a problemática da periferia do plano secundário a que foi relegada nos anos 90, apresentando um conjunto de artigos e depoimentos que têm como mira instigar o debate do ponto de vista conceitual e das dinâmicas em curso nestas áreas.

DEPOIMENTO

Os pesquisadores José de Souza Martins, Juergen Richard Langenbuch e Nabil Bonduki discutem a gênese e a utilização dos conceitos de periferia, subúrbio e correlatos, na sociologia, na geografia e na prática urbanística.

NÚCLEO TEMÁTICO

- Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo, de *Eduardo Marques e Renata Bichir*.
- As palavras e a cidade: O vocabulário da segregação em São Paulo (1890-1930), de *Margareth da Silva Pereira*.
- Tribos urbanas, identidades e culturas juvenis, de *Márcia Regina da Costa*.
- Quatro imagens da periferia paulistana, de *Haroldo da Gama Torres e Maria Aparecida de Oliveira*.

DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: Jardim Ângela, em São Paulo/2001, por *Antonio Saggese*.

ARQUIVO: Duas petições de cidadãos brasileiros para ocupação de áreas na extremidade sul do Rio de Janeiro, em fins do século 19, com apresentação de *José Tavares Lira*.

FÓRUM: A revisão do Plano Diretor de Diadema: A construção de um processo participativo.

RESENHAS: Jardim América: A arquitetura do primeiro bairro-jardim de São Paulo, de *Silvia Ferreira Santos Wolff*, por *Carlos Roberto Monteiro de Andrade*. Parceiros da exclusão, de *Mariana Fix*, por *Luiz Guilherme Rivera de Castro*.

Informações: (11) 3120-2188 – e-mail: espacodebates@bol.com.br

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

PÓS — REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

1. A revista aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.
2. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, cujos pareceres não serão divulgados.
3. Ao submeter um trabalho, o(s) autor(es) deve(m) assinar declaração de que são inéditos em português.
4. Os autores devem enviar seu nome e sobrenome da forma como desejam que seja publicado, sua formação profissional incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição), a relação do texto com sua dissertação ou tese, seu orientador e opcionalmente seu atual cargo (instituição e departamento).
5. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas de 30 linhas com 70 toques (de 21.000 a 42.000 caracteres), incluindo bibliografia apresentada de acordo com as normas da ABNT, resumo e abstract (de 1.500 e 2.000 caracteres), de 6 a 8 palavras-chave, no máximo 3 (três) ilustrações nítidas (fotos com no mínimo 300 DPI, formato tiff, com créditos), sendo apresentados em disquete (word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel), fonte 12, espaço 1,5, duas vias impressas.
6. Citações devem vir em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo página.
7. Os textos deverão ser encaminhados para:
Redação da Revista *PÓS*
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis
01240-000 – São Paulo
Informações: (11) 257-7688 ramal 30
e-mail: cpgfau@edu.usp.br
8. Os autores de cada edição terão direito a 3 (três) exemplares.

OBS. Resumos e abstracts são de responsabilidade dos seus autores.

Laboratório de Programação Gráfica
Prof. Coordenador: Minoru Naruto
Supervisão Geral
José Tadeu de Azevedo Maia
Supervisão de Projeto Gráfico
André Luis Ferreira
Supervisão de Produção Gráfica
Divino Barbosa
Preparação e Revisão
Ivanilda Soares da Silva
Margareth Artur
Diagramação
José Tadeu de Azevedo Maia
Tratamento de Imagem
Sidney Lanzarotto
Emendas – Arte-Final
Eliane Aparecida Pontes
Montagem de Chapas
Adauto Lino Duarte de Farias
Cópia de Chapas
Juvenal Rodrigues
Impressão
José Gomes Pereira
Narciso Antonio dos Santos Oliveira
Ricardo de Sotti Machado
Dobra
Ercio Antonio Soares
Acabamento
Ercio Antonio Soares
Juvenal Rodrigues
Nadir de Oliveira Soares
Secretaria
Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão off-set
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
Pré-matriz
Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set
Papel
Pólen rustic areia 120 g/m²
Couchê fosco L2 90 g/m²
Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)
Montagem
16 cadernos de 8 páginas
Tiragem
1.000 exemplares
Data
junho 2002